

Parte 2 - Modelos de leitura documentária para indexação de diferentes tipos de documentos

Mariângela Spotti Lopes Fujita
Roberta Caroline Vesu Alves
Carlos Cândido de Almeida
(orgs.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FUJITA, M. S. L., ALVES, R. C. V., and ALMEIDA, C. C. Modelos de leitura documentária para indexação de diferentes tipos de documentos. In.: FUJITA, M. S. L., ALVES, R. C. V., and ALMEIDA, C. C., eds. *Modelos de leitura documentária para indexação: abordagens teóricas interdisciplinares e aplicações em diferentes tipos de documentos* [online]. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020, pp. 242-444. ISBN: 978-65-8654-607-1. Available from: <http://books.scielo.org/id/96v3r>. <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-07-1>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PARTE 2
MODELOS DE LEITURA DOCUMENTÁRIA
PARA INDEXAÇÃO DE DIFERENTES TIPOS DE
DOCUMENTOS

10

PROCESSO DE LEITURA PARA ANÁLISE DOCUMENTAL: PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA

Mariângela Spotti Lopes FUJITA

Milena Polsinelli RUBI

RESUMO: Desencadeados pela leitura documentária, os resultados da análise e da representação documental são a identificação e seleção de termos, que serão correspondentes aos conceitos do documento. Diferentemente de leitores “comuns”, os leitores que fazem a leitura documentária para a indexação estão sujeitos a aspectos que condicionarão a sua leitura. Objetivou-se apresentar o Modelo de leitura, o Manual de Explicativo e exemplos de exercícios que demonstram a aplicabilidade do Modelo para a formação de futuros profissionais e para aqueles que já atuam em contexto de uma unidade de informação. A utilização do Modelo de leitura com a aplicação prática permitiu demonstrar o percurso da leitura realizada pelo leitor profissional durante a indexação. Consideramos no Modelo um importante instrumento didático ao combinar a exploração da estrutura textual com o questionamento para a identificação de conceitos para que a leitura documentária possa ser mais rápida e estratégica.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura documentária. Análise documental. Modelo de leitura documentária. Indexação.

ABSTRACT: Unleashed by documentary reading, the results of analysis and representation documentary are the identification and selection of terms, which will correspond to the concepts of the document. Unlike “ordinary” readers, readers who do documentary

reading for indexing are subject to aspects that will condition their reading. The objective was to present the Reading Model, the Explanatory Manual and examples of exercises that demonstrate the applicability of the Model to the training of future professionals and to those who already act in the context of an information unit. The use of the Reading Model with the practical application allowed to demonstrate the course of the reading made by the professional reader during indexing. We consider in the Model an important didactic tool when combining the exploration of the textual structure with the questioning to identify concepts so that the documentary reading can be more rapid and strategic.

KEYWORDS: Documentary reading. Documentary analysis. Documentary reading model. Indexing.

1 INTRODUÇÃO

A leitura documentária é o início da tarefa que leva ao processamento e ao tratamento da informação, permitindo a realização da indexação, classificação e elaboração de resumos. Procedimentos esses que requerem, por meio da compreensão do que foi lido: a identificação de conceitos que representarão o conteúdo para futura recuperação em uma unidade de informação, seja essa representação palavras-chaves, número de classificação ou a síntese de um conteúdo documental.

Nesse caso, concentraremos os estudos na indexação e na sua representação temática – as palavras-chave ou os descritores – considerando essa representação documentária como resultado da análise documental feita dos documentos lidos pelo leitor em uma unidade de informação.

A atribuição de palavras-chave a um artigo, por meio da indexação e que começa com a leitura documentária, pode ser auxiliada efetivamente pelo Modelo de leitura documentária para a indexação de textos científicos e de livros (FUJITA; RUBI, 2006; FUJITA 2007).

O Modelo de leitura documentária é resultado de estudos sobre leitura e leitura documentária, fundamentados, realizados e descritos cronologicamente por Fujita (2017) em que a autora explica que “O modelo de leitura é uma proposição de aprimoramento e evolução da metodologia de indexação a partir da metacognição do indexador que poderá ser oferecida na formação do indexador em leitura documentária.” (FUJITA, 2017, p. 41).

Dessa forma, o Modelo de leitura documentária combina estratégias de exploração de estruturas textuais e de abordagem sistemática para identificação de conceitos, partindo da pressuposta dificuldade do leitor frente à complexa tarefa de análise, identificação e seleção de assunto de documentos.

Assim, o objetivo do Modelo de leitura é instrumentalizar, de maneira didática, profissionais e estudantes para que possam aplicá-lo no seu fazer diário quando precisam atribuir palavras-chave a um artigo, por exemplo. O Modelo se propõe como uma metodologia para compreensão do conteúdo e análise de assunto, e conseqüente identificação e seleção de conceitos em documentos que será relevante para a recuperação da informação.

Nosso objetivo, portanto, é apresentar o Modelo de leitura bem como seu Manual de Explicativo e exemplos de exercícios que elucidarão passo-a-passo, a aplicabilidade do Modelo tanto para a formação de futuros profissionais como para aqueles que já atuam em um contexto de uma unidade de informação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A análise e a representação documental são aspectos importantes a serem considerados na recuperação e no uso da informação em unidades de informação.

Desencadeados pela leitura documentária, os resultados dessa análise e representação são a identificação e seleção de termos, que serão correspondentes aos conceitos do documento para o usuário final.

De acordo com Moreira, Santos e Vitorini (2017, p. 159)

Para que se efetue a análise documentária, requer-se a realização de leitura documentária, uma modalidade de leitura profissional que consiste na análise do conteúdo do documento visando a identificação e a distinção das informações essenciais e acessórias, sendo que tal distinção ocorre conforme os interesses relativos ao contexto em que se produz a análise. Utilizando-se de técnicas de condensação documentária adequadas à modalidade de representação que se deseja construir, as informações essenciais são reelaboradas como representações documentárias e passam a compor, nessa condição, sistemas de informação documentária.

Diferentemente de leitores “comuns”, os leitores que fazem a leitura documentária para a indexação estão em um contexto de unidade de informação e sujeitos a aspectos que condicionarão a sua leitura como, por exemplo: o volume de documentos a ser lido, o tempo a ser despendido dessa tarefa, os usuários a serem atendidos, entre outros.

Considerando esses aspectos, Redígolo e Fujita (2015) enfatizam que é necessário formar ou capacitar essa pessoa para uma leitura profissional em que os objetivos do contexto profissional onde ela está inserida sejam sobrepostos aos seus objetivos pessoais.

Moreira, Santos e Vitorini (2017) apresentam claramente dois aspectos que diferenciam o leitor comum do leitor profissional e leitura profissional da leitura documentária: as técnicas empregadas e a tipologia de recursos empregados, respectivamente.

Complementando a visão das afirmações anteriores, Terra (2017, p. 52) afirma que esses leitores

[...] precisam de realizar uma leitura bem estruturada e seguir um método sistematizado que apoie a identificação dos conceitos do documento, permitindo a compreensão da temática, e o reconhecimento dos termos representativos equivalentes usando a linguagem documental em uso no serviço de informação.

Sobre isso, corroboram Redígolo e Fujita (2015) quando afirmam que, devido à importância dos resultados obtidos com a representação do conteúdo documental, e ao fato de que a leitura profissional não poder ser linear, ela deve ser cuidadosamente pensada. Considerando isso, as autoras citam estudos que indicam partes do texto que devem ser consideradas na leitura profissional: Cavalcanti (1989), ABNT 12.676 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992), Mai (1997), Fujita (2004) e Redígolo (2010).

Essa indicação de partes a serem lidas demonstra uma preocupação em sistematizar de alguma forma um método para identificação de termos, considerando a complexidade do processo da leitura e da indexação.

Assim, Fujita (1999) respalda essa afirmação quando diz:

Acreditamos que o domínio da estrutura textual relacionada à identificação de conceitos, poderia oferecer uma abordagem melhor sustentada para oferecer agilidade à leitura documentária como também assegurar uma uniformidade de procedimentos ao tratamento temático de informações.

Maimone, Kobashi e Mota (2016) alertam que a indexação é fundamental para que ocorra a adequada recuperação de informações. Sendo assim torna-se necessário buscar formas cada vez mais aprimoradas de realizar esse processo.

Considerando o exposto e os estudos desenvolvidos desde 1993 por Fujita (2017), constituídos pelo arcabouço teórico na literatura científica nacional e internacional, além de embasamento propiciado pela aplicação prática dos resultados obtidos, foi elaborado o Modelo de Leitura documentária para textos científicos (FUJITA; RUBI, 2006).

Para tanto, foram considerados os subsídios teóricos sobre estrutura textual e a existência de propostas metodológicas que combinam a exploração da estrutura textual com a identificação de conceitos, bem como metodologias de identificação de conceitos pela análise conceitual e abordagem sistemática.

3 PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA

Considerando o percurso teórico desenvolvido, apresentamos a seguir uma proposição metodológica com o objetivo de instrumentalizar estudantes e profissionais durante o processo de leitura para a análise documental.

Essa proposição é composta por três itens:

1. Manual de ensino do Modelo de leitura documentária para indexação de textos científicos (FUJITA, 2007);
2. Modelo de leitura documentária para textos científicos: passo-a-passo (FUJITA; RUBI, 2006).
3. Exercício de aplicação.

O “Modelo de leitura” (Quadro 1) foi elaborado em 2006, e consiste, fundamentalmente, da caracterização de conceitos, segundo análise conceitual do PRECIS; da identificação de conceitos, mediante abordagem sistemática da Norma 12.676; da localização dos conceitos em parte do texto; da apresentação de termos que representam conceitos.

Quadro 1 - Modelo de Leitura Documentária para textos científicos: identificação de conceitos por questionamento em partes da estrutura textual.

CONCEITO (ANÁLISE CONCEITUAL)	QUESTIONAMENTO (NORMA 12.676)	PARTE DA ESTRUTURA TEXTUAL
OBJETO	O documento possui em seu contexto um objeto sob efeito de uma atividade?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)
AÇÃO	O assunto contém um conceito ativo (por exemplo, uma ação, uma operação, um processo etc.)?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)
AGENTE	O documento possui um agente que praticou esta ação?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)
MÉTODOS DO AGENTE	Este agente refere-se a modos específicos para realizar a ação (por exemplo, instrumentos especiais, técnicas ou métodos)?	METODOLOGIA
LOCAL OU AMBIÊNCIA	Todos estes fatores são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?	METODOLOGIA
CAUSA E EFEITO	São identificadas algumas variáveis dependentes ou independentes?	RESULTADOS; DISCUSSÃO DE RESULTADOS
PONTO DE VISTA DO AUTOR; PERSPECTIVA	O assunto foi considerado de um ponto de vista, normalmente não associado com o campo de estudo (por exemplo, um estudo sociológico ou religioso)?	CONCLUSÕES

Fonte: Fujita; Rubi (2006).

Com a experimentação do “Modelo de leitura...” em diversas oportunidades em sala de aula de graduação, apresentação de trabalhos em eventos científicos, desenvolvimento de outras pesquisas, artigos

publicados, foi necessário seu aprimoramento que resultou em mudanças mais adequadas ao uso como se verá a seguir no “Passo-a-passo” (FUJITA, 2007) que acompanha o Modelo de Leitura adaptado (Quadro 2). Esse “Passo-a-passo” foi idealizado para que o aluno de graduação ou o profissional tenha um roteiro que o oriente de modo mais rápido sobre a sequência de etapas do que deveria fazer e, também, ter um conjunto de dicas e observações que são importantes para a identificação e seleção de conceitos.

Já o “Manual de ensino”, foi elaborado por Fujita (2007) após o “Modelo de leitura...” e considera também os resultados de pesquisa com a metodologia do Protocolo Verbal de experimentação do “Modelo de leitura”.

O “Manual de ensino” que deve ser lido integralmente antes do uso do “Modelo de leitura” de modo a compreender com profundidade a aplicabilidade do “Modelo de leitura” a qualquer texto.

Dessa forma, apresentamos o “Manual de ensino do Modelo de leitura documentária para indexação de textos científicos” e em seguida o “Modelo de leitura documentária para textos científicos: passo-a-passo”.

Após a apresentação do Manual e do Modelo, sugerimos um exercício de aplicação da proposta metodológica.

MANUAL DE ENSINO DO MODELO DE LEITURA DOCUMENTÁRIA PARA INDEXAÇÃO DE TEXTOS CIENTÍFICOS

A leitura documentária, realizada pelo indexador na fase de análise, visa propiciar a “identificação de conceitos” para posterior representação em índices que satisfaçam a demanda do usuário.

A indexação em análise documentária, sob o ponto de vista dos sistemas de recuperação de informação, é reconhecida como a parte mais importante porque condiciona os resultados de uma estratégia de busca. *O bom ou o mau desempenho da indexação reflete-se na recuperação da informação feita através de índices.* Isso nos leva a considerar que a recuperação do documento mais pertinente à questão da busca é aquela cuja indexação proporcionou a identificação de conceitos mais pertinentes

ao seu conteúdo, produzindo uma correspondência precisa com o assunto pesquisado em índices.

Na *identificação de conceitos*, o indexador, após o exame do texto, passa a abordá-lo de uma forma mais lógica a fim de selecionar os conceitos que melhor representem seu conteúdo. E a *seleção de termos* é necessária, tendo em vista os objetivos para os quais as informações são indexadas. Assim, nem todos os conceitos identificados serão necessariamente selecionados.

No contexto da análise para indexação, a leitura é a atividade principal da indexação, pois, sendo a fase inicial, influenciará o desempenho de outras operações e resultará na seleção de termos que irão representar o documento para o usuário. Assim, a leitura passa a ter uma conotação mais direcionada aos objetivos da indexação, diferente daqueles para outros fins.

Considerando que a identificação de conceitos é o objetivo da leitura documentária e a operação mais importante da indexação, os resultados obtidos em pesquisas (FUJITA; RUBI, 2006) levam às seguintes conclusões:

- a identificação de conceitos pode depender do domínio do indexador na exploração da estrutura textual;
- existem duas operações distintas realizadas pelos indexadores *durante* (e não após!) a leitura – *Identificação de conceitos e Seleção de termos*.

Assim, essa instrução de leitura estará dividida em três procedimentos principais:

- Exploração do conhecimento da estrutura textual
- Identificação de conceitos
- Seleção de conceitos

I – EXPLORAÇÃO DO CONHECIMENTO DE ESTRUTURA TEXTUAL

1. Observação da estrutura textual: Localize no texto científico os elementos que o compõe, mesmo que não estejam evidentes através de itens ou sinalizados por meio de destaques. Todo texto possui uma estrutura, evidente

ou não, que podemos denominar de superestrutura. Essa observação deve ser feita, portanto, com base na superestrutura, pois indicará, com maior objetividade, qual é o assunto tratado no texto, evitando desse modo, que se cometam equívocos:

Título em português

Título em inglês

Autoria

Resumo do trabalho científico

Palavras-chave

Abstract

Keywords

Introdução

Materiais e métodos

Resultados

Figuras

Discussão dos resultados

Conclusões

Referências bibliográficas

2. Localização do conteúdo pertinente de cada uma dessas partes do texto. Verifique que o conteúdo pertinente a cada parte do texto demonstra um padrão, tal como:

Introdução: explicação do assunto principal com referencial teórico, contendo os objetivos com o tema principal do trabalho ao final da introdução;

Materiais e métodos: descrição de materiais e métodos utilizados, processos, técnicas, amostragem;

Resultados: compatibilidade com objetivos enunciados, materiais e métodos utilizados, com o uso, às vezes de figuras, gráficos, tabelas, fotografias, etc.;

Discussão dos resultados: verificação dos resultados a partir do referencial teórico utilizado;

Conclusões: verificação dos objetivos propostos;

Referências bibliográficas

IMPORTANTE: a realização da **etapa 2 é imprescindível**, pois resultará na compreensão global do texto.

II – IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITOS

A metodologia utilizada para esta etapa consiste na identificação de conceitos que será realizada combinando a exploração da estrutura textual e o questionamento.

A identificação de conceitos é a etapa principal da indexação e dependerá da compreensão do que é conceito e qual a sua importância. Conceito é a formulação de uma ideia por palavras. Tomemos como exemplo o conceito *agente* que pode ser definido por *aquele ou algo que realizou a ação*. Isso significa que o conceito agente poderá ser representado por uma palavra no texto, que dependerá do contexto para identificá-la com a ideia de agente. Assim, asseguramos que esses conceitos poderão ser identificados em qualquer texto, garantindo uma uniformidade de identificação de conceitos e de compreensão global do texto que, de outra forma, não seria possível, por não termos parâmetros de compreensão.

Ex.: Destruição de plantações de café pela geada.

O agente neste caso é a geada, pois “praticou” a ação de destruição das plantações de café.

a) *Compreensão de conceitos*

Os conceitos essenciais do documento são:

- OBJETO: é algo ou alguém que está sob estudo do pesquisador.
- AÇÃO: processo sofrido por algo ou alguém
- AGENTE: aquele ou algo que realizou a ação

- MÉTODOS: métodos utilizados para realização da pesquisa
- LOCAL FÍSICO OU AMBIÊNCIA: local físico onde foi realizada a pesquisa
- CAUSA E EFEITO:
 - *causa* => razão ou motivo. Aquilo ou aquele que faz com que uma coisa exista ou aconteça (antecedente); está vinculada à identificação da AÇÃO.
 - *efeito* => produto de uma causa. Resultado de um ato qualquer (consequência); está vinculado ao resultado da AÇÃO realizada.

Assim, o suposto efeito ou consequente deve variar cada vez que faz variar a suposta causa ou antecedente.

Ex.: Grupos familiares carentes que migram tendem a desorganização interna.

Causa: processo de migração

Efeito: desorganização interna do grupo familiar

b) Identificação de conceitos mediante exploração da estrutura textual

Para conseguir um melhor resultado na identificação de conceitos, você poderá utilizar partes do texto em que os conceitos, geralmente, poderão ser identificados:

Quadro 2 - Identificação de conceitos mediante exploração da estrutura textual

PARTES DO TEXTO	CONTEÚDO PERTINENTE	CONCEITOS DE
Introdução (objetivos) (confirmar tema em Referências)	<ul style="list-style-type: none"> • Referencial teórico • Tema: objetivos* • Objetivos 	OBJETO AGENTE AÇÃO
Metodologia	<ul style="list-style-type: none"> • Descrição de materiais, métodos, processos e técnicas utilizados. 	MÉTODOS LOCAL FÍSICO MATERIAIS

Resultados Discussão dos resultados Conclusões	<ul style="list-style-type: none">• Compatibilidade com objetivos enunciados e materiais e métodos utilizados, mostrados, às vezes em tabelas;• Verificação dos resultados a partir do referencial teórico utilizado	CAUSA E EFEITO
---	---	----------------

* Observe que o tema, geralmente, está expresso no objetivo do artigo.

c) *Questionamento do texto para identificação de conceitos*

Por outro lado, este resultado poderá ser obtido mais facilmente se você utilizar o questionamento a seguir, pois as respostas a essas perguntas implicarão em uma análise do documento e dará origem à seleção de termos. A seguir, temos três exemplos que demonstram o uso do questionamento e a obtenção de termos como resposta à identificação dos conceitos estabelecidos.

Exemplo 1: Proliferação da flora anaeróbia no intestino delgado em lactentes portadores de diarreia aguda e persistente.³⁷

Exemplo 2: Desempenho de genótipos de arroz irrigado cultivados no sistema pré-germinado com inundação contínua.³⁸

Exemplo 3: Gerenciamento estratégico de informação nas empresas industriais do setor de telecomunicações no Brasil.³⁹

1. O ASSUNTO CONTÉM UMA AÇÃO (PODENDO SIGNIFICAR UMA OPERAÇÃO, UM PROCESSO ETC)?

- **AÇÃO 1:** proliferação
- **AÇÃO 2:** cultivo de arroz
- **AÇÃO 3:** gerenciamento estratégico

³⁷ CRUZ; FAGUNDES NETO, 1995.

³⁸ MARCHEZAN, E. *et al.* 2004.

³⁹ PONTES, 1999.

2. O DOCUMENTO POSSUI EM SEU CONTEXTO UM OBJETO SOB EFEITO DESTA AÇÃO?

- **OBJETO 1:** flora anaeróbia
- **OBJETO 2:** arroz
- **OBJETO 3:** informação

2.1 O OBJETO IDENTIFICADO PODE SER CONSIDERADO COMO PARTE DE UMA TOTALIDADE?

- **PARTE DO OBJETO:** “flora anaeróbia” é parte do “intestino delgado”, que é parte do todo “lactente”
- **PARTE DO OBJETO 2:** genótipos de arroz
- **PARTE DO OBJETO 3:** “informação” é parte das “empresas industriais” que são parte do “setor de telecomunicações” no Brasil.

2.2 O OBJETO IDENTIFICADO POSSUI CARACTERÍSTICAS OU ATRIBUTOS PARTICULARES?

No exemplo dado não existe característica ou atributo, mas em outro exemplo, seria:

Substância aromática do vinho

vinho: objeto

substância aromática: atributo

- **CARACTERÍSTICA DO OBJETO IDENTIFICADO 2:**
irrigado

3. O DOCUMENTO POSSUI UM AGENTE QUE PRATICOU ESTA AÇÃO?

- **AGENTE 1:** microorganismos anaeróbios
- **AGENTE 2:** Sistema pré-germinado com Inundação contínua.
- **AGENTE 3:** não tem agente no exemplo 3

4. PARA ESTUDO DO OBJETO OU IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO, O DOCUMENTO CITA E/OU DESCREVE MODOS ESPECÍFICOS, POR EXEMPLO: INSTRUMENTOS ESPECIAIS, TÉCNICAS, MÉTODOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS?

- **MÉTODOS 1:** Intubação intestinal; análise morfológica das colônias
- **MATERIAIS:**
- **MÉTODOS 2:** Experimento de campo em safras agrícolas; irrigação por inundação; semeadura; adubação do solo; drenagem
- **MÉTODOS 3:** estudo de caso; três empresas industriais do setor de telecomunicações sediadas no Brasil; entrevista semi-estruturada; gravação direta dos depoimentos e anotações; roteiro de entrevista.

5. A AÇÃO, OBJETO E AGENTE SÃO CONSIDERADOS NO CONTEXTO DE UM LUGAR ESPECÍFICO OU AMBIENTE?

- **LOCAL FÍSICO OU AMBIÊNCIA 1:** a pesquisa foi realizada em Unidades de Gastroenterologia Pediátrica
- **LOCAL FÍSICO OU AMBIÊNCIA 2:** Área de várzea sistematizada; Departamento de Fitotecnia; Universidade Federal de Santa Maria – RS
- **LOCAL FÍSICO OU AMBIÊNCIA 2:** Brasil

6. CONSIDERANDO QUE A AÇÃO E O OBJETO IDENTIFICAM UMA CAUSA, QUAL É O EFEITO DESTA CAUSA?

- **CAUSA 1:** proliferação da flora anaeróbia (AÇÃO+OBJETO);
- **CAUSA 2:** genótipos de arroz irrigado (AÇÃO+OBJETO);
- **CAUSA 3:** gerenciamento estratégico da informação (AÇÃO+OBJETO);
- **EFEITO 1:** diarreia aguda e persistente, pois quando há aumento da proliferação da flora anaeróbia, agrava-se diarreia aguda e persistente.

- **EFEITO 2:** Plantas uniformes; Condições ambientais e climáticas; condições de cultivo; propriedades do solo; produtividade; Acamamento de plantas; elevada produtividade de alguns fenótipos de arroz
- **EFEITO 3:** transferência de conhecimento e tecnologias produzidas nos países periféricos.

Observação: às vezes, nem todas as questões poderão ser respondidas.

Após a compreensão do texto acima, faça a identificação de conceitos, combinando a exploração da estrutura textual com o questionamento.

III. SELEÇÃO DE CONCEITOS

A partir da *identificação de conceitos*, realizada por meio das respostas a essas questões, *selecione os conceitos* que você considera importantes para uma representação mais pertinente ao conteúdo do documento e que seja baseada na demanda do sistema, conforme linguagem adotada, promovendo a garantia de uso do documento.

Exemplo:

Quadro 3 - Identificação e seleção de termos.

<i>TERMOS IDENTIFICADOS</i>	<i>TERMOS SELECIONADOS</i>
EXEMPLO 1	EXEMPLO 1
Flora anaeróbia	Flora anaeróbia
Proliferação	Proliferação da flora anaeróbia
Microorganismos anaeróbios	Microorganismos anaeróbios
Intubação intestinal	Análise morfológica
Análise morfológica das colônias	Diarreia aguda
Unidades de Gastroenterologia Pediátrica	Diarreia persistente
Proliferação da flora anaeróbia	
Diarreia aguda e persistente	

TERMOS IDENTIFICADOS EXEMPLO 2	TERMOS SELECIONADOS EXEMPLO 2
cultivo de arroz	Cultivo de arroz
arroz	Arroz
genótipos de arroz	Genótipos de arroz
Sistema pré-germinado com Inundação contínua	Inundação contínua
Experimento de campo em safras agrícolas; irrigação por inundação; semeadura; adubação do solo; drenagem	Safras agrícolas; Irrigação por inundação; Semeadura; Adubação do solo; Drenagem
Área de várzea sistematizada; Departamento de Fitotecnia; Universidade Federal de Santa Maria – RS	Universidade Federal de Santa Maria; várzea
Plantas uniformes; Condições ambientais e climáticas; condições de cultivo; propriedades do solo; produtividade; Acamamento de plantas; elevada produtividade de alguns fenótipos de arroz	Plantas; Solo; Acamamento de plantas; Fenótipos de arroz
TERMOS IDENTIFICADOS EXEMPLO 3	TERMOS SELECIONADOS EXEMPLO 3
gerenciamento estratégico	Gerenciamento estratégico
informação	informação
empresas industriais; setor de telecomunicações	Empresas industriais; Setor de telecomunicações
estudo de caso; três empresas industriais do setor de telecomunicações sediadas no Brasil; entrevista semi-estruturada; gravação direta dos depoimentos e anotações; roteiro de entrevista.	Estudo de caso; Empresas industriais; Telecomunicações; Entrevista semi-estruturada Anotações; Roteiro de entrevista; Gravação dos depoimentos

Brasil	Brasil
transferência de conhecimento e tecnologias produzidas nos países periféricos	Transferência de conhecimento; Transferência de tecnologia

MODELO DE LEITURA DOCUMENTÁRIA PARA TEXTOS CIENTÍFICOS: PASSO-A-PASSO

Coloque aqui a referência bibliográfica do texto:

Exemplo: CRUZ, A. S. da; FAGUNDES NETO, U. Proliferação da flora anaeróbia no intestino delgado em lactentes portadores de diarreia aguda e persistente. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v.17, n. 3, p. 158-162, 1995. Disponível em: http://www.jped.com.br/conteudo/95-71-03-158/port_print.htm. Acesso em: 21 mar. 2019.

1º Observação da estrutura textual e localização do conteúdo do artigo científico: localizar no texto científico os elementos que o compõem, tal como, introdução, metodologia, resultados, discussão dos resultados e conclusão. Verifique o conteúdo pertinente a cada parte do texto.

2º Identificação dos conceitos: considera-se importante, observar as partes da estrutura textual e realizar o questionamento, indicados na grade do modelo de leitura, para que a identificação dos conceitos seja correta.

Para explicações detalhadas referentes à utilização do modelo de leitura, volte ao Manual explicativo.

Observações importantes:

- os três conceitos objeto, ação e agente são principais, estão interligados e são dependentes um do outro;
- o conceito objeto deve ser o primeiro a ser identificado e a partir dele deverão ser identificados a ação e, em seguida, o agente, nesta ordem;
- os três conceitos principais deverão ser representados **por apenas um termo cada**;

- termos vazios de significado, como “avaliação”, “estudo”, “análise” e etc., não devem representar os conceitos principais e os demais conceitos;
- o conceito ação pode ser representado por termo que denomina uma doença ou um fenômeno, mas, na maioria dos textos é um verbo no substantivo, como “coagulação”;
- nem todos os conceitos serão, necessariamente, identificados por termos.

Quadro 4 - Versão adaptada do Modelo de Leitura Documentária.

CONCEITOS	QUESTIONAMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITOS	PARTES DA ESTRUTURA TEXTUAL	EXEMPLOS DE TERMOS IDENTIFICADOS
OBJETO e PARTE(S) DO OBJETO (algo ou alguém que está sob estudo do pesquisador)	O documento possui em seu contexto um objeto sob efeito desta ação?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)	Flora anaeróbia + intestino delgado + lactente
AÇÃO (processo sofrido por algo ou alguém)	O assunto contém uma ação (podendo significar uma operação, um processo etc.)?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)	Proliferação
AGENTE (aquele ou algo que realizou a ação)	O documento possui um agente que praticou esta ação?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)	Microrganismos anaeróbios
MÉTODOS (métodos utilizados para realização da pesquisa)	Para estudo do objeto ou implementação da ação, o documento cita e/ou descreve modos específicos, por exemplo: instrumentos especiais, técnicas, métodos, materiais e equipamentos?	METODOLOGIA	Intubação intestinal; Análise morfológica das colônias

LOCAL OU AMBIÊNCIA (local físico onde foi realizada a pesquisa)	Todos estes fatores são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?	METODOLOGIA	Unidades de Gastroenterologia pediátrica
CAUSA E EFEITO Causa (ação+objeto)/ Efeito	Considerando que a ação e o objeto identificam uma causa, qual é o efeito desta causa?	RESULTADOS; DISCUSSÃO DE RESULTADOS; CONCLUSÕES	Causa: proliferação da flora anaeróbia em intestino delgado de lactentes (ação + objeto); Efeito: diarreia aguda e persistente

Fonte: Fujita (2007, p. 177).

EXERCÍCIO DE APLICAÇÃO

A partir daqui será importante realizar a análise documental de um texto. Sugerimos que escolha um artigo científico para começar sua atividade. Vá ao site do Scielo (<http://www.scielo.br>) e procure um artigo científico da área de ciências da saúde e outro da área de ciências humanas. O Manual Explicativo e o Modelo de Leitura Documentária são autoexplicativos, mesmo assim, recomendamos aos aprendizes as seguintes estratégias com uso do Modelo de Leitura Documentária e Manual de Ensino para diminuir ainda mais suas dificuldades da análise documental:

- a) Análise da tarefa: a pouca familiaridade com o assunto e com os termos específicos do artigo científico especializado sugere que o exercício de leitura documental para análise de assunto de documentos de áreas especializadas seja realizado após análise do conteúdo do texto acompanhada do uso de dicionários especializados, consulta a especialistas e uso de linguagens documentárias especializadas no assunto do documento;
- b) Compreensão da metodologia: a aplicação do Modelo de Leitura Documentária somente deve ser feita após leitura e orientação sobre o conteúdo específico de Análise Documental contido nas seções anteriores e, em seguida, fazer uma leitura cuidadosa do Manual de Ensino para seguir os três procedimentos;

- c) Contato com o contexto sociocognitivo da tarefa: é preciso ter contato com a situação real de sistemas de recuperação da informação e para isso é possível realizar dois exercícios reais: o primeiro consiste em fazer entrevista com um pesquisador ou especialista do assunto do texto escolhido para obter sua compreensão e principalmente com que palavras recuperaria o artigo; o segundo, em seguida, solicita ao especialista que faça uma busca em um sistema de recuperação da informação da sua especialidade utilizando palavras que identifiquem sua necessidade de busca.

Com essas estratégias que antecedem a aplicação do Modelo de Leitura Documental é possível realizar com mais entendimento do assunto a análise documental do artigo escolhido. Essas estratégias tem a finalidade, como você verá, de realizar uma aproximação do seu conhecimento com a área de assunto do artigo escolhido para diminuição das dificuldades de vocabulário.

Para que você tenha um parâmetro prático antes de realizar sua atividade de Análise Documental, apresenta-se, em seguida, um exemplo da aplicação do Modelo de leitura documentária para identificação e seleção de conceitos em um artigo de periódico científico da área médica (Quadro 5).

Referência do artigo: VIEIRA, L. A. *et al.* Colonização intestinal de recém-natos por enterobactérias multirresistentes a antimicrobianos em unidade neonatal. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 75, n. 2, p. 83-90, mar./abr. 1999.

Quadro 5 - Exemplo de aplicação do modelo de leitura para textos científicos

CONCEITO	QUESTIONAMENTO	PARTES DA ESTRUTURA TEXTUAL	TERMOS IDENTIFICADOS	TERMOS SELECIONADOS
OBJETO e PARTE (S) DO OBJETO (algo ou alguém que está sob estudo do pesquisador)	O documento possui em seu contexto um objeto sob efeito de uma atividade?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)	Recém-nascido	Recém-nascido

AÇÃO (processo sofrido por algo ou alguém)	O assunto contém um conceito ativo (por exemplo, uma ação, uma operação, um processo, etc)?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)	Colonização intestinal	Colonização intestinal
AGENTE (Aquele ou algo que realizou a ação)	O documento possui um agente que praticou esta ação?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)	Germes multirresistentes a antimicrobianos	Germes multirresistentes a antimicrobianos
MÉTODOS (Métodos utilizados para realização da pesquisa)	Este agente refere-se a modos específicos para realizar a ação (por exemplo, instrumentos especiais, técnicas ou métodos)?	METODOLOGIA	Identificação bacteriana; Testes de sensibilidade aos antimicrobianos; Amostras fecais; Extração de DNA plasmidial bacteriano; Eletroforese em gel de agarose	Teste de sensibilidade bacteriana Fezes DNA bacteriano
LOCAL OU AMBIÊNCIA (Local físico onde foi realizada a pesquisa)	Todos estes fatores são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?	METODOLOGIA	Berçário do HUPE-UERJ; Hospital público.	Berçários hospitalares; Hospitais públicos
CAUSA E EFEITO Causa (ação+objeto)/ Efeito	São identificadas algumas variáveis dependentes ou independentes?	RESULTADOS; DISCUSSÃO DE RESULTADOS; CONCLUSÕES	Causa: Colonização intestinal em recém-nascido (ação+objeto) Efeitos: <i>Klebsiella pneumoniae</i> Baixo peso Alimentação com leite artificial Hospitalização Uso de antimicrobianos	<i>Klebsiella pneumoniae</i> ; Baixo peso ao nascer; Leite de vaca; Hospitalização

Fonte: Fujita (2007).

Observe que foi incluída uma síntese, que denominamos “enunciado de assunto”, revelando o tema do documento. Esse enunciado de assunto é composto, em ordem lógica, pelos termos que representam os conceitos identificados e atesta a compreensão do assunto do documento pelo leitor documentalista.

ENUNCIADO DE ASSUNTO: Colonização intestinal de recém-nascidos por germes multirresistentes a antimicrobianos mediante identificação bacteriana, testes de sensibilidade aos antimicrobianos, amostras fecais, extração de DNA plasmidial bacteriano e eletroforese em gel de agarose em Berçário do HUPE-UERJ cujas causas foram a infecção por *Klebsiella pneumoniae* e baixo peso que resultou na alimentação com leite artificial, hospitalização e uso de antimicrobianos.

Complementando o exemplo anterior, apresentamos a seguir outro exemplo de aplicação do Modelo de leitura documentária para identificação e seleção de conceitos em um artigo de periódico científico, dessa vez na área de ciências humanas (Quadro 6).

Referência do artigo escolhido: FERREIRA, L.; BARROS, R. M. de O. Uma análise do discurso do aluno trabalhador acerca de sua evasão: caso específico do curso de matemática da UEM. *Educação em revista*, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100109&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 mar. 2019.

Quadro 6 - Modelo de Leitura Documentária para exercício (Versão adaptada do Modelo de Leitura Documentária)

CONCEITOS	QUESTIONAMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITOS	PARTES DA ESTRUTURA TEXTUAL	TERMOS IDENTIFICADOS	Termos selecionados
OBJETO e PARTE (S) DO OBJETO (algo ou alguém que está sob estudo do pesquisador)	O documento possui em seu contexto um objeto sob efeito desta ação?	Introdução (objetivos)	Evasão	Evasão

AÇÃO (processo sofrido por algo ou alguém)	O assunto contém uma ação (podendo significar uma operação, um processo etc.)?	Introdução (objetivos)	Necessidade de trabalhar	Trabalho
AGENTE (Aquele ou algo que realizou a ação)	O documento possui um agente que praticou esta ação?	Introdução (objetivos)	Alunos do curso de Matemática da UEM	Alunos universitários
MÉTODOS (Métodos utilizados para realização da pesquisa)	Para estudo do objeto ou implementação da ação, o documento cita e/ou descreve modos específicos, por exemplo: instrumentos especiais, técnicas, métodos, materiais e equipamentos?	Metodologia	Análise documental; Pesquisa bibliográfica; Contato e entrevista com a população alvo; Transcrição das entrevistas; Análise de discurso de Foucault	Análise documental; Pesquisa bibliográfica; Entrevista; Análise de discurso de Foucault
LOCAL OU AMBIÊNCIA (Local físico onde foi realizada a pesquisa)	Todos estes fatores são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?	Metodologia	Curso de Matemática da Universidade Estadual de Maringá	Universidade Estadual de Maringá Curso de Matemática
CAUSA E EFEITO Causa (ação+objeto)/ Efeito	Considerando que a ação e o objeto identificam uma causa, qual é o efeito desta causa?	Resultados; discussão de resultados; Conclusões	Causa: necessidade de trabalhar Efeito: evasão do curso de Matemática	Trabalho Evasão

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Coloque aqui o “Enunciado do assunto” (composto pelos termos que representam os conceitos identificados): Evasão dos alunos do curso de Matemática da Universidade Estadual da UEM devido à necessidade de

trabalhar, mediante Análise documental; Pesquisa bibliográfica; Contato e entrevista com a população alvo; Transcrição das entrevistas; Análise de discurso de Foucault, cuja causa é a necessidade de trabalhar que resultou na evasão do curso pelos alunos.

Após a realização da tarefa, comente abaixo sobre as estratégias utilizadas antes da aplicação do Modelo de Leitura Documentária e faça uma reflexão sobre as dúvidas, dificuldades e êxitos obtidos com essa atividade.

A utilização do Modelo de leitura com a aplicação prática em dois exemplos distintos de artigos científicos permitiu demonstrar o percurso da leitura realizada pelo leitor profissional durante a indexação. No entanto, cabe ressaltar que o processo de indexação não termina com a seleção dos conceitos. Há uma outra etapa a ser considerada, após a leitura documentária, que é a tradução dos termos selecionados para a linguagem documentária adotada pela unidade de informação onde o leitor profissional está inserido. Essa linguagem deverá estar em consonância com os assuntos inerentes à unidade de informação, bem como ao usuário que utiliza essa unidade. A linguagem utilizada certamente influenciará no resultado final dos termos que definitivamente representarão o documento.

Além disso, é necessário considerar também as particularidades de cada área do conhecimento que influenciarão da identificação e seleção dos conceitos. O conhecimento da área de ciências da saúde geralmente é descrito com maior precisão e exatidão nos artigos que, por sua vez, apresentam uma estrutura mais segmentada e enxuta. Isso certamente facilita a leitura e identificação dos conceitos pelo leitor profissional. Já a descrição do conhecimento na área de ciências humanas apresenta nuances e é muitas vezes, permeado de recursos da Língua Portuguesa como metáforas, eufemismos, ironias entre outros. A estrutura desses artigos nos periódicos também não obedece a uma segmentação rígida, até pela própria natureza que os estudos podem assumir. Dessa forma, podemos inferir que a leitura feita pelo profissional dos artigos dessa área deverá ser mais atenta, especialmente na tentativa de localizar os conceitos pertinentes no texto, correspondente às partes textuais.

Porém, independentemente da área do conhecimento, a aplicação do Modelo de leitura mostrou-se viável. E como já esclarecido anteriormente no “Manual de ensino do Modelo de leitura” nem todos os conceitos serão, necessariamente, identificados por termos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da leitura na análise documental demonstrou a necessidade de sistematizar um método de identificação e seleção de conceitos. O método foi sistematizado no “Modelo de leitura documentária” (Quadro 1) combinando estratégias de exploração de estruturas textuais e de abordagem sistemática para identificação de conceitos.

Essa proposição metodológica permite ao leitor profissional (estudante ou profissional) realizar a identificação de conceitos em bases cognitivas porque o modelo é resultado das observações com Protocolo Verbal da leitura documental realizada por indexadores proficientes. Portanto, é um modelo ao qual o leitor profissional se adapta facilmente por ser coerente com suas estratégias metacognitivas utilizadas para a leitura documental de textos diversos e em distintas áreas de conhecimento.

Podemos afirmar que esse Modelo é resultado dos estudos desenvolvidos em que foi possível verificar a inexistência de domínio sobre procedimentos sistemáticos para abordagem do conteúdo textual que levassem à identificação de conceitos da leitura documentária.

Considerando que a indexação termina, de fato, com a tradução dos termos selecionados em uma linguagem de indexação, ressaltamos que não foi incluída essa etapa no Modelo de leitura devido ao nosso objetivo ter sido demonstrar a identificação e a seleção de conceitos que ocorrem durante a leitura documentária e a tradução é uma etapa que acontece após a leitura documentária. Dessa maneira, não consideramos essa “possível coluna” em nosso quadro “Modelo de leitura documentária para exercício”.

Finalmente, consideramos no Modelo um importante instrumento didático ao combinar a exploração da estrutura textual com o questionamento para a identificação de conceitos para que a leitura documentária possa ser mais rápida e estratégica, resultando em termos representativos do conteúdo do documento.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 12676*: métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

- CAVALCANTI, Marilda C. *J-n-t-e-r-a-ç-ã-o leitor-texto: aspectos de interpretação pragmática*. Campinas: UNICAMP, 1989.
- CRUZ, A. S. da; FAGUNDES NETO, U. Proliferação da flora anaeróbia no intestino delgado em lactentes portadores de diarreia aguda e persistente. *Journal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 158-162, 1995. Disponível em: http://www.jped.com.br/conteudo/95-71-03-158/port_print.htm. Acesso em: 21 mar. 2019.
- FUJITA, M. S. L. A leitura documentária e o processo de compreensão do indexador: memorial de investigação científica. In: FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. de B.; DALEVEDOVE, P. R. (org.). *Leitura documentária: estudos avançados para a indexação*. Marília: Oficina Universitária, 2017. p. 15-49.
- FUJITA, M. S. L. *A leitura documentária na formação inicial do indexador: a abordagem sociocognitiva na investigação de estratégias de ensino*. 2004. Marília: Universidade Estadual Paulista; CNPq, 2004. (Projeto Integrado de Pesquisa).
- FUJITA, M. S. L. *A leitura documentária na formação inicial do indexador: a abordagem sociocognitiva na investigação de estratégias de ensino*. Marília: Universidade Estadual Paulista, 2007. (Relatório final de pesquisa-Bolsa PQ-CNPq).
- FUJITA, M. S. L. A leitura do indexador: estudo de observação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 101-116, 1999.
- FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Modelo de lectura profesional para la indización. *Scire*, Zaragoza, v. 12, n. 1, p. 47-70. 2006. Disponível em: <http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1585/1557>. Acesso em: 14 fev. 2019.
- MAI, J. E. The concept of subject: on problems in indexing. In: INTERNATIONAL STUDY CONFERENCE ON CLASSIFICATION RESEARCH, 6., 1997, The Hague. *Proceedings* [...] The Hague: FID, 1997. p. 60-67.
- MAIMONE, G. D.; KOBASHI, N. Y.; MOTA, D. Indexação: teoria e métodos. In: SILVA, J. F. M. da; PALETTA, F. C. (org.) *Tópicos para o ensino de biblioteconomia*. São Paulo: ECA-USP, 2016. p. 73-85. v. 1.
- MARCHEZAN, E. *et al.* Desempenho de genótipos de arroz irrigado cultivados no sistema pré-germinado com inundação contínua. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 34, n. 5, p. 1349-1354, set./out. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782004000500005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 mar. 2019.
- MOREIRA, V.; SANTOS, J. C. F. dos; VITORINI, E. F. Os padrões de Hearst como recursos auxiliares semiautomáticos para a eficácia na leitura documentária. In: FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. de B.; DALEVEDOVE, P. R. (org.). *Leitura documentária: estudos avançados para a indexação*. Marília: Oficina Universitária, 2017. p. 167-193.
- REDÍGOLO, F. M. *O processo de análise de assunto na catalogação de documentos: a perspectiva sociocognitiva do catalogador em contexto de Biblioteca Universitária*.

2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

REDÍGOLO, F. M.; FUJITA, M. S. L. A leitura profissional do catalogador e seu papel como mediadora da informação. *Informação & Informação*, Londrina, v. 20, n. 3, p. 356 - 376, set./dez. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/>. Acesso em: 14 fev. 2019.

TERRA, A. L. Processos cognitivos na leitura documental: o que faz o indexador quando lê? In: FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. de B.; DALEVEDOVE, P. R. (org.). *Leitura documentária: estudos avançados para a indexação*. Marília: Oficina Universitária, 2017. p. 51-67.

PROCEDIMENTOS DE LEITURA DOCUMENTÁRIA PARA INDEXAÇÃO DE DOCTRINA: UM ESTUDO COM BASE EM ESTRUTURAS TEXTUAIS

Daniela Majorie Akama dos REIS

RESUMO: A leitura documentária é realizada durante a análise de assunto, considerada a primeira etapa de vários processos, como a indexação. Cada profissional que realiza a prática da leitura documentária é único, e como consequência, a análise do documento poderá ocorrer de formas diferentes dependendo do documento e do analista de assunto. Vários fatores devem ser considerados quando estudamos o processo de leitura documentária realizado por profissionais da informação, como estratégias de leitura, conhecimento prévio, o domínio de atuação, e tipo de estrutura textual do documento analisado. Serão apresentados conceitos sobre a leitura documentária na Biblioteconomia jurídica, e sobre a estrutura textual de doutrina, documento presente na maioria das bibliotecas jurídicas. O resultado deste estudo é uma lista de procedimentos de leitura documentária para a indexação de doutrina.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura documentária. Estrutura textual de documentos. Indexação. Biblioteconomia jurídica.

ABSTRACT: The documentary reading is a process performed during the subject analysis, considered the first step of of the indexing of documents. The professional who performs the practice of documentary reading is unique, and as a consequence, the analysis of the document may occur in different ways depending on the document and the subject analyst.

Several factors should be considered when studying the process of documentary reading carried out by information professionals, such as reading strategies, prior knowledge, domain of activity, and type and structure of the document analyzed. Concepts about documentary reading in legal librarianship and on the textual structure of doctrine, document present in most legal libraries will be presented here. The result of this study is a list of documentary reading procedures for indexing doctrine.

KEYWORDS: Documentary reading. Textual structure of documents. Indexing. Legal librarianship.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo está inserido no contexto da organização do conhecimento, e tem por temática central a análise da leitura documentária de documentos da área jurídica, especificamente de doutrina, com base em sua estrutura textual.

Entende-se que em organização do conhecimento, a leitura documentária é a forma pela qual os profissionais iniciam diversos processos como, por exemplo, a indexação e catalogação de assunto. Cada mente trabalha de forma única, de sorte que fatores como conhecimento prévio, domínio em que o sujeito atua (e/ou atuou anteriormente), educação acadêmica e convívio com outras pessoas influenciam na forma como tal indivíduo interpreta informações. O objetivo de modelos de leitura para esses profissionais é sempre de guiá-los pelo obscuro processo de leitura documentária.

O bibliotecário, como profissional que realiza a leitura documentária, durante a análise de assunto, é qualificado para atuar em diversas áreas e locais, não somente em bibliotecas. O campo de atuação do bibliotecário é bastante extenso e a área jurídica é uma ramificação complexa na Biblioteconomia.

Silva (2008) busca oferecer subsídios que auxiliem o acesso e a compreensão dos conceitos da ciência jurídica pelos bibliotecários. A autora dá enfoque à estrutura textual de acórdãos, leis e pareceres jurídicos. Foi desenvolvido um modelo de leitura técnica jurisprudencial com a exibição de conceitos referentes à dinâmica processual, em especial, os procedimentos recursais no âmbito do Superior Tribunal de Justiça - STJ. A autora concluiu que, para a compreensão da terminologia jurídica e

indexação da decisão judicial (acórdão), é necessário que o bibliotecário entenda conceitos jurídicos e as fases do processo judicial, além de aplicar técnicas estratégicas de leitura, na análise de certas partes do acórdão.

Ferreira (2017), em Dissertação de Mestrado, realiza pesquisa sobre a análise de assunto para indexação de acórdãos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), com o intuito de sistematizar a leitura do indexador. A autora procura oferecer diretrizes e procedimentos para a análise de assunto, via modelo de leitura técnica. Explica que, com os resultados da pesquisa, verificou a importância das estratégias de análise do texto, as quais permitiram a sistematização do processo de leitura no modelo. Considera imprescindível o conhecimento do domínio jurídico por parte do indexador, pois o modelo traz diretrizes de leitura, e não de contextualização.

Reis *et al.* (2018) analisam os diferentes enfoques teóricos sobre a semiótica, na criação de registros bibliográficos. As autoras explicam que tanto a catalogação de forma quanto a de assunto exigem o contato com o documento, por meio da leitura, o que requer processos interpretativos complexos, por parte dos profissionais. Foram consideradas duas vertentes distintas da Semiótica, sob o olhar de Charles Sanders Peirce e de Ferdinand de Saussure. Com os estudos teóricos apresentados, as autoras concluem que é possível categorizar, através das abordagens da Semiótica, como o profissional se comporta em contato com os documentos.

Propõe-se redação de fundamentação teórica sobre a leitura documentária para indexação de doutrina, documento comum em bibliotecas da área do Direito. O objetivo é apresentar de forma concisa quais são as partes da estrutura textual de doutrina mais consultadas por analistas de assunto do domínio do Direito. Esta pesquisa surgiu da necessidade de aprofundamento em um domínio específico para estudos sobre leitura documentária com base em estruturas textuais de documentos.

Traz alguns dos resultados de Reis (2019), cuja coleta de dados ocorreu pela aplicação de Protocolo Verbal Individual (PVI) a profissionais de bibliotecas da área jurídica, durante a leitura documentária para indexação de doutrina em formato tradicional (impresso) ou digital (*e-book*). Após as coletas de PVI, foi realizada uma comparação entre as análises das estruturas textuais de todos os bibliotecários.

Reis (2019) observou dez bibliotecários, por meio de entrevista via PVI, cada um fazendo a leitura documentária de doutrina. Foi enfatizada a influência do domínio específico, experiência profissional (conhecimento prévio da área) e a prática na interpretação e inferência do profissional, elementos que forneceram subsídios para a conclusão da tese.

Foi alcançado um entendimento maior de como o profissional analisa o conteúdo do livro, durante a leitura documentária, através de sua estrutura, e, como consequência disso, como funciona o processo de criação de hipóteses na indexação para organização do conhecimento, por meio da leitura documentária em bibliotecas jurídicas.

Esta pesquisa é apresentada em quatro partes, a seção dois sobre leitura documentária para indexação, a seção três sobre a Biblioteconomia jurídica, a seção quatro sobre a estrutura textual de documentos da área do Direito, e a última traz as considerações finais.

2 A LEITURA DOCUMENTÁRIA PARA INDEXAÇÃO

A leitura documentária é o primeiro passo para a análise de assunto em indexação e diversos outros processos, tornando-a fundamental para profissionais da área.

Guinchat e Menou (1994, p. 176) definem a indexação como uma das formas de descrição de conteúdo. É a operação pela qual se escolhem os termos mais apropriados para indicar o conteúdo de um documento.

Lancaster (2004, p. 6) traz um conceito clássico de indexação, destacando que esta “[...] implica na preparação de uma representação do conteúdo temático dos documentos.” Consiste em um dos processos mais importantes do trabalho do bibliotecário, porque objetiva representar o conteúdo de um documento, por meio de termos extraídos de um texto original (DUARTE, 2007, p. 1).

É um processo de sumarização que ocorre por meio da análise de assunto. Conforme algumas abordagens teóricas, pode ser organizada em duas, três e até quatro etapas. A literatura evidencia que não há unanimidade nas etapas que configuram o processo de indexação, sendo certo que independentemente da efetividade de cada uma, para os profissionais

mais experientes, as etapas ocorrem frequentemente de modo simultâneo (TERRA, 2017, p. 53).

Existem diversas abordagens sobre quais são as etapas da indexação (duas etapas para Chaumier (1988) e Lancaster (2004), três etapas para Mai (1997b), quatro etapas para Chu e O'Brien (1993)), contudo, todas elas colocam a análise de assunto como processo inicial. Em contextos profissionais, é comum que os bibliotecários não façam essa distinção, realizando o processo de forma automática, sem notar as etapas da indexação.

Em suma, a indexação é um processo de identificação de conceitos que possam representar um documento. A quantidade de passos para esse processo depende da abordagem teórica, mas a primeira etapa será sempre a análise de assunto (na concepção de Mai (1997a, p. 55), o primeiro estágio consiste no processo de análise do documento, e não de análise de assunto). Os produtos da indexação são termos representativos de um documento, e o profissional que realiza esse processo é tido, nesta investigação, como o analista de assunto.

A indexação está diretamente relacionada à leitura documentária, e vários autores estudam esse processo tão complexo. Existem diversas abordagens de estudo da indexação, sendo que a maioria determina a análise de assunto como processo inicial.

O processo de extrair conceitos que traduzam a essência de um documento é conhecido como análise de assunto, para alguns, análise temática para outros, e ainda como análise documentária ou análise de conteúdo (NAVES, 1996, p. 215).

O termo análise de assunto é o mais comumente utilizado. Grande parte dos autores que tratam do tema estabelece a análise de assunto como a etapa antes da tradução dos conceitos extraídos dos documentos para um vocabulário controlado (NAVES, 1996, p. 217).

A análise de assunto, do ponto de vista do indexador, começa com a fase de leitura do texto. Para isso, é necessário que se conheçam tipos e estruturas de textos para iniciar-se a sua leitura com fins específicos (NAVES, 2001, p. 192)

Portanto, o indexador, ou analista de assunto, é a figura central do processo de análise de assunto. Naves (2001, p. 193) lista os fatores relacionados a esse processo: política de indexação adotada pelo sistema, tipo de vocabulário utilizado (linguagem natural ou artificial), objetivos da instituição, perfil e necessidades de informação dos usuários e, principalmente, o fator humano. O indexador é importante para esse processo, pois cabe a ele a interpretação e a definição do assunto de documentos. É influenciado por variáveis de ordens diversas, sobretudo ligadas à linguística, ciência cognitiva e lógica.

Hutchins (1977) assinala que é necessário entender sobre o **assunto central** do documento, concebido como *aboutness*, para o seu tratamento. O analista de assunto precisa aprender do que o documento trata, durante o pouco tempo que tem disponível para a leitura de documentos.

Portanto, em pesquisas associadas à análise de assunto, é necessário conceituar **atênência**, *aboutness* ou **tematicidade** de um documento. Hjørland (2001, p. 774) ressalta que **assunto** e *aboutness* devem ser considerados sinônimos em organização do conhecimento.

Fujita (2003, p. 77), por seu turno, considera

[...] relevante nos referirmos à tematicidade (*aboutness*) do documento quando se busca pesquisar sobre a problemática da identificação do tema.” Para a autora, a tematicidade “[...] é pertinente à análise de assunto porque estamos tratando de seu objetivo principal que é a identificação do assunto ou tema mediante análise conceitual composta de identificação e seleção de conceitos.

Portanto, cabe ao bibliotecário o conhecimento do *aboutness* dos documentos e de sua importância para a representação temática. O conhecimento do *aboutness* ocorrerá via conhecimento prévio, durante a análise de assunto.

O processo de indexação e outros vinculados à organização do conhecimento, têm como primeira etapa a análise de assunto e, por consequência, a leitura documentária. A leitura tem natureza interpretativa

e, quando seu foco é a documentação, observam-se tentativas de padronização de estratégias, por parte do leitor.

Neves (2007, p. 2) entende que: “no que diz respeito à compreensão de um enunciado, a leitura de um texto é uma atividade cognitiva que requer esforço mental/cognitivo, envolvendo: percepção, memória, inferência e dedução”.

Tanto a redação como a leitura de um texto, são processos repletos de complexidade. Koch (2016) afirma que “o sentido não está no texto, mas se constrói a partir dele, no curso de uma interação”.

Autores como Cavalcanti (1989), Giasson (1993) e Kleiman (2000), estudam a teoria interacionista da leitura. Fujita explica que uma situação ideal para o processo de compreensão da leitura “é a indissociabilidade entre as três variáveis, texto, leitor e contexto, o que nos leva a considerar que as dificuldades da análise de assunto para a indexação devem ser analisadas a partir de cada variável e não somente do leitor/indexador” (FUJITA, 2017, p. 15).

Fujita explica que a leitura em análise de assunto de documentos é entendida como uma atividade de cunho profissional, e caracteriza o indexador como leitor profissional que realiza a leitura documentária. Dessa forma, o objetivo principal da formação do indexador, do resumidor e do classificador seria formá-lo ou capacitá-lo para uma leitura com objetivos profissionais (FUJITA, 2004, p. 2). Incluímos aqui, também, o profissional analista de assunto, pensado como o responsável pela análise de assunto sem foco específico em algum processo como, indexação, catalogação de assunto, entre outros.

Para Livingston, o conhecimento sobre as variáveis de estratégias de leitura inclui conhecimento sobre estratégias cognitivas e metacognitivas, bem como conhecimento condicional sobre quando e onde é apropriado usar tais estratégias (LIVINGSTON, 1997, p. 1).

Os leitores costumam identificar informações ao ler as partes consideradas mais importantes, e com isso, fazem inferências ao ler o texto em voz alta e ao repetir trechos para formular uma ideia buscando algo relacionado em sua memória. É comum tomarem notas e fazer pausas para pensar sobre o texto, podem buscar por padrões textuais e predizer assuntos. Buscam interpretar o texto por meio de partes da

estrutura e emitem juízos de valor sobre tudo que é informado (NEVES; DIAS; PINHEIRO, 2006, p. 142).

Em Protocolos Verbais Individuais - PVI, é comum identificar tal comportamento por parte dos leitores proficientes. Estes verbalizam suas estratégias, possibilitando melhor entendimento de como processam a informação durante a leitura documentária. Fujita entende que “o uso de estratégias não é facilmente observável porque ações mentais, como associações e deduções durante a leitura, não podem ser vistas, ainda que, possam ser verbalizadas” (FUJITA, 2017, p. 26).

A metacognição é um assunto bastante estudado em pesquisas sobre leitura documentária, e de acordo com Livingston (1997, p. 2) significa: “‘pensar sobre o pensamento’ e envolve supervisionar se uma meta cognitiva foi cumprida. Este deve ser o critério de definição para determinar o que é metacognitivo”.

Neves, Dias e Pinheiro (2006, p. 142) explicam que “além do papel central do conhecimento prévio na compreensão da leitura, a importância do monitoramento da compreensão e do uso de estratégias metacognitivas de processamento de texto tem sido enfocada por vários estudos”.

Fujita explica que a compreensão em leitura necessita de conhecimento armazenado na memória a longo prazo, cuja estrutura de conhecimento é baseada em rede semântica de informações, onde é possível associar informações e conceitos. O processo de compreensão exige os “esquemas” ou representações generalizadas de ambientes, permitindo associações com tudo aquilo que é informado durante a leitura (FUJITA, 2017, p. 18).

Neves, Dias e Pinheiro (2006, p. 142) compartilham de pensamento equivalente com Fujita, “o conhecimento anterior facilita o processamento do texto e a compreensão, por oferecer uma estrutura na qual o conteúdo do material lido possa ser relacionado”.

Fujita (2017), explica que para realizar a leitura documentária de forma adequada e inteligente, o profissional deve executar os movimentos em equilíbrio, sempre tendo em mente os objetivos da leitura, caracterizando o processo como metacognitivo. Tendo em vista o equilíbrio dos movimentos ascendentes e descendentes, o profissional fará uso de estratégias próprias de leitura.

As estratégias cognitivas, ocorrem na leitura fluida, do documento na íntegra, e as estratégias metacognitivas, ocorrem durante uma leitura com objetivos documentários.

Diversos fatores podem influenciar no processo de leitura, e conseqüentemente, no processo de leitura documentária. Kato (1995) define as condições de leitura: a) o grau de maturidade do sujeito como leitor; b) o nível de complexidade do texto; c) o estilo individual; d) o gênero do texto.

Cintra (1983, p. 5) reconhece que a análise de documentos com fins documentários (indexação e catalogação de assunto) é realizada pela leitura do documento, é processada pelo cérebro humano, ou por máquina. Especula-se que a leitura documentária seja mais adequada dentro de domínios específicos, devido à bagagem de informações e conhecimentos específicos em dada área adquiridos ao longo da vida do profissional.

Em organização do conhecimento, a leitura é a forma pela qual os analistas de assunto iniciam diversos processos, como a indexação. A leitura documentária deve ser realizada por um profissional e nunca ocorrerá de maneira fixada. A mente funciona de forma única e fatores como conhecimento prévio, domínio em que o sujeito atua (e/ou atuou anteriormente), educação acadêmica, convívio com outras pessoas, influenciam diretamente no processo inferencial.

Sobre a leitura, conclui-se que é inerente ao leitor o equilíbrio de estratégias cognitivas e metacognitivas, e é por meio destas que o leitor proficiente está apto a formular hipóteses para compreender um texto. O conhecimento de estruturas textuais integrarão as estratégias de leitura criadas por cada leitor, influenciando diretamente no processo inferencial sobre determinado texto. Apresentaremos a seguir, a relação de aspectos da leitura ao domínio da Biblioteconomia jurídica.

3 A BIBLIOTECONOMIA JURÍDICA

Passos (2009, p. 47) apresenta conceito conciso sobre a Biblioteconomia jurídica. Seria uma aplicação das teorias e técnicas biblioteconômicas à Ciência do Direito. Em artigo citado, a autora traça uma linha do tempo sobre o assunto.

Segundo Reale (2001, p. 12), na “[...] Introdução ao Estudo do Direito, faz-se mister verificar quais as suas ligações, os seus nexos com outras ordens de conhecimento, especialmente com a Filosofia do Direito, a Teoria Geral do Direito e a Sociologia Jurídica.” Portanto, é uma área bastante complexa e com diversas ramificações.

O Direito e seus fenômenos são difíceis de conceituar, de maneira sucinta. Betioli (2008) estabelece diversos critérios, tendo em vista a definição de “direito”. Para o autor, existe um conceito do “direito” de origem **nominal** (relacionado à etimologia e semântica) e um conceito **real** (vinculado à essência do objeto, o que ele realmente é).

Para Cunha e Dip (2001, p. 2), o Direito “[...] insere-se imediatamente no mundo social, isto é, no universo das relações dos homens uns com os outros, em sociedade.”

O Direito, assim como muitos domínios do conhecimento, é composto por diversas áreas, cada uma, com suas particularidades e características, podemos citar o direito constitucional, administrativo, financeiro, tributário, processual, penal, entre outros.

A informação jurídica é comumente produzida por órgãos do Estado, pois é dele o monopólio das atividades legislativa e jurisdicional (BARROS, 2016, p. 185). Essas informações necessitam de organização e tratamento, serviço do bibliotecário jurídico.

No Brasil, a formação do bibliotecário é bastante genérica, dando-se pela via da graduação, em cursos com duração, em média, em torno de 4 a 5 anos (BARROS, 2016, p. 181).

Mendes faz algumas considerações sobre a formação do bibliotecário que opta pela profissão na área do Direito. Para especializar-se na área jurídica o aluno deve buscar estágios em bibliotecas jurídicas para adquirir experiência, noções e o vocabulário próprio do Direito [...] alguns profissionais que optam pela alternativa de graduar-se em Direito (MENDES, 2010, p. 4).

Baptista *et al.* (2008, p. 159) esclarecem que “a área jurídica, assim como qualquer outra, necessita de profissionais preparados, ativos e tecnologicamente aptos, para atuar como facilitadores entre os repositórios de informação e os usuários”.

Nas bibliotecas especializadas em Direito, a *expertise* do bibliotecário amplia-se a partir do momento em que, ao manejar frequentemente a informação jurídica, adquire o *status* de “especialista” dessa informação, o que cria a possibilidade de lhe conferir a prerrogativa de “colaborador” do usuário, no desenvolvimento de seus estudos, agregando-a à de consagrado “intermediário” (LOUREIRO, 2005, p. 1).

Cabe ao bibliotecário jurídico saber quais são suas atribuições e quais serviços estão ao alcance de seus conhecimentos sobre o domínio do Direito. O bibliotecário jurídico **não** é advogado, é bibliotecário. Este deve realizar os serviços de organização e disseminação da informação e do conhecimento jurídico, sem invadir o espaço do advogado.

Mendes recomenda que o profissional da informação que pretende atuar no campo jurídico precisa dominar os conhecimentos em relação à leitura e terminologia da comunidade jurídica, além de saber manusear a documentação e utilizar, de forma correta, a busca pelas principais fontes de informações (MENDES, 2010, p. 17).

Baptista *et al.* (2008) reconhecem a necessidade de especialização do bibliotecário, para melhor atuação na área jurídica. Porém, a autora explica que existem indícios de que nem sempre a educação continuada é escolhida como forma de se preparar, visando à diminuição de dificuldades relacionadas à especificidade da área.

Logo, para suprir a falta de foco ou especialização jurídica nos cursos de graduação, o bibliotecário com intenção de atuar nesse domínio deverá contar com cursos específicos no assunto, cursos de pós-graduação na área e com a prática deliberada, durante a experiência profissional.

Cada domínio do conhecimento possui diversos tipos de documento e, com o Direito, não é diferente. Na próxima seção, serão apresentados conceitos de documentos jurídicos e suas respectivas estruturas.

4 A ESTRUTURA TEXTUAL DE DOUTRINA

Existem vários tipos de documento. As bibliotecas podem conter, em seus acervos: livros, periódicos, materiais somente em formato digital, materiais multimídia, entre outros. Porém, os livros e fascículos de

periódicos, tanto em formato tradicional (impresso) quanto digital, são os mais comuns e em maior quantidade.

Guinchat e Menou (1994, p. 54) definem o livro brevemente como um “[...] conjunto de folhas impressas e reunidas em um volume encadernado ou sob a forma de brochura.” Deve-se levar em conta, ainda, as informações contidas nos livros, sua área e as intenções do autor.

Em bibliotecas jurídicas, a variedade aumenta, principalmente quando se distinguem os tipos de documentos. Em livros do domínio jurídico, podemos encontrar doutrina, jurisprudência, leis, modelos de contratos, materiais de pesquisa, entre outros. Por conseguinte, é sempre essencial ter em mente que cada tipo de documento apresenta seus conteúdos de forma diferenciada, em suas estruturas, mesmo quando as estruturas são bem características, como em livros e artigos de periódicos. Esse conteúdo no domínio do Direito é a informação jurídica.

A informação jurídica é vista como esclarecimento útil para o progresso e o desenvolvimento da cidadania, de maneira que, por meio dela, os profissionais do Direito produzem conhecimentos, nos quais fundamentam suas análises e adotam decisões que regularão a vida em sociedade (MIRANDA; MIRANDA, 2017, p. 77).

Conceitualmente, a informação jurídica, de acordo com Passos (1994, p. 363), embasa manifestações de pensamento de juriconsultos, tratadistas, escritores jurídicos, advogados, legisladores, desembargadores, juízes e todos aqueles que lidam com a matéria jurídica. Procura estudar (do ponto de vista legal) ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpreta e aplica dispositivos legais (PASSOS, 1994, p. 363).

Na área jurídica, podemos observar o crescimento do número de documentos publicados, nos últimos anos. A produção de informação jurídica tem alcançado grandes proporções, com a intensificação da elaboração doutrinária e da publicação de leis (MIRANDA; MIRANDA, 2017, p. 78). Muitos documentos são produzidos e disponibilizados em meio digital, em plataformas inovadoras (sejam ou não de órgãos oficiais). O objetivo é disseminar informação, de maneira mais rápida, conferindo conteúdo atualizado.

As fontes de informação jurídica são classificadas em primárias, secundárias e terciárias. Conforme Passos e Barros (2009, p. 122), “[...] com o objetivo de facilitar o uso do conhecimento disperso nas fontes primárias, surgiram as fontes secundárias, que apresentam a informação filtrada e organizada de acordo com um arranjo definido, conforme sua finalidade.”

São exemplos de **fontes primárias**: Diário Oficial da União (e as respectivas matérias e seções publicadas); Diário da Justiça Eletrônico; Diários Oficiais dos Estados e do Distrito Federal (PASSOS; BARROS, 2009). A maior parte das fontes primárias de informação jurídica estão disponíveis em meio digital *on-line*.

São exemplos de **fontes secundárias**: Livros, periódicos e teses; Livros jurídicos; Cartilhas e apostilas; Periódicos jurídicos; Periódicos eletrônicos; Teses; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações; Dicionários, enciclopédias e vade-mécums e Coleções de leis e de jurisprudência (PASSOS; BARROS, 2009). As fontes secundárias de informação jurídica ainda são publicadas em papel, mas se percebe o crescimento de publicações em meio digital.

As **fontes terciárias** têm a função de direcionar o usuário para as fontes primárias e secundárias. São os índices, bibliografias, guias de literatura, bibliografias de bibliografias, bases de dados, bibliotecas e centros de informação e documentação.

Na área jurídica, é notória a escassez de literatura que oriente o profissional da informação no manuseio e na organização dos documentos legais, referente à leitura técnica e à análise de assunto do documento (MENDES, 2010, p. 8). A falta de fluência na terminologia jurídica também é um problema comum para bibliotecários. Assim, cabe a esses profissionais estudar e conhecer os tipos e estruturas de documentos desse domínio.

Pensando na estrutura dos documentos jurídicos, podemos classificar a informação jurídica em três tipos distintos: “[...] analítica (por meio da doutrina); normativa (pela legislação) e interpretativa (com o emprego da jurisprudência). A analítica caracteriza-se pela emissão de uma opinião particular fundamentada sobre determinado assunto.” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 94).

Para Souza (2013, p. 79), “[...] a **documentação legislativa** é formada pelo conjunto de documentos gerados durante o processo legislativo. Compreende os atos legislativos propriamente ditos, as proposições legislativas e a documentação acessória.”

Silva (2016) assinala que a palavra **jurisprudência** deriva do “[...] latim *jurisprudencia*, de *jus* (Direito, Ciência do Direito) e *prudencia* (sabedoria), entende-se literalmente que é a ciência do Direito vista com sabedoria. Resulta da interpretação e aplicação das leis em casos concretos, submetidos ao julgamento da Justiça.” (SOUZA, 2013, p. 84).

Por sua vez, Silva (2016) explica que a palavra **doutrina** vem do “[...] latim *doctrina*, de *docere* (ensinar, instruir, mostrar), na terminologia jurídica, é tido, em sentido lato, como o conjunto de princípios expostos nos livros de Direito, em que se firmam teorias ou se fazem interpretações sobre a ciência jurídica.”

A informação jurídica contida em doutrina é comumente publicada e disseminada de forma impressa ou digital, em formato de livro ou *e-book*, e é um tipo de documento bem comum em bibliotecas da área jurídica.

Marques Júnior (1997) também apresenta conceitos sobre os tipos de documentos jurídicos. Acrescentamos alguns exemplos aos conceitos do autor, comuns em bibliotecas jurídicas:

Legislação: É representada pelo conjunto das normas jurídicas propriamente ditas e, por extensão, da documentação referente ao processo de sua elaboração. As normas jurídicas, por sua vez, englobam, de acordo com sua hierarquia, os seguintes diplomas legais: Constituição; Emenda constitucional; Lei complementar; Medida provisória; Lei ordinária; Lei delegada; Decreto (MARQUES JÚNIOR, 1997, p. 165).

Jurisprudência: É representada pelo conjunto das decisões judiciais em relação a determinado assunto ou emanadas de determinada corte ou instância de julgamento, bem como, por extensão, da documentação relativa ao processo de tomada dessas decisões. Tipos básicos: Ação; Sentença; Recurso; Acórdão (MARQUES JÚNIOR, 1997, p. 166).

Doutrina: É representada pelo conjunto da literatura técnica produzida por especialistas na área jurídica, publicada sob a forma de livros, teses, artigos de periódicos, trabalhos de congresso etc. Essa literatura, além de constituir espaço de análise, reflexão e discussão da legislação e da jurisprudência, apontando suas virtudes e imperfeições, tem também por objetivo facilitar a compreensão dos textos e documentos legais, servindo como embasamento teórico para a própria atuação jurídico-legislativa (MARQUES JÚNIOR, 1997, p. 166).

Nesta pesquisa, o enfoque é dado aos documentos que existem em maior quantidade em bibliotecas jurídicas de vários tipos (tribunais, escritórios de advocacia, departamentos jurídicos). São os livros e artigos de periódicos jurídicos (doutrina), em formato impresso ou digital.

Fujita (2017, p. 19) salienta que, “[...] quando lemos algum texto, sempre estamos prevendo encontrar algum aspecto ou padrão compatível aos nossos esquemas que nos ajude a compreendê-lo.”

Portanto, o reconhecimento de estruturas textuais de documentos favorece o processo inferencial da leitura documentária. Assim, quanto mais o leitor se familiariza com diferentes tipos de estruturas textuais, mais experiente e hábil se torna para ler variadas espécies de textos (FUJITA, 2017, p. 17).

A melhor forma de realizar uma análise segura e fiel de um documento se dá com base em sua estrutura. Os aspectos associados ao conhecimento prévio são os responsáveis por tal conhecimento. Desse modo, o profissional estará apto a realizar a leitura documentária de forma adequada à atividade, com base em estratégias metacognitivas de leitura.

Os livros e artigos de periódicos do domínio jurídico possuem uma estrutura textual diferenciada, considerando seus três tipos (legislação, jurisprudência e doutrina). Reis (2019), realizou estudo de leitura documentária de doutrina com base em estruturas textuais. A seguir, serão fornecidos conceitos de partes da estrutura textual de doutrina (livros e artigos de periódico), com base em Reis (2019), que analisou bibliotecários jurídicos por meio de PVIs e estudou diversas publicações da área do Direito, a NBR 6029 - Informação e documentação - Livros e folhetos, e na NBR 6022 - Informação e documentação - Artigo em publicação periódica científica impressa. Foram considerados os elementos citados nas NBR.

LIVRO

Capa: É uma parte bastante consultada por analistas de assunto e usuários. É o primeiro contato com o documento; muitas chamam atenção, devido às cores vivas e ilustrações. Primeiro contato com o “título” do documento, elemento mais consultado pelos profissionais, para iniciar a leitura documentária. Ocasionalmente, é possível encontrar informações inconsistentes com outras partes do livro, como número da edição ou subtítulo (alguns subtítulos da capa divergem dos da folha de rosto). Não é uma fonte de informação confiável.

Contracapa: Assim como a capa, é um dos primeiros elementos a ser consultado. O analista de assunto costuma pegar o livro, olhar a capa, virá-lo e olhar a contracapa. Alguns livros não possuem esse tipo de informação, sobretudo os livros antigos ou de capa dura (coleções). Quando presente no livro, contém informações breves sobre o conteúdo, autor ou coleção. Nessa parte, está sempre presente o código de barras com ISBN do livro. Em diversas ocasiões, o mesmo tipo de informação, a qual figuraria nessa parte, aparece na orelha do livro.

Orelha: Apresenta informações mais concisas do que as mostradas na contracapa, consistindo de informações breves sobre o livro, autores e coleção. Varia bastante de editora para editora.

Anverso da folha de rosto: Parte sempre consultada por analistas de assunto. Possui informações confiáveis, ao contrário da capa. Alguns livros trazem uma falsa folha de rosto, antes da folha de rosto original. Apresenta título, subtítulo (quando houver), edição (quando houver), editora, local de publicação e ano de publicação. Algumas possuem informações da coleção e sobre o acesso *online* ao livro (quando houver).

Verso da folha de rosto: Parte habitualmente consultada por analistas de assunto. Contém informações sobre a edição, publicação e autores. Seria o local correto para a ficha catalográfica, que é um elemento muitas vezes negligenciado pelas editoras de livros. Alguns livros possuem fichas com informações incorretas ou divergentes do anverso da folha de rosto. Em alguns casos, as editoras não incluem a ficha catalográfica, em seus livros. Alguns analistas de assunto costumam consultar os assuntos da ficha, após a análise de assunto do livro, para mera conferência.

Apresentação: Elemento que não aparece em todos os livros da área jurídica. Muitas estão relacionadas ao conteúdo da edição e aos autores atualizadores de conteúdo.

Prefácio: Parte com conteúdo semelhante à apresentação e notas de um livro. Varia de acordo com a preferência dos autores e editores. Frequentemente consultada por analistas de assunto.

Sumário: Parte sempre consultada pelos analistas de assunto. É considerada de extrema importância para a análise de assunto. Em alguns livros mais antigos, principalmente, mas não exclusivamente, pode ser nomeada de “índice”. Sua extensão varia, dependendo da quantidade e profundidade dos assuntos abordados. Alguns analistas de assunto fazem uma representação exaustiva dos termos representados no sumário, dependendo da política da biblioteca.

Capítulos - desenvolvimento do texto: Alguns analistas de assunto “pulam” essa parte. Em alguns casos, as informações fornecidas nos sumários já são suficientes para representar os principais assuntos do livro. Os analistas de assunto costumam consultar o desenvolvimento do livro, quando o sumário é curto ou inexistente. Assim como todas as partes mencionadas até agora, pouco difere a versão impressa da versão digital.

ARTIGO DE PERIÓDICO

Artigo de periódico impresso: Os artigos de periódicos impressos costumam ser padronizados, de acordo com as regras de cada revista. Cada periódico possui um padrão próprio, conforme as regras editoriais. Geralmente, são compostos por título, sumário e palavras-chave (nos idiomas que a revista exigir), e desenvolvimento do texto. O número de páginas dos artigos pode variar, e os analistas de assunto costumam consultar poucas páginas para a análise de assunto, principalmente a primeira e a segunda. Raramente consultam a conclusão ou considerações finais do artigo.

Artigo de periódico digital: Os artigos de periódicos digitais são estruturados da mesma forma que os artigos impressos. Muitos são publicados em meio digital e também em meio impresso. O que diferencia os dois formatos é o acesso: o acesso do artigo em papel se dá por meio da

compra do fascículo, o qual será organizado na biblioteca de acordo com a política. O acesso ao artigo digital é disponibilizado através de assinatura, e o tipo de acesso define se será possível fazer *download* do artigo ou somente consultá-lo na plataforma específica, durante a vigência do plano. A leitura documentária dos analistas de assuntos costuma ocorrer da mesma maneira para os dois tipos de artigo.

A leitura documentária do analista de assunto costuma ser focada em alguns pontos específicos. O formato (impresso ou digital) não afeta, de forma significativa, a leitura documentária do profissional. Os procedimentos de leitura e análise costumam ser os mesmos, quer em documentos impressos, quer aqueles em meio digital.

Com base nos resultados apresentados por Reis (2019), foi possível listar quais são as partes das estruturas textuais de doutrina mais consultadas pelos profissionais, parte da proposta da pesquisa:

Quadro 1 - Diretrizes para leitura documentária de livros da área jurídica.

EM LIVROS (ORDEM DE APRESENTAÇÃO DE ACORDO COM A NBR 6029)

Parte externa: capa (título e autor), “contracapa” e orelhas.

Parte interna - elementos pré-textuais: folha de rosto (ficha catalográfica), sumário, prefácio;

Elementos textuais: introdução, partes do desenvolvimento.

Fonte: Reis (2019).

Quadro 2 - Diretrizes para leitura documentária de artigos da área jurídica.

EM ARTIGOS (ORDEM DE APRESENTAÇÃO DE ACORDO COM A NBR 6022):

Elementos pré-textuais: título e subtítulo, resumo, palavras-chave;

Elementos textuais: introdução e desenvolvimento.

Fonte: Reis (2019).

Os conceitos enfocados nesta seção evidenciam que a leitura documentária, com abordagem voltada para o domínio jurídico, permite

que o indexador seja guiado pela estrutura textual dos documentos, proporcionando uma análise de assunto produtiva de doutrina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vários processos compõem a organização do conhecimento, e podemos destacar a leitura documentária como fase inicial da indexação. O processo de indexação é iniciado com a análise de assunto. É por meio da leitura documentária, para a análise de assunto, que se torna possível conhecer o *aboutness* de um documento. Diversos elementos concernentes ao processo inferencial, como conhecimento prévio, domínio específico de atuação, estratégias próprias, prática e experiência profissional foram considerados. Concluiu-se que, com relação à leitura documentária, a singularidade do bibliotecário como leitor é determinante para o sucesso do processo. Este deverá fazer uso de toda sua bagagem teórica e prática, na criação de estratégias que sejam eficazes para os objetivos de sumarização.

O Direito possui diversas ramificações, exigindo alta especialização dos bibliotecários. Acredita-se que a especialização do bibliotecário em leitura documentária acontece com a prática deliberada, durante sua experiência, e raramente haverá orientação específica, na etapa de formação. O domínio jurídico, exige que o analista de assunto seja altamente especializado.

Bibliotecários experientes conhecem diversas áreas do Direito, possuem estratégias de leitura mais do que adequadas ao processo de leitura documentária e reconhecem diferentes estruturas textuais com muita facilidade. O resultado é uma análise de assunto para indexação com qualidade e sob medida, para os usuários específicos do domínio jurídico.

Esta pesquisa contribui diretamente para a leitura documentária, na Biblioteconomia jurídica, especificamente de doutrina, no sentido de apresentar, de forma sucinta sugestões de procedimentos para leitura documentária de doutrina.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6022*: Informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6029*: informação e documentação: livros e folhetos: apresentação. Rio de Janeiro, 2006.
- BAPTISTA, S. G *et al.* O perfil do bibliotecário que atua na área jurídica: relato de pesquisa. *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação*: RICLI, Brasília, v. 1, n. 2, p. 151-174, jul./dez. 2008. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12986/1/ARTIGO_PerfilBibliotecarioArea.pdf. Acesso em: 14 jan. 2019.
- BARROS, L. V. Uma leitura sobre a Biblioteconomia Jurídica no Brasil e em países selecionados: contribuições, particularidades, semelhanças e diferenças. *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 176-216, jan. 2016. Disponível em: <http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/87>. Acesso em: 21 jun. 2018.
- BETIOLI, A. B. *Introdução ao direito*: lições de propedêutica jurídica tridimensional. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CAVALCANTI, M. C. *I-n-t-e-r-a-ç-ã-o leitor-texto*: aspectos de interpretação pragmática. Campinas: UNICAMP, 1989.
- CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas, instrumentos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 21, n.1/2, p. 63-79, jan./jun. 1988.
- CHU, C. M.; O'BRIEN, A. Subject analysis: the critical first estage in indexing. *Journal of Information Science*, Amsterdam, v. 1, n. 19, p. 439-454, 1993.
- CINTRA, A. M. M. Elementos de lingüística para estudos de indexação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 5-22, 1983.
- CUNHA, P. F. da; DIP, R. *Propedêutica jurídica*: uma perspectiva jusnaturalista. Campinas: Millennium, 2001.
- DUARTE, E. A. Processos de indexação e análise de assunto: uma abordagem baseada na avaliação dos fatores intervenientes nestes processos. *Biblionline*, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 1-7, 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/1911>. Acesso em: 14 jan. 2019.
- FERREIRA, A. C. *Análise de assunto da informação jurídica*: proposta de um modelo de leitura técnica de acórdãos no contexto do controle externo. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-AX2JM6>. Acesso em: 20 dez. 2018.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2089>. Acesso em: 14 jan. 2019.

FUJITA, M. S. L. A leitura documentária e o processo de compreensão do indexador: memorial de investigação científica. In: FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. de B.; DALEVEDOVE, P. R. (org.). *Leitura documentária: estudos avançados para a indexação*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 15-50. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/leitura-documentaria---ebook.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

FUJITA, M. S. L. A leitura documentária na perspectiva de suas n variáveis: leitor-texto-contexto. *DataGramZero*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 1-27, 2004. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000007547/f439490af520c6a64bbdd99c4a74f163/>. Acesso em: 14 jan. 2019.

GIASSON, J. *A compreensão na leitura*. Lisboa: Asa, 1993.

GUINCHAT, C.; MENU, M. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. 2. ed. rev. aum. Brasília: MCT/CNPq/IBICT, 1994. E-book. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1007/1/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20geral%20%C3%A0s%20ci%C3%A7%C3%A2ncias%20e%20t%C3%A9cnicas%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20documenta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

HJØRLAND, B. Towards a Theory of Aboutness, Subject, Topicality, Theme, Domain, Field, Content . . . and Relevance. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, Hoboken, v. 52, n. 9, p. 774-778, 2001. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/asi.1131>. Acesso em: 14 jan. 2019.

HUTCHINS, W. J. On the problem of 'Aboutness' in document analysis. *Journal Of Informatics*, Norwich, v. 1, n. 1, p. 17-35, abr. 1977. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/e9b9/28aa2aacfe2a1eddd864dc34cabdbd1dc7.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

KATO, M. A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995. (Fundamentos).

KLEIMAN, A. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 7. ed. Campinas: Pontes, 2000.

KOCH, I. V. *O texto e a construção dos sentidos*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LIVINGSTON, J. A. A. *Metacognition: an overview*, 1997. Disponível em: <http://www.gse.buffalo.edu/fas/shuell/cep564/Metacog.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

- LOUREIRO, R. C. C. A especialidade do Bibliotecário jurídico: bases para uma interação com o usuário operador do Direito. *E-gov UFSC*, Florianópolis, 2005. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/especialidade-do-bibliotec%C3%A1rio-jur%C3%ADdico-bases-para-uma-intera%C3%A7%C3%A3o-com-o-usu%C3%A1rio-operador-do>. Acesso em: 18 jan. 2019.
- MAI, J-E. The concept of subject in a semiotic light. In: SCHWARTS, C.; RORVIG, M. (ed.). *Digital collections: implications for users, funders, developers and maintainers*. Medford, NJ: Information Today, 1997a. p. 54-64. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/234593922_The_Concept_of_Subject_in_a_Semiotic_Light. Acesso em: 18 jan. 2019.
- MAI, J-E. The concept of subject: on problems in indexing. In: McILWAINE, I. C. (ed.). *Knowledge organization for information retrieval: 6th International Study Conference on Classification Research*. The Hague: FID, 1997b. p. 60-67.
- MARQUES JÚNIOR, A. M. Fontes de informação jurídico-legislativas. *Perspect. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 163-174, jul. 1997. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/download/630/419>. Acesso em: 18 jan. 2019.
- MENDES, R. R. Conhecimentos básicos sobre o bibliotecário jurídico: ferramentas e fontes da informação. *Rorg*, Rio Grande, p. 1-19, nov. 2010. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/5952>. Acesso em: 05 out. 2017.
- MIRANDA, A. C. C. de; MIRANDA, E. S. de. Fontes de informação jurídica. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Santa Catarina, v. 22, n. 50, p. 76-90, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n50p76/34698>. Acesso em: 01 out. 2017.
- NAVES, M. M. L. Análise de assunto: concepções. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 20, n. 2, p. 215-226, jul./dez. 1996. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000004670/d141075e3da6cf9d44b3e45ed7587c89/>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- NAVES, M. M. L. Estudo de fatores interferentes no processo de análise de assunto. *Perspect. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 189-203, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/428>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- NEVES, D. A. de B. Leitura e Metacognição: uma experiência em sala de aula. *R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.*, Florianópolis, n. 24, p. 1-9, 2. sem. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12n24p1/405>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- NEVES, D. A. de B.; DIAS, E. W.; PINHEIRO, A. M. V. Uso de estratégias metacognitivas na leitura do indexador. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 3, p. 141-152, 01 set. 2006. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/02/pdf_de6be734db_0008103.pdf. Acesso em: 18 fev. 2019.

- PASSOS, E. J. L. O apoio da Biblioteconomia Jurídica à Comissão de Juristas que elaborou o Anteprojeto de Código de Processo Penal. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 183, n. 46, p.47-53, set. 2009. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/194930>. Acesso em: 24 jul. 2018
- PASSOS, E. J. L. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/537>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- PASSOS, E. J. L.; BARROS, L. V. *Fontes de informação para pesquisa em direito*. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.
- REALE, M. *Lições preliminares de direito*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. E-book. Disponível em: https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/40071/mod_resource/content/1/Livro%20Miguel%20Reale. Acesso em: 20 maio 2018.
- REIS, D. M. A. *A leitura documentária de bibliotecários jurídicos: um estudo realizado a partir de aspectos da semiose e teoria da inferência observados na estrutura textual de doutrina*. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181849>. Acesso em: 08 maio 2019.
- REIS, D. M. A. *et al.* Tratamento descritivo e temático da informação: recomendações para estudos sobre aspectos semióticos na criação de registros bibliográficos. *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação: RICI*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 42-58, jan. 2018. Quadrimestral. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/25461>. Acesso em: 02 fev. 2018.
- SILVA, A. G. *Leitura documentária das fontes de informação jurídica*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-31082015-113702/en.php>. Acesso em: 26 fev. 2018.
- SILVA, de P. *Vocabulário jurídico*. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- SOUZA, S. T. de. *A caracterização do documento jurídico para a organização da informação*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ECIC-9CAHBP>. Acesso em: 5 mai. 2018.
- TERRA, A. L. Processos cognitivos na leitura documental: o que faz o indexador quando lê?. In: FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. de B.; DAL'EVEDOVE, P. R. (org.). *Leitura documentária: estudos avançados para a indexação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 51-67. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/leitura-documetnaria---ebook.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

MODELO DE LEITURA DOCUMENTÁRIA PARA INDEXAÇÃO DE TEXTOS NARRATIVOS DE FICÇÃO

Deise Maria Antonio SABBAG

RESUMO: O modelo de leitura documentária para indexação de textos narrativos de ficção tem como objetivo a análise de obras de ficção, ou seja, a identificação da tipologia textual, a leitura técnica do documento e a identificação de conceitos. Propõem como aportes teóricos o Percurso Gerativo de Sentido e as categorias para obras ficcionais desenvolvidas por Begthol (1994). Apresenta um modelo de leitura documentária que para as obras de ficção denominado Mentif.

PALAVRAS-CHAVE: MENTIF. Indexação de Obras de ficção. Texto Narrativo de Ficção. Modelo de Leitura.

ABSTRACT: The documentary reading model for indexing fictional narrative texts aims to analyze works of fiction, the identification of the textual typology, the technical reading of the document and the identification of concepts. Uses theoretical contributions the Generative Sense Course and the categories for fictional works developed by Begthol (1994). It presents a documentary reading model that for works of fiction called Mentif.

KEYWORDS: MENTIF. Indexing of Works of fiction. Narrative Fiction Text. Reading Model.

“a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas.”

Antonio Candido

1 INTRODUÇÃO

A criação do modelo de leitura documentária para indexação de textos narrativos de ficção (MENTIF) teve a seu entendimento integralizado após a leitura do ensaio “O direito à literatura” do professor Antonio Candido (1995). Digo entendimento integralizado pois como um modelo a princípio tinha como intento o estudo de um conjunto de ideias que possibilitasse a construção teórica e metodológica para um paradigma de análise dos textos narrativos de ficção. Como modelo ele nasceu inacabado, inconclusivo e parcial sendo obra aberta para ser aprimorado, negado, utilizado, modificado, discutido e analisado. A leitura do ensaio se deu após a conclusão do Mentif, mas sua interpretação decodificou o desejo que permeava todo o processo de elaboração do dispositivo.

O ensaio apresenta a literatura, a ficção, bem como outras formas artísticas, como um bem de necessidade básica humana, uma necessidade universal que deveria ser estabelecida como direito. Necessidade universal que “deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto, nos humaniza” (CANDIDO, 1995, p. 186), ela também é um instrumento de desmascaramento, de denúncia, de libertação.

Se entendermos que os textos narrativos de ficção são bens imensuráveis e um direito universal sua análise, síntese e recuperação se tornam imprescindíveis para sua disponibilização e acesso.

Muitos procedimentos utilizados para identificação do conteúdo temático dos documentos demonstram eficácia devido à própria tipologia dos materiais. Esses materiais oferecem uma estrutura textual, e física, que corrobora para a aplicabilidade de análises metodológicas, compostas

por elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Essas características favorecem a análise do conteúdo temático de alguns documentos, como por exemplo, os técnicos-científicos. Mas sua aplicabilidade em textos narrativos de ficção carecia, e ainda carece, de maior aprofundamento devido aos resultados obtidos. Pois, os textos narrativos de ficção acabam sendo representados por seu gênero e nacionalidade.

A partir da década de 1980 percebe-se na literatura de Ciência da Informação a preocupação com a recuperação de textos narrativos de ficção. Pesquisas importantes são desenvolvidas com esse objetivo, dentre elas destacam-se os estudos de Burges (1936), Spiller (1980), Pejtersen e Austin (1983), Harrell (1985), Beghtol (1986), Jansson e Södervall (1987), Macpherson (1987), Beghtol (1989), Bell (1991), Olderr (1991), Ranta (1991), Hayes (1992), Beghtol (1992), Beghtol (1994), Negrini (1995), Andersson e Holst (1996), Hidderley e Rafferty (1997), Nielsen (1997), Saarti (1997), Beghtol (1997), Saarti (1999a, 1999b, 2002).

A maioria desses estudos estão voltados sobre os produtos documentais, e não sobre o processo de análise dos documentos, sendo que, os produtos documentais, em sua maioria focam nas questões de gênero e da nacionalidade dos textos narrativos de ficção.

Nosso interesse era desenvolver um modelo que colaborasse para a análise dos textos narrativos de ficção de tal forma que essa tivesse como resultado o assunto do documento.

Assim sendo, o primeiro desafio para o desenvolvimento do modelo residia na pergunta o que é um texto narrativo de ficção?

2 O QUE É O TEXTO NARRATIVO DE FICÇÃO?

Para responder essa pergunta foi necessário estabelecer critérios para sua conceituação. O texto é composto por:

- estrutura superficial (microestrutura): compreende elementos linguísticos que auxiliam na sua composição;
- estrutura profunda (macroestrutura): onde existem os elementos que compõe a denominada semântica do texto, e
- superestrutura: forma definida pelo uso social (superestrutura).

Para um texto ser identificado como “texto narrativo” sua estrutura superficial (microestrutura) forma-se basicamente por elementos que indicam ações e mudanças de estado (verbos e indicadores de tempo e lugar); a estrutura profunda (macroestrutura) apresenta personagens que sofrem mudanças de estado; e a superestrutura é caracterizada por uma sequência de ações.

No caminho destes critérios conceituais recorreremos à literatura da área de Ciência da Informação construindo uma reflexão com três autores, a seguir: Lancaster (2004); Beghtol (1994), fazendo uma justaposição com os conceitos de Moraes (2011).

Lancaster (2004) estabelece uma diferenciação entre textos de ficção e textos de obras não-literárias afirmando que os elementos (problemas) envolvidos na indexação do primeiro e do segundo são de ordem diferentes. Essa diferenciação estaria nos objetivos para os quais os dois tipos de documentos são criados: “o primeiro, fundamentalmente, para entreter ou suscitar emoções, o segundo, fundamentalmente, para veicular informações. O fato de o segundo tipo poder, de vez em quando, entreter é igualmente fortuito em relação ao objetivo principal do veículo de comunicação” (LANCASTER, 2004, p. 200).

Para a autora Beghtol (1994) podemos dividir de forma convencional os documentos em ficção e não-ficção. Ficção seriam os textos criados a partir da imaginação; não ficção os criados a partir da faculdade racional. Mas ela alerta que textos criados da imaginação são produzidos em prosa narrativa. Neste contexto, “a ‘narrativa’ pode ser tomado de forma ampla para incluir discursos que avançam de algum sentido de um ponto a outro” (BEGHTOL, 1994, p. 7, tradução nossa).

Na análise das definições realizada por Moraes (2011), Lancaster (2004) apresenta uma perspectiva redutora sobre a obra literária, o que pode ser interpretado como desconhecimento em relação às manifestações literárias quando afirma que os textos de ficção destinam-se a entreter, suscitar emoções, divertir etc. De acordo com García-Marco et. al. (2010), Lancaster (2004) desconsidera a questão nuclear da ficção que é a ficção como manifestação artística:

Mas a ficção transmite informação cultural - e no final - informação muito pragmática, ensinando as pessoas sobre possíveis cursos de eventos, a complexidade das relações... e, como foi dito antes, é um meio que envolve uma mensagem que implica no uso dimensões não-lógicas, apelando para outros canais de comunicação. Na verdade, nós também devemos lembrar que a ficção é uma manifestação artística, presente em todas as civilizações, e tem sido estudado de forma científica desde a Grécia antiga, como fez Aristóteles em sua *Ars Poetica*. Assim, muitos pesquisadores consideram isso como uma manifestação concreta de informações, estudando a estrutura de composição, por exemplo, apesar da ficção contar uma história sobre um lugar imaginário, como fez Swift em *As Viagens de Gulliver* (GARCÍA –MARCO et al., 2010, p. 263-264, tradução nossa).

Notadamente, essas obras podem servir a diversão, provocar emoções, mas defende-se a dimensão da ficção enquanto manifestação artística (presente e reconhecida desde a antiguidade) que não pode ser esquecida, muito menos desconsiderada na área de Ciência da Informação. O reducionismo da definição de Lancaster (2004) é contraposto por uma amplitude na definição de Beghtol (1994) quanto ao texto de ficção. A autora compreende o texto de ficção como oriundo da imaginação de seus criadores. O texto literário encontra-se no limiar da imaginação, do imaginário, e como estabelecer os limites do 'o que é ou não imaginário. Para a autora ficção é *narrative prose*, com isso uma grande quantidade de textos que não são apenas narrativos, mas podem ser classificados como ficcionais não são contemplados.

Para melhor compreender essa questão, Moraes (2011) apresenta o exemplo de três épicos: “Odisseia”, “Eneida” e os “Lusíadas”. Tratam-se de narrativas que atendem os critérios de microestrutura, macroestrutura e superestrutura, mas são escritos em versos.

Para construir uma definição de texto de ficção que seja mais adequada aos estudos voltados para a área, Moraes (2011) toma como ponto de partida afirmações de Beghtol (1994) sobre uma autocrítica a sua definição de ficção:

É útil aceitar uma definição operacional por duas razões. Primeiro, nenhuma definição de ficção é universalmente aceita [...]. Segundo, o exame de documentos de ficção para o armazenamento e recuperação de informação precisa incluir o maior número de exemplos de ficção possíveis (BEGTHOL, 1994, p. 07, tradução nossa).

O autor afirma que não há um consenso sobre o que seja ficção, apontando que uma definição deveria ser “tão abrangente de forma a abarcar todas as possibilidades do texto de ficção” (MORAES, 2011, p. 20). Tomam-se como ponto de partida os conceitos de ficção usados na língua portuguesa, à questão da atividade literária em face do cotidiano em Moisés (1990) e os estudos linguísticos sobre a poética em Jakobson (2010), chegando à conclusão que

o texto de ficção é aquele que é escrito pensando-se também na seleção dos termos que melhor se adéquam e reforçam o contexto sugerido pelo conteúdo semântico, ou seja, a ficção é uma forma de manifestação artística, na qual o artista se serve das palavras para criar a sua obra de arte, buscando com esta fornecer um novo olhar para as situações humanas, ou mesmo criando uma realidade que pode ser chamada de paralela. Pode-se afirmar que o texto científico também é escrito nos mesmos moldes, ou seja, há uma seleção rigorosa dos termos a serem utilizados, e de fato o são. A grande diferença é que, enquanto os textos científicos esforçam-se por ser o mais claro possível, não se pode dizer o mesmo dos textos de ficção, pois a escolha dos termos se dá para causar um efeito que busque, muitas vezes, obliterar o que seria o real sentido do que está escrito, ou mesmo sugerir múltiplos e diferentes significados (MORAES, 2011, p. 22).

Dessa forma, como em Moraes (2011), entende-se que ficção é uma forma de arte, uma manifestação artística construída com palavras que ultrapassam os escritos originários da imaginação do escritor, pois pode conter elementos concretos da realidade.

Portanto, o texto narrativo de ficção é uma manifestação artística que compreende microestruturas (elementos que indicam ações e mudanças

de estado), macroestrutura (presença de personagens em situações que demandam mudanças de estado) e superestruturas (demarcadas por sequências de ações).

Nesta perspectiva, “o texto narrativo de ficção é uma obra de arte onde o artista é o escritor que cria criteriosamente, selecionando, os termos que irão representar o contexto escolhido pelo conteúdo semântico” (SABBAG, 2013). O pincel do artista escritor são as palavras que dão vida a obra de arte, fornecendo ao leitor uma nova perspectiva acerca do mundo, das relações humanas, das situações humanas, mesmo quando a realidade usada para demonstrar sua arte tenha elementos do imaginário, demonstrando sentidos fora da realidade, e sugerindo múltiplos e variados significados.

Respondida a questão inicial “o que é um texto narrativo de ficção? ”, uma segunda pergunta permeou a construção do modelo de leitura: como analisar esse documento artístico?

3 CONSTRUÇÃO DO MENTIF: APORTES TEÓRICOS

O primeiro ponto que buscamos compreender foram as etapas de análise e síntese presentes no processo de análise documental, compostas respectivamente por:

- Identificação da tipologia documental: abstração das diferentes manifestações (visuais, gestuais, verbais ou sincréticas) e identificação do seu plano de conteúdo;
- Leitura Técnica do documento, em que o documentalista adentra na estrutura do documento, buscando tomar contato com as partes que revelem maior conteúdo temático valendo-se, para tanto, de um conjunto de estratégias metacognitivas;
- Identificação de conceitos: uma vez identificadas as partes mais significativas tematicamente, aplica-se ao documento um conjunto de categorias conceituais, visando a construção de enunciados de assunto;
- Seleção de conceitos: os enunciados de assunto são categorizados em principais, secundários e periféricos, e ordenados logicamente,

tendo como parâmetros a estrutura, a função e os usos (tipo de busca informacional a que se presta o documento);

- Condensação documental: redução do documento original a um micro-documento (resumos)
- Representação documental: tradução do conteúdo temático do documento em linguagem de indexação, representando-o por meio de índices.

Figura 1 – Processo de análise documental



Fonte: Elaborado pela autora.

Compreendida as etapas do processo de análise documental percebemos que a construção de um modelo de leitura para indexação de textos narrativos de ficção deveria estar relacionada com a etapa de Análise e suas subetapas: identificação da tipologia documental, leitura técnica do documento e identificação de conceitos.

Para tanto os aportes teóricos para a construção do Mentif tiveram como resultado o estudo articulado de três elementos: figura do espetáculo (TATIT, 2007); percurso gerativo de sentido (FIORIN, 2011) e as categorias propostas por Beghtol (1994).

Desta forma a correspondência teórica entra a etapa da análise e os três elementos ficam melhor visualizados para o leitor no quadro a seguir:

Quadro 1 - Aportes teóricos do Mentif

ETAPA DE ANALÍTICA	APORTES TEÓRICOS
Identificação da tipologia documental	o texto narrativo de ficção: obra de arte onde o artista é o escritor que cria criteriosamente selecionando os termos que irão representar o contexto escolhido pelo conteúdo semântico (SABBAG, 2013)
Leitura técnica do documento	Percurso Gerativo de Sentido (FIORIN, 2011)
Identificação de conceitos	Categorias de Beghtol (1994)

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme demonstrado no Quadro 1 o modelo de leitura documentária para textos de ficção encontra sua utilização na etapa analítica, para tanto o indexador deve:

- a) Identificar a tipologia textual: o indexador deve ter consciência que trabalhos com uma grande diversidade de recursos bibliográficos e para que todos sejam analisados e sintetizados de forma adequada os profissionais devem respeitar a especificidades dos documentos e, mais, identificar as necessidades de tratamento a de cada recurso;
- b) Leitura técnica do documento: o indexador deve ler o texto narrativo de ficção utilizando as estratégias já tradicionalmente estabelecidas pela área, e no caso da obra de ficção levar em consideração o que será explicitado no item 2.1;
- c) Identificação de conceitos: o indexador deve identificar os conceitos por meio das categorias estabelecidas por Beghtol (1994) para textos narrativos de ficção (item 2.2).

3.1 LEITURA TÉCNICA DO DOCUMENTO: O PERCURSO GERATIVO DE SENTIDO

Apresentamos aqui os elementos constitutivos da Teoria do Percurso Gerativo de Sentido que utilizamos como embasamento teórico para a criação do Mentif. Importante ressaltar que, “o percurso gerativo

de sentido parte daquilo que é a parte última da Análise Documental: o elemento mais simples e abstrato de ordenamento dos múltiplos conteúdos do texto” (MORAES, 2011), pois ele é o plano de conteúdo de um texto e, por seu meio, o profissional poderá extrair os elementos conceituais para a representação do documento.

Em 1966, Greimas (Algirdas Julien Greimas) publica a obra “Semântica Estrutural” na qual mostra a mudança do estudo das frases para o estudo dos textos. Esta nova perspectiva tinha como principal questão o sentido construído no âmbito do texto que logo depois foi denominada de Semiótica. A Semiótica não possui uma teoria pronta e acabada, mas está em percurso repensando seu fazer, corrigindo-se, refazendo-se.

Para Greimas (1973) a unidade comum entre as ciências humanas encontra-se na pesquisa acerca da significação, mas apesar de ser um problema central nas ciências, não havia uma disciplina científica adequada para estudar essa questão, pois reconhecia que, principalmente a semântica, sempre foi a “parente pobre da linguística”. Os três motivos que explicariam as reticências dos linguistas para com a semântica seriam: a) o retardamento histórico dos estudos semânticos; b) as dificuldades próprias à definição do seu objeto; e c) a forte onda de formalismo. Então, o autor uma reflexão sobre as condições para um estudo científico da significação com vistas à construção de uma semântica (GREIMAS, 1973, p. 12-13). Semântica que não seria uma semântica lógica, mas uma semântica linguística

que se ocuparia da análise tal como é fornecida pelo código da língua. A semiótica não se interessa pela verdade dos enunciados, mas por sua veridccção, isto é, pelos efeitos de sentido de verdade com os quais um discurso se apresenta como verdadeiro, falso, mentiroso, etc. (FIORIN, 1999, não paginado).

Greimas toma o texto como unidade de análise onde a semântica deveria ser gerativa, sintagmática e geral (FIORIN, 1999, não paginado):

i) Gerativa: concebe o processo de produção do texto como um percurso gerativo, caminhando do mais simples e abstrato para o mais complexo e concreto, no qual ocorre um enriquecimento semântico. O texto é um conjunto de níveis de invariância crescente;

ii) Sintagmática: tendo como escopo o estudo da produção e interpretação dos textos. O texto é a totalidade e não o plano de conteúdo das línguas naturais, pois seu interesse é encontrar as diferenças produtoras do sentido do texto, e não em encontrar o conjunto de categorias responsáveis pela criação dos sentidos das palavras (em determinada língua);

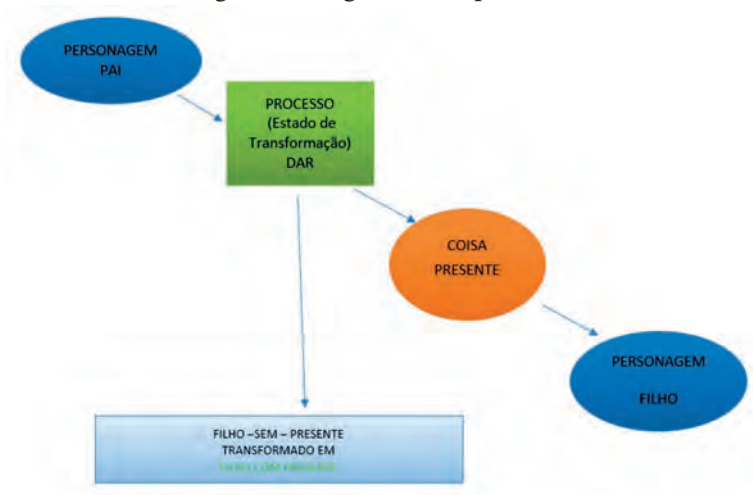
iii) Geral: seu interesse recai sobre qualquer texto, independentemente de sua manifestação (verbalmente, visualmente, por combinação de planos de expressão visual e verbal etc.). O conteúdo pode ser analisado separadamente da expressão, sendo que o conteúdo pode ser veiculado por diferentes planos de expressão. Para a análise, primeiramente, faz-se a abstração da manifestação, analisando o plano de conteúdo, logo após analisa-se as especificidades da expressão e sua relação com o significado.

Percebe-se o deslocamento produzido pela Semiótica do plano comum das línguas naturais, das noções funcionais que operam em unidades linguísticas para o texto global. Para Tatit (2007)

a passagem do estudo das frases ao estudo dos textos requer significativa mudança de enfoque. As gramáticas que nos explicam as construções frasais mostram-se inadequadas para a descrição da combinação dessas unidades num contexto mais amplo, o que fez o grande teórico Émile Benveniste considerar que a linguística perderia o seu lastro científico se tentasse integrar as frases num nível superior de análise (TATIT, 2007, p. 187).

A teoria de Greimas (1973) foi desenvolvida no momento em que vários linguistas observavam a existência de unidades comuns entre a noção de frase e texto. Tatit (2007) explica essa noção com base na figura do “espetáculo”. O autor exemplifica a figura do espetáculo com uma frase simples “O pai dá um presente ao filho” onde podemos identificar uma curta encenação com personagens:

Figura 2 - Figura do Espetáculo



Fonte: Elaborado pela autora.

A figura do espetáculo “O pai dá um presente ao filho” poderia ser a base para diversas narrações, por exemplo, um romance, onde um pai estivesse obstinado a obter um objeto para presentear seu filho para fazê-lo feliz. Greimas tem inspiração para desenvolver sua teoria na proposição do linguista Lucien Tesnière. O linguista faz a associação entre a estrutura de um enunciado simples à estrutura de um espetáculo utilizando o sólido modelo de análise do conto maravilhoso russo. Este modelo de análise foi formulado por Vladimir Propp em “Morfologia do Conto”, “que após sucessivas adaptações, lança sua própria teoria onde elementos conceituais demonstraram ser possível uma abordagem sintática do texto integral (TATIT, 2007, p. 188).

Assim sendo, a preocupação teórica do Mentif residia em: se a figura do espetáculo por ser a base para diversas narrações, inclusive romances, em que parte, local, da obra encontraríamos o PROCESSO (estado de transformação)? Pois acreditávamos que encontrando esse local poderíamos utilizá-lo como estratégia de leitura.

A resposta estava no Percurso Gerativo de Sentido. O Percurso Gerativo de Sentido pode ser definido como o plano de conteúdo que a semiótica concebe para construir o sentido do texto.

De acordo com Barros (1999, p. 9) a noção de Percorso Gerativo de Sentido pode ser resumida da seguinte maneira: a) O Percorso Gerativo do Sentido vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto; b) São estabelecidas três etapas no percurso podendo cada uma delas, ser descrita e explicada por uma gramática autônoma, muito embora o sentido do texto dependa da relação entre os níveis; c) A primeira etapa do percurso, a mais simples e abstrata, recebe o nome de nível fundamental ou das estruturas fundamentais e nele surge a significação como uma oposição semântica mínima; d) No segundo patamar, denominado nível narrativo ou das estruturas narrativas, organiza-se a narrativa, do ponto de vista de um sujeito; e) O terceiro nível é o do discurso ou das estruturas discursivas em que a narrativa é assumida pelo sujeito da enunciação.

Para Fiorin (1999, não paginado) o percurso gerativo de sentido constitui “um simulacro metodológico, para explicar o entendimento, em que o leitor precisa fazer abstrações, a partir da superfície do texto, para poder entendê-lo”.

Dessa forma, entendemos que o percurso gerativo de sentido é uma representação metodológica. É uma representação do plano intelectual traçado por um autor para expressar suas ideias por meio de uma manifestação. Essa manifestação proporcionará ao realizar abstrações, a partir da superfície do texto (partindo do mais simples para o mais complexo), buscar o conjunto de relações responsáveis pelo sentido. Este conjunto de relações responsáveis pelo sentido do texto é composto por estruturas sêmio-narrativas e estruturas discursivas. As estruturas sêmio-narrativas são compostas por componentes sintáxicos e componentes semânticos.

O percurso gerativo de sentido por ser esboçado no seguinte quadro:

Quadro 2 - Percurso Gerativo de Sentido

PERCURSO GERATIVO DE SENTIDO			
	Componente Sintático		Componente Semântica
Estruturas Sêmio- Narrativas	Nível Profundo	SINTAXE FUNDAMENTAL	SEMÂNTICA FUNDAMENTAL
	Nível de Superfície	SINTAXE NARRATIVA DE SUPERFÍCIE	SEMÂNTICA NARRATIVA
Estruturas Discursivas	SINTAXE DISCURSIVA Discusivização (actorialização, temporalização, espacialização)		SEMÂNTICA DISCURSIVA Tematização Figurativização

Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando o Percurso Gerativo de Sentido vimos que a resposta a nossa pergunta estava no Nível de Superfície (narrativo). No nível narrativo as estruturas narrativas são definidas por transformações de estado.

Essas mudanças podem ser definidas em termos de conjunção e disjunção (MORAES; GUIMARÃES, 2008). Fiorin (1999) afirma que uma narrativa mínima é definida como uma transformação de estado. Moraes (2011) alerta para a necessidade de se fazer uma distinção entre narratividade e narração antes do aprofundamento do nível narrativo, pois uma ressalva que se poderia fazer, quando falamos que um dos níveis do Percurso Gerativo de Sentido é o narrativo, é que nem todos os textos são narrativos. A narratividade é um componente presente em todos os textos, é uma transformação que se localiza entre dois estados sucessivos e diferentes (FIORIN, 2011, 27). A narração caracteriza uma determinada classe textual, classe de discurso em que estados e transformações estão ligados a personagens individualizados. De certo, todos os textos apresentam um nível narrativo, se a narratividade for entendida como transformação de estados, pois está presente em todos os textos (GUIMARÃES; MORAES; GUARIDO, 2007). Na sintaxe narrativa existem dois tipos de enunciados elementares (FIORIN, 2011, p. 28):

- a) enunciados de estado: são os que estabelecem uma relação de junção (disjunção ou conjunção) entre um sujeito e um objeto (no enunciado “Aurélia é rica”, há uma relação de conjunção, indicada pelo verbo ser, entre um sujeito “Aurélia” e um objeto “riqueza”; em “Seixas não é rico”, há uma relação de disjunção, revelada pela negação e pelo verbo ser, entre um sujeito “Seixas” e um objeto “riqueza”);
- b) enunciados de fazer: são os que mostram as transformações, os que correspondem à passagem de um enunciado de estado a outro (no enunciado “Seixas ficou rico”, há uma transformação de um estado inicial “não rico” num estado final “rico”).

Como existem dois tipos de enunciados de estado, também existem duas formas de narrativas mínimas caracterizadas pela privação e a de liquidação da privação.

Na privação ocorre um estado inicial conjunto que passa a um estado final disjunto (família rica que fica pobre). Na liquidação da privação acontece o contrário, o estado inicial é o disjunto e o final conjunto (pessoa pobre que fica rica).

Neste momento, é importante ressaltar a função dos papéis narrativos. Não se deve confundir SUJEITO com pessoa e OBJETO com coisa. Sujeito e objeto são papéis narrativos. Esses papéis narrativos podem ser representados num nível mais superficial por COISAS, PESSOAS ou ANIMAIS. Por exemplo, em uma narrativa de perseguição os HUMANOS a serem aprisionados são o OBJETO com que o ser que captura deve entrar em conjunção. Mas quando se diz “o tapete voador pousou no terraço da casa”, esta transformação tem o TAPETE VOADOR como SUJEITO e como OBJETO o TERRAÇO DA CASA (FIORIN, 2011, p. 29).

Nessa perspectiva, os textos não são narrativas mínimas, são narrativas complexas onde os enunciados de estado (fazer e ser) estão hierarquicamente organizados, tendo como estrutura uma sequência canônica composta por etapas que caracterizam o esquema narrativo padrão, que são os dispositivos da análise semiótica (TATIT, 2007). A sequência canônica demonstra a dimensão sintagmática da narrativa e as fases obrigatoriamente presentes da representação da ação do homem no

mundo (FIORIN, 1999). A sequência canônica possui quatro (4) fases: manipulação, competência, performance e sanção:

- **Manipulação:** um sujeito age sobre outro para levá-lo a querer e/ou dever fazer alguma coisa. O sujeito é um papel narrativo e não, necessariamente, uma pessoa. São vários os tipos de manipulação aqui descritos os quatro mais comuns: tentação, intimidação, sedução e provocação;
- **Competência:** o sujeito que realiza a narrativa é dotado de um saber e ou poder fazer;
- **Performance:** fase em que se dá a transformação central da narrativa (mudança de um estado a outro). Por exemplo: num conto de fadas em que a princesa foi raptada pelo dragão, a performance será a libertação da princesa. O sujeito que opera a transformação e o que entra em conjunção ou em disjunção com um objeto podem ser distintos ou idênticos;
- **Sanção:** última fase onde há a constatação de que a performance se concretizou e o reconhecimento do sujeito que operou a transformação. A sanção pode ser cognitiva se há o reconhecimento que a competência se realizou; ou sanção pode ser pragmática, com prêmios e castigos.

Após analisar toda a teoria do Percurso Gerativo de Sentido chegamos à conclusão que a Performance e a Sanção são etapas da sequência canônica que poderiam dar subsídios para a leitura técnica do documento e que, quase sempre, encontram-se na conclusão no texto narrativo de ficção. E neste momento surgiu outra pergunta: se a conclusão de uma obra de ficção pode ser utilizada como ponto estratégico de leitura com vistas a indexação, como identificar os seus conceitos?

3.2 IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITOS: CATEGORIAS DE BEGTHOL

A identificação de conceitos está vinculada “ao esquadramento do documento por meio de categorias conceituais, tendo-se como pressupostos a estrutura e a função do documento” (GUIMARÃES, 1994, P. 166).

Para Foskett (1973) na identificação de conceitos o analista procura estabelecer uma “descrição-modelo” para cada conceito e usar essa descrição sempre que for necessário. Cavalcanti (1982, p. 220) define a identificação de conceitos como o

método que exige a análise do conteúdo temático dos documentos, para identificação das idéias e atribuição dos termos de indexação, selecionados em listas previamente elaboradas. O conceito, segundo o Classification Research Group pode ser inserido em uma das categorias seguintes: entidades, atividades, abstratos, propriedades, heterogêneos. As entidades são as coisas que apresentam um significado preciso e podem ser físicas (por exemplo, matéria ou fenômeno físico), químicas (por exemplo, estado molecular, minerais), biológicas (seres vivos), artefatos (coisas manufaturadas). As atividades são identificadas pelas formas verbais. Os abstratos referem-se, em geral, a qualidades ou estados e têm significado conotativo. As propriedades são de duas espécies, identificadas pela forma gramatical: a. adjetivas, usadas em ligação com um substantivo que qualificam e se referem aos cinco sentidos (audição, olfato, paladar, tato e visão) e b. substantivas, representativas de propriedades que podem ser medidas

Mas o que é o conceito?

De acordo com a NBR 12676 (ABNT, 1992) conceito é qualquer unidade de pensamento, podendo seu conteúdo semântico ser reexpresso pela combinação de outros conceitos. O assunto é o tema de um documento representando por um ou uma combinação de conceitos. Dahlberg (1978) explica que o homem por meio da linguagem foi capaz de relacionar-se com os objetos que o circundavam. Os objetos podem ser caracterizados de duas formas:

- a) Objetos individuais: objeto pode ser individual quando pensado como único (distinto dos demais), por exemplo, casa, mesa, automóvel, esses objetos são expressos por conceitos individuais. Sua característica é a presença das formas de tempo e espaço, pois estão no aqui e agora. Exemplo: UNESP, UNIRIO, Copa das Confederações de 2013, descobrimento do Brasil em 1500 etc.; e

- b) **Objetos Gerais:** os objetos gerais prescindem das formas de tempo e espaço, seu estudo é permeado de extremo interesse, pois em sua base está o processo classificatório, e são expressos por conceitos gerais. Exemplo: as universidades, as partidas de futebol, as descobertas marítimas etc.

Os conceitos individuais e gerais podem ser expressos por enunciados por meio da linguagem natural. Esses enunciados permitem a elaboração dos diversos conceitos acerca dos diversos objetos.

Portanto, todo enunciado possui um elemento do respectivo conceito, ou seja, estes elementos identificam-se com as chamadas características dos conceitos (traduzem os atributos das coisas designadas). Este processo pode ser considerado

como análise do conceito. Mas só é possível proceder a essa decomposição do conceito coletando-se os enunciados verdadeiros que sobre determinado objeto se podem formular. Pode-se então dizer que os elementos do conceito são obtidos pelo método analítico—sintético. Cada enunciado apresenta (no verdadeiro sentido de predicação) um atributo predicável do objeto que, no nível de conceito, se chama característica. Muitas vezes não se trata de um atributo a que corresponde uma característica, mas de uma hierarquia de características, já que o predicado de um enunciado pode tornar-se sujeito de novo enunciado e assim sucessivamente até atingirmos uma característica tão geral que possa ser considerada uma categoria. (Entende-se aqui por categoria o conceito na sua mais ampla extensão) (DAHLBERG, 1978, p. 102).

As características dos conceitos podem ser simples e complexas.

São consideradas simples as que se referem a uma única propriedade. Ex.: redondo, colorido, etc. Complexas são as características que dizem respeito a mais de uma característica. Ex.: moldado em metal, pintado com tinta azul, etc. Em ambos os casos trata-se de um material combinado com um processo resultando numa propriedade. A ordem seguinte das características serve de exemplo para a possibilidade de listagem de todas as características possíveis (DAHLBERG, 1978, p. 103).

Dessa forma, por meio da análise das categorias conceituais podemos realizar a identificação de conceitos nos documentos. Na literatura da área vários autores empenharam esforços para a análise do assunto do documento por meio do estabelecimento das categorias.

Nesse sentido, Ranganhan (considerado o criador das classificações facetadas) criou a Colon Classification (Classificação de Dois Pontos) que “revolucionou a estrutura dos sistemas tradicionais de classificação, introduzindo o princípio da divisão de assuntos em categorias ou facetas” (CINTRA, 1987, p. 17).

‘Suas categorias são conhecidas pela sigla PMEST:

- ST – Espaço/Tempo;
- E – Energia (como forma compulsora). Exemplo: exportações em economia, currículo em educação;
- M – Matéria. Exemplo: ouro como material de dinheiro dentro da Economia. Instrumento de Música. Marfim na Escultura.
- P – Personalidade: corresponde às coisas, tipos de coisas, tipos de ação. Exemplo: pessoas em Sociologia/Psicologia.

Vickery (1980), do Classification Research Group, amplia as categorias de Ranganathan propondo o seguinte desdobramento: tipo, estrutura, constituintes, propriedades, processos, operações, técnicas, generalidades. Mesmas categorias são expressas por Campos e Gomes (2008) como: Coisas, substâncias, entidades que ocorrem naturalmente; produtos; instrumentos; constructos mentais; Suas partes constituintes, órgãos; Sistemas de coisas; Atributos de coisas, qualidades, propriedades, incluindo estrutura, medidas; processo, comportamento; Objeto da ação (paciente); Relações entre coisas, interações, efeitos, reações; Operações sobre coisas; experimentos, ensaios, operações mentais.

Para a identificação de conceitos Begthol (1994) propõe quatro categorias que seriam generalizantes para textos narrativos de ficção:

- **Personagem;**
- **Eventos;**
- **Espaço;** e
- **Tempo.**

A autora, em seu livro “The Classification of fiction: the development of a system based on theoretical principles”, busca um caminho para realizar a análise de obras de ficção, pois não aceita a visão de que textos de ficção são intratáveis, não são fluídos para análise, pois não possuem elementos constantes para uma análise que seja considerada suficiente e confiável (BEGHTOL, 1994).

Nos estudos realizados por Brewer (1984) e Van Dijk (1992), Beghtol (1994) observa que diferentes leitores resumem uma mesma história com grandes semelhanças. Também, esses estudos demonstram que as pessoas que realizam a leitura de um mesmo livro desenvolvem as mesmas experiências de leitura. Essas experiências podem ser trocadas quando esses leitores se encontram e discutem os assuntos relacionados na leitura do livro. Dessa forma, a autora encontra nos estudos de Halász (1987) um contributo importante para sua pesquisa, ou seja, se a leitura de livros de ficção pode oferecer um terreno tão comum para discussões e resumos, pode-se afirmar que as histórias apenas existem onde se tem eventos e coisas existentes (personagens e cenários).

Nesse sentido, Beghtol (1994) utiliza dois estudos que buscam quais seriam as categorias em textos narrativos de ficção. O primeiro foi o estudo de Brewer (1984) onde o autor compara quais são as convenções narrativas em histórias orais e escritas com o objetivo de formular hipóteses sobre a existência de elementos universais em textos narrativos de ficção.

Como fruto deste trabalho, Brewer (1984) propõe cinco elementos que seriam universais nos textos narrativos de ficção: cenário, personagens, eventos, resolução e narrador. O segundo estudo foi realizado por Ruthrof (1981) onde propõe que a narrativa contém as seguintes categorias:

- 1) Tempo: presente como uma matriz tempo no mundo;
- 2) Espaço: presente como uma matriz espacial no mundo;
- 3) Personagem: Personagens;
- 4) Atos: atos físicos e mentais (um discurso, um pensamento, um movimento);
- 5) Eventos: eventos considerados não humanos;
- 6) Aspectos Pessoais: atitudes das personagens entre si e, também, com o mundo apresentado;

- 7) Aspectos atmosféricos: exemplo: sombrio, idílico;
- 8) Padrões ideológicos: a ideologia de mundo apresentada no texto.

Beghtol (1994) compara as duas propostas de categorização com o objetivo de analisar o nível de generalização e o processo sistemático de divisão. Pela análise da autora, quatro categorias são existentes nas duas propostas: Tempo, Espaço, Personagem e Eventos.

A categoria Cenário de Brewer (1984) pode ser comparada as categorias Tempo e Espaço de Ruthrof (1981). De forma similar, Ruthrof (1981) combina as categorias *Events* e *Acts*; e Brewer (1984) a categoria Evento.

Elementos das duas propostas não apresentam similaridade, no caso as categorias Resolução e Narração de Brewer (1984) e Aspectos Pessoas, Aspectos Atmosféricos e Padrões Ideológicos de Ruthrof (1981). Após a análise, Beghtol (1994) sugere que quatro categorias podem ser aceitas como fundamentais para ficção:

- 1) Personagem (inclui o narrador): são os seres e atores que existem e participam no mundo da ficção;
- 2) Evento (inclui atos de humanos e não humanos): ocorrências e acontecimentos do mundo real e não real;
- 3) Espaço: lugares geográficos e localizações no mundo ficcional; e
- 4) Tempo: unidade de tempo no mundo ficcional.

Dessa forma, para análise de textos narrativos de ficção sugerimos que o indexador utilize essas categorias para a identificação conceitos.

4 MODELO DE LEITURA PARA TEXTOS NARRATIVOS DE FICÇÃO: MENTIF

Após os aportes teóricos apresentamos os passos que o indexador deve seguir para utilizar o modelo.

Para o exame e leitura técnica do texto narrativo de ficção propomos que sejam utilizadas as seguintes estratégias de leitura (leitura das seguintes partes dos documentos:

- a) Título das obras;
- b) Subtítulos;
- c) Resumo;
- d) Sumário;
- e) Ilustrações, diagramas, tabelas e títulos explicativos (não são comuns em textos narrativos de ficção); e
- f) **Conclusão:** composta pelo último ou penúltimo capítulo da obra. **IMPORTANTE:** a teoria mostra que a leitura completa da conclusão proporcionará a **IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITOS** com vistas a indexação.

MENTIF – MODELO DE INDEXAÇÃO DE FICÇÃO

CATEGORIAS	QUESTIONAMENTO	PARTES DA ESTRUTURA TEXTUAL	IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITOS (ORIENTANDO PELO CONTEÚDO)
PERSONAGEM	Há seres ou atores que existem e participam no mundo da ficção (inclui narrador quando for o caso)? Os seres podem ser animados e inanimados.	Capa Contracapa Último capítulo da obra	
EVENTO	Existem ocorrências e acontecimentos do mundo real e não real (inclui atos humanos, não humanos, fatos, ações, situações, sentimentos etc)	Resumo Orelha do livro Sumário Último capítulo da obra	
ESPAÇO	A narração acontece em um determinado lugar geográfico ou localização (ou ambiente) no mundo ficcional?	Capa Contracapa Resumo Orelha do livro Último capítulo da obra	

TEMPO	Existe uma unidade de tempo (período de tempo) no mundo ficcional?	Capa Contracapa Resumo Orelha do livro Último capítulo da obra	
-------	--	--	--

A seguir exemplo de aplicação do MENTIF.

Livro analisado: “Cai do pano” de Agatha Christie.

O primeiro passo foi a leitura técnica das partes significativas do documento. Após a leitura foi realizado o preenchimento das informações da obra e as informações do MENTIF.

- a) Título da obra: Cai o pano;
- b) Subtítulo: um caso de Hercule Poirot;
- c) Resumo: possui resumo na quarta capa.
- d) Sumário: sem sumário;
- e) Ilustrações, diagramas, tabelas e títulos explicativos: sem ilustrações, diagramas, tabelas e títulos explicativos.
- g) Conclusão (composta pelo último capítulo da obra, quando necessário for, o último e o penúltimo capítulo): possui dezenove capítulos e um pós-escrito.

CATEGORIAS	QUESTIONAMENTO	IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITOS (ORIENTANDO PELO CONTEÚDO)
PERSONAGEM	Hercule Poirot; Arthur Hastings; Franklin; Stephen Norton; X; Bárbara Franklin; Judith; Elizabeth Cole e Boyd Carrington; George; Curtiss; Enfermeira Craven	Hercule Poirot; Arthur Hastings; Franklin; Stephen Norton; X; Bárbara Franklin; Judith; Elizabeth Cole e Boyd Carrington; George; Curtiss; Enfermeira Craven

EVENTO	Assassinatos; Amizade; Suicídio; Morte de Poirot; Suicídio de Poirot	Assassinato Morte de Hercule Poirot; Suicídio de Hercule Poirot
ESPAÇO	Styles; Inglaterra; Eastbourne	Inglaterra
TEMPO	-----	

5 CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS: MENTIF

O desenvolvimento do Mentif foi um desafio teórico-metodológico que buscou refletir sobre a prática do indexador. Refletir sobre a prática buscando um instrumento que colaborasse para o fazer do trabalho.

Essa epistemologia do fazer também intencionou a colaborar com a análise de obras complexas como os textos narrativos de ficção. Por meio da Teoria do Percurso Gerativo de Sentido e as categorias para as obras de ficção de Beghtol (1994) o modelo de leitura Mentif foi elaborado e tem como objetivo contribuir para que a literatura seja representada de uma forma mais adequada levando em consideração o seu assunto, o seu tema.

Como modelo está aberto para do debate, reflexão e aprimoramento.

Com isso esperamos contribuir para uma Biblioteconomia e Ciência da Informação heterotópica por excelência que contribua e trabalhe para o crescimento do espaço do **Outro**.

REFERÊNCIAS

ANDERSSON, R.; HOLST, E. Indexes and other depictions of fiction: a new model for analysis empirically tested. *Svensk Biblioteksforskning/Swedish Library Research*, n.2/3, p. 77- 95, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 12676: métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação*. Rio de Janeiro, 1992.

BARROS, D. L. P. *Teoria semiótica do texto*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.

BEGHTOL, C. Access to fiction: a problem in classification theory and practice, part 1. *International Classification*, v. 16, n. 3, p. 134-140, 1989.

BEGHTOL, C. Bibliographic classification theory and text linguistics: aboutness analysis, intertextuality and the cognitive act of classifying documents. *Journal of documentation*, v. 42, n. 2, p. 84-113, 1986.

BEGHTOL, C. Stories: applications of narrative discourse analysis to issues in information storage and retrieval. *Knowledge Organization*, v. 24, n. 2, p. 64-71, 1997.

BEGHTOL, C. *The classification of fiction: the development of a system based on theoretical principles*. Metuchen: Scarecrow Press, 1994.

BEGHTOL, C. Toward a theory of fiction analysis for information storage and retrieval. *Proc. 5th Int. Study Conf. On Classification Research, Toronto, Canada*, 6, 24-28. Amsterdam: Elsevier, 1992.

BELL, H. K. Indexing fiction: a story of complexity. *The Indexer*, v. 17, n. 4, Oct. 1991.

BREWER, W. F. *The story schema: universal and culture-specific properties*. Center for the Study of Reading. Technical Report no. 322. Urbana; Champaign: University of Illinois; New York: Cambridge University Press, 1984.

BURGESS, L. A. *A system for the classification and evaluation of fiction*. The library world, 1936.

CAMPOS, M. L. de A.; GOMES, H. E. Taxonomia e classificação: o princípio de categorização. *DatagramaZero: revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, ago. 2008.

CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Duas cidades, 1995.

CAVALCANTI, C. R. Indexação. *Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 211-233, 1982.

CINTRA, A. M. M. Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT, J. W. (coord.). *Análise documentária: a análise da síntese*. Brasília: MCT; CNPq; IBICT, 1987. p. 28-35.

DAHLBERG, I. Teoria da classificação, ontem e hoje. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, Rio de Janeiro, 1972. *Anais* [...]. Brasília: IBICT; ABDE, 1978. v. 1, p. 352-370. Palestra apresentada durante a Conferência e traduzida do inglês por Henry B. Cox. Disponível em: http://www.conexaorio.com/bit/dahlbergteoria/dahlberg_teoriam.htm. Acesso em: 20 maio 2019.

FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FIORIN, J. L. Sendas e veredas da semiótica narrativa e discursiva. *DELTA: revista de documentação de estudos em linguística teórica e aplicada*, São Paulo, v. 15, n. 1, fev./jul. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501999000100009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 mai. 2019.

- FOSKETT, A. C. *A abordagem temática da informação*. São Paulo: Polígono, 1973.
- GARCIA-MARCO, F. J. *et al.* Knowledge organization on fiction and narrative documents: a challenge in the age of multimedia revolutions. *In: GNOLLI, C.; MAZZOCCHI, F. (org.). Paradigms and conceptual systems in knowledge organization*. Würzburg: Ergon, 2010. p. 262-268.
- GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- GUIMARÃES, J. A. C. *Análise documentária em jurisprudência: subsídios para uma metodologia de indexação de acórdãos trabalhista brasileiros*. 1994. 232 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- GUIMARÃES, J. A. C.; MORAES, J. B. E.; GUARIDO, M. D. M. Análisis documental de contenido de textos narrativos: bases epistemológicas y perspectivas metodológicas. *In: GARCÍA MARCO, F. J. (org.). Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación en entorno digital*. Zaragoza: Pressas Universitarias de Zaragoza, 2007. p. 93-100.
- HALÁSZ, L. Social perception and understanding of interaction in the short stories entitled “Everything that rises must converge” and “Brutes”(Barbarians). *In: HALÁSZ, L. (ed.). Literary Discourse: aspects of cognitive and social psychological approaches*. Berlin: Walter de Gruyter, 1987. p. 140-166.
- HARREL, G. The classification and organization of adult fiction in large American public libraries. *Public Libraries*, v. 24, n. 1, p. 13-14, p. 1985.
- HAYES, S. Enhanced catalog access to fiction: a preliminary study. *Library resources & technical services*, v. 36, n. 4, p. 441-459, 1992.
- HIDDERLEY, R.; RAFFERTY, P. Democratic indexing: an approach to the retrieval of fiction. *Information Services and Use*, v. 17, n. 2/3, p. 101-109, 1997.
- JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2010.
- JANSSON, E.; SODERVALL, B. *Tesaurus for index eringavsk on litteratur*. Boras: Hogsk, 1987.
- LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
- MACPHERSON, R. Children’s literature indexes at home and house. *Library Review*, v. 36, n. 4, p. 254-260, 1987.
- MOISÉS, L. B. P. *Flores na escrivania*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MORAES, J. B. E. de. *A questão do aboutness no texto narrativo de ficção: perspectivas metodológicas para a Ciência da Informação*. 2011. 81 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

- MORAES, J. B. E.; GUIMARÃES, J. A. C. Análise documental de conteúdo de textos literários narrativos: em busca de um diálogo entre as concepções de aboutness/meaning e percurso temático/percurso figurativo. In: GASPAR, N. R.; ROMÃO, L. M. S. *Discurso e Texto: multiplicidade de sentidos na Ciência da Informação*. São Carlos: EDUFSCar, 2008. p. 35-45.
- NEGRINI, G. *Thesaurus di letteratura italiana: aggiornamento al 30 dicembre 1994*. Roma: C.N.R., 1995.
- NIELSON, H. J. The nature of fiction and its significance for classification and indexing. *Information Services and Use*, v. 17, n. 2/3, p. 171-182, 1997.
- OLDERR, S. *Olderr's fiction subject headings: a supplement and guide to the LC thesaurus*. Chicago: American Library Association, 1991.
- PEJTERSEN, A. M.; AUSTIN, J. Fiction retrieval: experimental design and evaluation of a search system based on user' value criteria (part 1). *Journal of documentation*, v. 39, n. 4, p. 230-246, 1983.
- RANTA, J. The new literary scholarship and a basis for increased subject catalog access to imaginative literature. *Journal of librarianship and information science*, p. 3-26, 1991.
- RUTHROF, H. *The reader's construction of narrative*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- SAARTI, J. Feeding with the spoon, or the effects of shelf classification of fiction on the loaning of fiction. *Information Services & Use*, v. 17, n. 2/3, p. 159-169, 1997.
- SAARTI, J. Fiction indexing and the development of fiction thesauri. *Journal of Librarianship and Information Science*, v. 31, n. 2, p. 85-92, 1999.
- SAARTI, J. Consistency of subject indexing of novels by public library professionals and patrons. *Journal of Documentation*, v. 58, n. 1, p. 49-65, 2002.
- SABBAG, D. M. A. *Análise documental em textos narrativos de ficção: subsídios para o processo de análise*. 2013. 160 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.
- SPILLERS, D. The provision of fiction for public libraries. *Journal of librarianship and information*, v. 1, Oct. 1980.
- TATIT, L. Abordagem do texto. In: FIORIN, J. L. (org). *Introdução à linguística I: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 187-209.
- VAN DIJK, T. *Text and context: explorations in semantics and pragmatics of discourse*. London: Longman, 1992.
- VICKERY, B. C. *Classificação e indexação nas ciências*. Rio de Janeiro: BNG; Brasilart, 1980.

MODELO DE LEITURA DOCUMENTÁRIA PARA INDEXAÇÃO DE ARTIGOS DE JORNAL

Silvana Aparecida FAGUNDES

RESUMO: A leitura documentária consiste na identificação e extração de conceitos. A leitura documentária de jornais tem que ser rápida, devido à quantidade de material que necessita ser tratado. Propõe-se a elaboração de um modelo de leitura para indexação de artigos de jornais mediante revisão de literatura, estudo de caso com o Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo* e no Departamento de Documentação da Editora Abril (DEDOC) e observação da leitura dos indexadores com aplicação de Protocolo Verbal. Os resultados do teste do modelo indicam que o grupo de ação obteve melhor desempenho na análise porque selecionou termos que possibilitaram elaborar o enunciado de assunto, contendo a macroestrutura global do texto. Concluiu-se que o modelo de leitura proposto possibilita procedimentos que direcionam o indexador experiente ou inexperiente à uma compreensão durante a leitura documentária sem apelação ao “bom senso”, permitindo assim realizar uma representação do conteúdo do texto.

PALAVRAS-CHAVE: Indexação de jornal. Leitura documentária. Estrutura textual.

ABSTRACT: The documental reading consist of the identification and extraction of concepts. The documental reading of newspapers must be fast, due to the quantity of materials that needs to be treated. It is proposed the elaboration of a reading model to the indexing of newspaper articles according to literature review, case study in Archive of the journal *O Estado de São Paulo* and, Department of Documentation of Editora

Abril (DEDOC) and observation study of indexers reading with application of the Verbal Protocol. The results of the model test indicate that the action group had better performance in the analysis because they select terms that could elaborate the subject, containing the global macrostructure of the text. It is concluded that proposed reading model facilitates procedures that direct the experienced or unexperienced indexer to a comprehension during the documental reading without making use of the “common sense”, this way allowing them to achieve a representation of the text content.

KEYWORDS: Newspaper indexing. Documental reading. Textual structure.

1 INTRODUÇÃO

A Análise Documentária é uma área da Biblioteconomia e Documentação que engloba também a atividade de indexação dos documentos por meio do processo de exame do documento, ou seja, da leitura documentária.

A leitura documentária é a fase inicial da operação de análise documentária que se constitui basicamente das fases: leitura do texto e, neste momento, também ocorre a identificação e seleção de conceitos que representem o conteúdo do texto, e representação desses conceitos selecionados através de uma linguagem documentária. O produto dos procedimentos de Análise Documentária são os índices de assuntos e resumos.

Na leitura documentária ocorrem os mesmos processos mentais presentes na leitura normal. E Kato (1986) distingue dois tipos de estratégias utilizados durante a leitura:

- estratégias metacognitivas: conscientes, usadas frente a um determinado problema;
- estratégias cognitivas: automáticas, subconscientes, usadas na leitura fluida sem obstáculos para o leitor.

Destacamos que na leitura para fins de indexação a Norma ISO (5963, 1985) orienta a proceder o exame do documento buscando informação precisa em curto período de tempo, analisando: título; resumo; lista de conteúdos; introdução, frases que iniciam capítulos e parágrafos,

e conclusão; ilustrações, diagramas, tabela; palavras ou grupos de palavras que se encontram destacadas.

A Análise Documentária deixou de restringir o corpus documental com o qual trabalha, que na maioria das vezes é o texto escrito geralmente em suporte papel, e passou a englobar outros documentos em diferentes suportes.

Evidenciando que nosso objetivo de pesquisa é a observação da indexação de artigos de jornal, enfatizaremos a estrutura textual do texto jornalístico.

De acordo com Van Dijk (1983, p. 37), a superestrutura do texto jornalístico na cultura ocidental é composta por categorias que exercem uma relação de subordinação e superordenação entre si, como se observa abaixo:

- 1- Sumário/Introdução
 - 1.1 Cabeçalho
 - 1.2 Lead
- 2. Episódio(s)
 - 2.1 Informações prévias
 - 2.1.2 Antecedentes
 - 2.1.2.3 Eventos Presentes
 - 2.1.3.1 Explicação
 - 2.1.3.1.1 Contexto
 - 2.1.3.1.2 Experiências passadas
 - 2.1.3.2 Eventos principais
 - 2.2 Conseqüências/ Reações
- 3. Comentários
 - 3.1 Expectativas
 - 3.2 Avaliação (Tradução nossa)

Para o linguista Van Dijk (1983), no texto jornalístico é convencional a apresentação de um resumo do acontecimento que foi abordado. Esse resumo pode ser expresso pelas letras grandes separadas do resto do texto, resumo ou introdução denominado de “Lead”,

componente inicial da estrutura textual do artigo de jornal. Com essa determinação é possível chamar a atenção do leitor que decidirá se o texto lhe interessa ou não.

E na opinião de Silva (2001), o LEAD constitui a abertura e arquitetura do texto e que nas notícias e nos textos de abertura, no 1º e 2º cadernos, o LEAD deverá respeitar formalmente as regras clássicas contendo: O quê (o que aconteceu, está ou vai acontecer); Quem (os agentes da ação); Quando (dia da semana e do mês, horas); Onde (o local do acontecimento); Como (as circunstâncias) e Porque (os motivos e as razões).

Após conhecer a área de Análise Documentária, surgiu o interesse em investigar a atividade de leitura dos indexadores, uma vez que, na literatura sobre o assunto, são raras as publicações sobre a atividade de leitura documentária. A nosso ver, essa deveria ser caracterizada como a atividade primordial do processo de indexação, porque sendo a primeira fase da análise do documento, o bom ou o mau resultado desta refletirá na boa, ou na má qualidade das outras atividades (elaboração de resumos e índices).

Com o conhecimento da escassez de pesquisas sobre leitura documentária, optamos então por investigar a atividade de leitura dos indexadores de jornais porque essa modalidade de leitura, segundo a literatura da área de Análise Documentária, deve ser realizada rapidamente já que “ao indexador raramente é dado o luxo de ler um texto do começo ao fim” (LANCASTER, 1993, p. 20). Considerando a grande quantidade de documentos que o indexador tem para tratar, além das outras atividades que, muitas vezes, tem para desenvolver dentro do centro de informação no qual trabalha e a grande quantidade de matérias jornalísticas publicadas diariamente que precisam ser indexadas, podemos supor que, no caso da indexação de jornais, a leitura documentária deverá ser mais rápida ainda. E também podemos supor que a observação dessa leitura rápida proporcionará a outros indexadores o conhecimento dos métodos utilizados pelos indexadores experientes e suas vantagens.

Neste contexto, percebemos a necessidade de observar a leitura dos indexadores de jornais para sabermos como agiam esses profissionais diante da realização da tarefa de indexar, procurando observar se utilizavam determinadas estratégias e quais eram elas e se tais estratégias eram consideradas compatíveis com o que indica a literatura da área. E com

os dados obtidos, comparados com informações relevantes recomendadas pela revisão de literatura sobre a temática, elaboramos um modelo de leitura para indexação de jornais.

2 OBSERVAÇÃO DA LEITURA DO INDEXADOR DE ARTIGO DE JORNAL: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ressaltamos que decidimos observar a leitura dos indexadores de artigos de jornais no contexto dos centros de informações especializados que possuíam acervo organizado e desenvolviam a atividade de indexação. Nessa pesquisa, a ambiência da observação da prática de indexação de jornais ocorreu primeiramente no contexto do Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo* e foi realizada durante o nosso curso de graduação, como trabalho de conclusão de curso, em 1997. Durante o triênio de 1999-2001, continuamos com a pesquisa no curso de mestrado em Ciência da Informação na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Campus de Marília, tendo como ambiência de observação o Departamento de Documentação da Editora Abril (DEDOC). O DEDOC foi escolhido visando obter subsídios capazes de complementar a pesquisa anterior, enriquecendo-a com a observação da indexação em duas ambiências: arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*, realizado durante o curso de graduação em 1997, e DEDOC da Editora Abril, para elaborarmos o modelo de leitura para indexação de jornais.

Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa optou por uma metodologia de coleta e análise de dados cujos processos estão descritos na seqüência.

Dentre os processos metodológicos adotados, primeiramente, foi realizado um levantamento bibliográfico em fontes de informação na área, onde se pesquisou a literatura relevante publicada sobre: leitura documentária, estrutura do texto jornalístico, identificação de conceitos e metodologias para avaliação de política de indexação e linguagens documentárias.

Com o levantamento bibliográfico, identificamos bibliografias relevantes que compõem os pressupostos teóricos desta pesquisa, em que se destacam: a metodologia para indexação manual de jornais mencionada por Ahmad (1991); tipologias e estruturas textuais de textos trabalhados

pela Análise Documentária citada por Kobashi (1994), a classificação das concepções de análise de assunto proposta por Albretchtsen (1993), a estrutura do texto jornalístico elaborada por Van Dijk (1983) analisada e comentada por Amaro (1991) e ainda as considerações de Silva (2001) para essa estrutura textual, atividades metacognitivas presentes na leitura consciente estabelecidas por Brown (1980), Kato (1986), Norma ISO (5963, 1985), elementos de política de indexação estabelecidos por Carneiro (1985), avaliação da estrutura externa de tesouros elaborada por Corrêa (1998), metodologia de avaliação da estrutura interna de linguagens documentárias elaborada por Ginez de Lara (1993), metodologia de análise de assunto do sistema de indexação PRECIS comentada por Fujita (1989) e modelo de leitura para indexação de artigo de periódico científico também elaborado por Fujita (2000-2002).

Posteriormente, para a observação da leitura dos indexadores foram necessários estudos de casos nos centros de informação especializados (Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo* e DEDOC) que desenvolviam a indexação de jornais. Nessa fase de estudos de casos, foi realizada consulta à documentação e conversa com os responsáveis pelos setores, possibilitando uma caracterização da infraestrutura física e funcional dos centros englobando: histórico breve e área física, o organograma da instituição, recursos humanos, recursos materiais (mobiliário, equipamento e acervo), usuários e serviços prestados. E também foi elaborada entrevista para a caracterização dos indexadores dos sistemas de informações, com a qual foram obtidos dados referentes à formação educacional, experiência profissional anterior e no serviço de indexação, outras atividades realizadas na instituição, dificuldades na atividade de indexação e procedimentos de identificação de conceitos e fontes de experiência de indexação.

Identificamos a política de indexação dos centros de informações como uma das variáveis que influenciam a leitura do indexador. Percebemos que a política de indexação desses centros influencia na escolha da linguagem de indexação e, conseqüentemente, no resultado da leitura do indexador.

Quando realizamos os estudos de casos analisamos, também, a política de indexação do Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo* e do DEDOC, por meio da verificação da ocorrência de alguns elementos estabelecidos por Carneiro (1985) para implantação de uma política de indexação.

E como a escolha da linguagem documentária adotada pelo centro de informação sofre influência da política de indexação, e esta determina a comunidade usuária que a instituição servirá, fez-se necessário avaliar a estrutura externa das linguagens documentárias, seguindo a metodologia elaborada por Corrêa (1998), e também avaliar a estrutura interna somente da linguagem do DEDOC, seguindo a metodologia de Ginez de Lara (1993), porque a linguagem do Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo* não apresentou parâmetros funcionais para se avaliar a sua estrutura interna.

A observação da leitura documentária dos indexadores de jornal, no Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo* e no DEDOC, foi realizada com a aplicação do Protocolo Verbal, um método de observação introspectivo, muito utilizado na área de Linguística Aplicada para investigar as ações do indivíduo durante a realização da leitura, de modo a gravar a exteriorização de seus processos mentais em busca da compreensão. Esse método é denominado “Pensar Alto”.

A utilização da técnica introspectiva denominada “Pensar Alto”, ou seja, Protocolo Verbal, possibilita que os pensamentos dos sujeitos (indexadores) sejam gravados e transcritos literalmente, produzindo protocolos verbais. Os protocolos são definidos como relatos verbais dos processos mentais conscientes do sujeito. Em outras palavras, eles se referem ao “Pensar Alto” do sujeito enquanto realiza uma tarefa de qualquer natureza. (CAVALCANTI, 1989; CAVALCANTI; ZANOTTO, 1994).

Esse método de observação ultrapassou os limites da área de Psicologia Cognitiva e passou a ser utilizado na Linguística Aplicada, na pesquisa sobre leitura por meio dos trabalhos de Hosenfeld (1977) referentes à leitura em língua estrangeira, e do trabalho de Olshavsky (1976-1977) sobre leitura em língua materna.

No Brasil, particularmente no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas da PUC/São Paulo (LAEL), protocolos têm sido usados como instrumentos de pesquisa em dissertações como a de Nardi (1993), cujos parâmetros metodológicos serviram de base para o desenvolvimento do Projeto Integrado “Leitura em Análise Documentária”, pertencente ao Grupo de Pesquisa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) - Campus de Marília, coordenado por Fujita (2000-2002).

É inédita no Brasil a observação do processo de leitura documentária para indexação com uso do Protocolo Verbal. Destaca-se que a pesquisa realizada por Fujita no Projeto Integrado “Leitura em Análise Documentária”, com indexadores da Sub-Rede de Informações em Ciências da Saúde Oral, provavelmente é pioneira na utilização deste método.

Na literatura internacional o uso do Protocolo Verbal para observação do processo de indexação foi relatado por Gotoh (1983) em artigo que discute os problemas do comportamento de processamento da informação na atividade de indexação humana. Nesse trabalho, o autor realizou um experimento com dois sujeitos indexadores utilizando a técnica de Protocolo Verbal.

A técnica de Protocolo Verbal é, no momento, segundo Nardi (1993), o único instrumento de coleta disponível que possibilita observar processos do leitor durante a compreensão de um texto. Destaca-se que a referida pesquisadora utilizou a técnica em sua pesquisa de mestrado (NARDI, 1993), e obteve êxito nos resultados, o que justifica a nossa escolha por esta técnica.

Nesta pesquisa, com os indexadores de jornais, os procedimentos da coleta de dados em ambas as instituições (Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo* e DEDOC) foram:

1- PROCEDIMENTOS ANTERIORES À COLETA DE DADOS:

- **Seleção do Texto-Base**

Para a seleção do texto-base escolheram-se textos inéditos, ou seja, desconhecidos e ainda não indexados por nenhum dos indexadores.

Quanto à temática os textos selecionados eram referentes aos Cadernos, ou Editorias dos Jornais com os quais cada indexador trabalhava, variando-se, assim, a temática de cada texto.

Destaca-se que para a observação da leitura dos indexadores do Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo* e do DEDOC foram selecionados dez textos, sendo que cada indexador (caracterizados como sujeitos 1,2,3,4 e 5) indexou dois textos.

- **Seleção dos Sujeitos**

A seleção dos sujeitos considerou como critério o tempo de permanência no sistema de informação e na atividade de indexação acrescentando ainda “habilidade em indexação” refletida na quantidade de documentos indexados. Foram selecionados cinco indexadores que foram classificados como sujeitos 1 e 2 (pertencentes ao Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*) e sujeitos 3, 4 e 5 (pertencentes ao DEDOC).

- **Conversa informal com os sujeitos**

Foi realizada uma conversa informal com cada um dos sujeitos, durante a qual foram expostos os objetivos da pesquisa, destacando sua relevância para o desenvolvimento da área de Análise Documentária. Nessa conversa, ressaltou-se que a identidade dos sujeitos manter-se-ia oculta, visando assim deixá-lo mais à vontade e não comprometer os dados coletados. Foi solicitado que cada sujeito realizasse a leitura do texto-base naturalmente como o faz no seu dia-a-dia tendo como objetivo a identificação e seleção de conceitos para a indexação.

- **Familiarização com a tarefa do “Think Aloud” (Pensar Alto)**

Antes da aplicação do Protocolo Verbal, foi realizada uma familiarização com a tarefa de “Pensar Alto” por meio da leitura do texto “Instruções aos Sujeitos” elaborado por Nardi (1993), tendo o propósito de descontrair e, ao mesmo tempo, apresentar procedimentos que pudessem auxiliar os sujeitos no desempenho da tarefa.

2- PROCEDIMENTOS DURANTE A COLETA DE DADOS:

- **Gravação do “Pensar Alto” durante a leitura do texto-base**

Anteriormente à gravação, foi entregue aos sujeitos o texto-base, solicitando-os a “Pensar Alto” durante toda a leitura e exteriorizar seus processos mentais, procurando esquecer a presença da pesquisadora que somente controlava o gravador e lembrava que era preciso “Pensar Alto”. A aplicação do Protocolo Verbal foi realizada, com cada um dos indexadores,

bem como a conversa informal, a familiarização com a realização da tarefa e a leitura do texto “Instruções aos Sujeitos”.

3- PROCEDIMENTOS APÓS A COLETA DE DADOS

- **Transcrições literais das gravações da leitura dos sujeitos**

As transcrições foram feitas de maneira a destacar a compreensão dos sujeitos, suas dúvidas, equívocos, identificação e seleção de termos. Para melhor visualização dos processos adotados pelos sujeitos, destacamos cada um deles com um tipo de notação específica, como descrito em Fagundes (2001, p. 132):

Letra normal: vocalização das palavras exatas do texto durante a leitura

Itálico: comentários do leitor

Negrito: termos identificados

..PS: pausa

() : comentários da pesquisadora

⇐ : indexador volta a trechos do texto

Destacamos um trecho da análise da observação da atividade de leitura, de um sujeito dos estudos de caso fazendo uso das notações adotadas na transcrição (grifadas abaixo):

Bailarina acusa o marido ator de espancamento e dá queixa na polícia. *Bailarina acusa marido e ator registra queixa de agressão*. Briga de casal teria acontecido durante a festa de aniversário do filho. Ana Carolina Torres. (A pesquisadora observou que nesse momento o indexador seleciona o nome do autor e digita na ficha de indexação, onde o mesmo é obrigatório). *Então essa aqui como envolve pessoas públicas quer dizer bailarina, artista o casal trabalhou em novelas coisa do tipo então a gente marca o que aborda a matéria*. A atriz e bailarina Luciana Bessa, de 21 anos, registrou queixa contra o marido, o ator Ademir Zanyor, de 26, na 32ª DP (Jacarepaguá), no domingo passado. Ela o acusa de tê-la espancado durante a festa de aniversário de dois anos de Uriel, filho único do casal. ...PS.. E

you vai pro nome da bailarina (Nesse momento o indexador atribui como assunto da matéria o nome da bailarina) BESSA, Luciana e o ator chama ZANYOR, Danilo. (Posteriormente o indexador comenta) *Entramos pelo nome do agressor e da vítima então* aqui lemos ⇐ bailarina acusa marido ator ..PS.. *Então, aqui não precisa colocar bailarina, ator porque o título já está definindo isso e quando o título define mais ou menos o que está na matéria não tem necessidade de colocar muitos termos.*

Durante a observação da leitura dos indexadores experientes, estabelecemos um parâmetro de análise que considerou os aspectos destacados no QUADRO 1 abaixo:

Quadro 1 - Identificação da Natureza Metacognitiva Na Leitura Documentária.

ASPECTOS METACOGNITIVOS DE LEITURA ESTABELECIDOS POR BROWN REFORMULADAS POR KATO	RECOMENDAÇÕES DA NORMA ISO 5963 ADAPTADAS AO TEXTO JORNALÍSTICO	OUTROS ASPECTOS DO COMPORTAMENTO DO INDEXADOR DURANTE A LEITURA
<ul style="list-style-type: none"> · Explicitação dos objetivos da leitura e/ ou manutenção dos objetivos na mente; 	<ul style="list-style-type: none"> · Análise do documento com domínio da estrutura textual, considerando partes do texto é uma recomendação da Norma ISO. Verificaremos a exploração da estrutura do texto jornalístico proposta por Van Dijk (1983); analisada e comentada por AMARO (1991) e SILVA (2001) 	<ul style="list-style-type: none"> · Associação com Linguagem;
Identificação de aspectos importantes da mensagem;	<ul style="list-style-type: none"> · Identificação de conceitos (abordagem sistemática mediante questionamento) 	<ul style="list-style-type: none"> · Seleção de conceitos (Termos ou descritores)

Alocamento de atenção a áreas importantes;	· Seleção de conceitos	
* Exploração da estrutura textual		
· Monitoramento do comportamento através de:		
* Engajamento em revisão e auto-indagação para ver se o objetivo está sendo atingido;		
*Tomada de ações corretivas quando são detectadas falhas na compreensão		
*Recobramento de atenção quando a mente se distrai ou faz digressões		

Fonte: FAGUNDES (2001)

3 RESULTADOS DA OBSERVAÇÃO DA LEITURA DOS INDEXADORES DE ARTIGO DE JORNAL

A análise das transcrições dos textos permitiu identificar que os indexadores experientes, durante a indexação, seguem uma sistemática de identificação de conceitos, utilizando seis tipos de comportamento:

- Realizam o destaque de palavras do texto por meio de argolamento ou digitação (esse argolamento não foi expresso verbalmente, a pesquisadora observou e anotou);
- Realizam associações com a linguagem após reconhecimento de termos;
- Fazem questionamento durante a leitura do texto quanto à escolha dos descritores;
- Identificam que há maneiras diferentes de ler;
- Evidenciam conhecimento da estrutura do texto jornalístico;
- Usam conhecimento prévio do assunto e recorrem à memória de longo prazo.

É relevante mencionar que com os resultados obtidos durante a observação da leitura dos indexadores experientes e também com os dados dos estudos de revisão da literatura conseguimos obter subsídios para elaboração do modelo. Assim, foi possível identificar as respostas às nossas suposições, referindo-nos, primeiramente, ao fator tempo disponível para ler, em que supúnhamos que a leitura documentária de jornais deveria ser rápida devido à grande quantidade de material publicado. A análise dos protocolos evidenciou que a leitura dos indexadores de jornais é rápida, e que um dos fatores que proporciona esta rapidez é o conhecimento da estrutura do texto jornalístico. Tal estrutura está composta de tal forma que, geralmente, nos primeiros parágrafos encontramos um resumo com respostas aos questionamentos - Quem? O que? Como? (Para que?) Onde? Porque? (Para que?) Quando? - que permitem ao leitor compreender o texto e identificar o tema abordado antes de ler o texto detalhadamente. Entretanto, os indexadores não explicitaram, durante a gravação da indexação dos textos selecionados, conhecerem o questionamento proposto pela estrutura do texto, mas demonstraram indícios de conhecer a estrutura textual, porque concentraram a seleção de conceitos nos itens “*Lead*” e “Episódio” componentes da estrutura textual da notícia, que se localizam no começo do texto jornalístico.

Além disso, o que proporciona rapidez na leitura dos indexadores de jornais é o conhecimento prévio sobre o tema a indexar, porque percebemos que o leitor não identifica e seleciona o tema do texto se não tiver compreendido o texto. E para que ocorra compreensão, é preciso que o conhecimento prévio (adquirido com indexação de textos anteriores relacionados ao tema presente, ou por meio de leitura, etc.) referente ao tema interaja, no momento da leitura, com as informações do texto. Percebemos, então, que a memória do indexador é um fator primordial para a acumulação de conhecimento prévio sobre o assunto com o qual trabalha, porque as matérias são publicadas por vários dias, então algo novo vai se introduzir nas matérias novas, mas o tema abordado, já conhecido, provavelmente será o mesmo.

Uma outra suposição era que os indexadores de jornais experientes deveriam utilizar determinadas estratégias para realizar essa leitura rápida, e interessava-nos descobrir quais eram essas estratégias. A análise dos protocolos tornou possível o estabelecimento da sistemática

de identificação de conceitos, que os indexadores utilizaram durante a leitura, recorrendo a diferentes estratégias como exploração da estrutura textual, considerando, na maioria dos textos, a leitura do “Lead”, uso do conhecimento prévio, entre outras. Entretanto, notou-se que após seleção de conceitos, realizaram pouca associação com Linguagem. (Linguagem Documentária do Centro de Informação.)

Evidencia-se que questionávamos, também, se as estratégias utilizadas eram compatíveis com o que recomendava a literatura. Os resultados da observação da leitura dos indexadores nos comprovaram que sim, porque eles utilizam exploração da estrutura textual, uso do conhecimento prévio, entre outras estratégias.

Sendo assim, confirmamos nossas suposições, evidenciando que os indexadores experientes de jornais são estratégicos, rápidos e dominam a estrutura textual para identificação e seleção de conceitos. Com a confirmação das hipóteses, acima, atingimos, primeiramente, um dos nossos objetivos que era a identificação de estratégias de leitura para indexação de jornal. E isto conjuntamente com dados relevantes encontrados na revisão de literatura, nos possibilitou alcançar um segundo objetivo que era elaborar um modelo de leitura para indexação de artigos de jornal, considerando os resultados da observação de leitura dos indexadores e recomendações da literatura.

4 LEITURA DOCUMENTÁRIA PARA INDEXAÇÃO DE ARTIGOS DE JORNAIS: PROPOSIÇÃO E AVALIAÇÃO DE MODELO

Com a análise dos resultados da revisão de literatura sobre a temática e a observação prática de indexação de jornal, elaboramos o modelo de leitura para indexação de artigos de jornais, visualizado abaixo, que acompanha um roteiro de utilização:

ROTEIRO DE UTILIZAÇÃO DO MODELO

- 1 - Inicie a leitura do texto buscando prever por meio de interpretação da ilustração (fotografia) ou da leitura do título, o assunto que o texto abordará;
- 2 - Posteriormente, comece a ler o texto utilizando o seu conhecimento prévio sobre o assunto, direcionando a sua leitura para os cinco

primeiros parágrafos, sem realizar leitura linear, buscando encontrar respostas aos questionamentos propostos pelo modelo de leitura descrito mais especificamente no quadro abaixo (alertamos que nem todas as respostas das questões estarão presentes num texto);

3 - Encontre no texto as possíveis respostas aos questionamentos: O que?; Quem?; Quando?; Onde?; Como?; (ou Para que?); Por que?;

4 - Identifique as respostas considerando, nesse momento, o conteúdo do texto, visando compreender do que o texto trata, qual o seu assunto;

5 - Selecione, dentre as respostas encontradas, somente os conceitos que interessem à comunidade usuária que fará uso de determinado texto;

6 - Após selecionar o conceito que representa o conteúdo do texto e que interessa aos usuários, compare os conceitos selecionados com a Linguagem do sistema (no caso DEDOC);

7 - Por fim, elabore um resumo considerando o questionamento do Lead organizando as respostas obtidas em ordem lógica para as questões: O que?; Quem?; Quando?; Onde?; Como?; (ou Para que?); Por que?; (ou Para que?).

Quadro 2 - Modelo de leitura para indexação de jornais: identificação de conceitos por questionamento evidenciando a estrutura textual jornalística.

<p>CONCEITO PARA ANÁLISE DE ASSUNTO DO SISTEMA (PRECIS)</p>	<p>PARTE DA ESTRUTURA TEXTUAL (VAN DIJK, 1983) ONDE PODEMOS ENCONTRAR O QUESTIONAMENTO DO LEAD E OS ELEMENTOS DO SISTEMA PRECIS</p>	<p>QUESTIONAMENTO AO (LEAD) DA ESTRUTURA DO TEXTO JORNALÍSTICO SEGUNDO VAN DIJK (1983); SILVA (2001)</p>	<p>LEMBRE-SE QUE PARA ATINGIR O OBJETIVO DA LEITURA DOCUMENTÁRIA O INDEXADOR DEVE:</p>
<p>AÇÃO</p>	<p>Sumário/Introdução (Cabeçalho e Lead)</p>	<p>O que (o que aconteceu, está ou vai acontecer)</p>	<p>Identificar conceitos considerando o conteúdo do documento</p>

AGENTE	Sumário/Introdução (Lead)	Quem (os agentes da ação)	Selecione os conceitos considerando as necessidades informacionais da comunidade usuária
MÉTODOS DO AGENTE	Sumário/Introdução (Lead) ou Episódio (s)	Como, ou Para quê (as circunstâncias)	Padronize os conceitos com termos de uma linguagem de indexação. E se preciso crie novos termos.
LOCAL OU AMBIÊNCIA	Sumário/Introdução (Cabeçalho) Sumário/introdução (cabeçalho e Lead)	Quando (dia da semana e do mês, horas) Onde (o local do acontecimento)	
CAUSA E EFEITO	Sumário/Introdução (Lead) ou Episódio (s)	Por que, ou Para que (os motivos e as razões)	

Fonte: FAGUNDES (2001).

Após elaboração do modelo, realizamos uma aplicação com um corpus de textos selecionados para testar a viabilidade de seu funcionamento. Selecionamos no DEDOC três indexadores considerados inexperientes, porque realizavam a atividade de indexação esporadicamente, para participarem da fase de avaliação do modelo de leitura, visando verificar o seu funcionamento na atividade de indexação, considerando o contexto dos centros de informação especializados que tratam a notícia e que demandam rapidez no tratamento dessa tipologia documentária.

A fase de avaliação do modelo, na qual participaram os três indexadores caracterizados como: Clara, Ana e Maria, seguiu

os procedimentos adotados para observar a leitura dos indexadores experientes. Ressalta-se que, diferentemente da primeira fase, não houve uma preocupação em selecionar textos de temática específica porque seria utilizado por sujeitos (indexadores) que indexam textos diversos, mas nos preocupamos em selecionar dois textos, caracterizados como (A e B), que apresentavam mais completamente a estrutura completa do texto jornalístico.

O texto A foi utilizado pelos três sujeitos Ana, Maria e Clara, mas somente o sujeito Clara o indexou fazendo uso do modelo de leitura (porque já conhecia o modelo e sabia utilizá-lo) e o texto B foi utilizado para a pesquisadora ensinar ao indexador Clara sobre o funcionamento do modelo, numa fase anterior à indexação do Texto A. Um outro procedimento diferente ocorrido na fase de avaliação foi a gravação do depoimento do sujeito Clara quanto à utilização do modelo, a fim de que, se preciso, o mesmo pudesse ser aperfeiçoado.

Destaca-se que na fase de avaliação do modelo de leitura com o segundo grupo de indexadores do DEDOC, (indexadores inexperientes), os dados levantados do protocolo do indexador que num primeiro momento foi orientado sobre o funcionamento do modelo (caracterizado como sujeito Clara) para que num segundo momento tivesse condições de utilizar individualmente o modelo, demonstraram que o questionamento do Lead presente no modelo foi um dos fatores que, conjuntamente com o conhecimento prévio mínimo do assunto, possibilitaram ao indexador realizar a indexação do texto selecionado. Esse fato foi evidenciado durante a gravação do Protocolo Verbal nos momentos em que o sujeito indaga que no dia-a-dia deixaria de atribuir termos (assuntos) para representar o texto por se tratar de um texto difícil de compreender, pois era um texto da área médica.

Na discussão dos resultados quanto à avaliação do modelo de leitura proposto, notou-se que fazendo uso das orientações do modelo, os conceitos selecionados pelo indexador que foi orientado para utilizar o modelo, possibilitaram uma representação mais fidedigna do tema global comunicado pelo texto, do que os conceitos selecionados pelos dois indexadores que não fizeram uso e desconheciam o modelo, porque aumentou as possibilidades de recuperação do texto, selecionando mais termos.

Para uma melhor visualização dos dados obtidos na fase de avaliação do modelo elaboramos os QUADROS 3 e 4:

Quadro 3 - Indexação do texto A não fazendo uso do modelo de leitura proposto, realizada pelo sujeito Ana.

CONCEITOS (PRECIS)	PARTE DA ESTRUTURA TEXTUAL (VAN DIJK)	CONCEITO (LEAD)	TERMOS IDENTIFICADOS	LINGUAGEM DEDOC
AÇÃO	Lead	O que (o que aconteceu, está ou vai acontecer)	Experiência Científica	Experiência Científica
AGENTE	Cabeçalho e Lead	Quem (os agentes da acção)	Instituto de Pesquisa Scripps	
MÉTODOS DO AGENTE	Lead	Como (as circunstâncias)		
LOCAL OU AMBIÊNCIA	Lead	Onde (o local do acontecimento)		
CAUSA E EFEITO	Lead	Por que (os motivos e as razões)		

Enunciado de Assunto: O Instituto de Pesquisa Scripps realizou uma experiência científica.

Fonte: FAGUNDES (2001).

Percebemos que o sujeito Ana, com os conceitos que atribuiu ao texto, conseguiu responder o que aconteceu de uma forma bem genérica, e quem o realizou, sem conseguir descrever a informação que o texto comunica de forma global.

Quadro 4 - Indexação do texto A não fazendo uso do modelo de leitura proposto, realizada pelo sujeito Maria.

CONCEITOS (PRECIS)	PARTE DA ESTRUTURA TEXTUAL (VAN DIJK)	CONCEITO (LEAD)	TERMOS IDENTIFICADOS	LINGUAGEM DEDOC
AÇÃO	Lead	O que (o que aconteceu, está ou vai acontecer)		Experiência Científica
AGENTE	Cabeçalho e Lead	Quem (os agentes da acção)		
MÉTODOS DO AGENTE	Lead	Como (as circunstâncias)	Medicamento-antibiótico	
LOCAL OU AMBIÊNCIA	LeadLead	Onde (o local do acontecimento)		
CAUSA E EFEITO		Por que (os motivos e as razões)	Infecção hospitalar	

Enunciado de Assunto: Vai se desenvolver um medicamento-antibiótico para se combater infecção hospitalar.

Fonte: FAGUNDES (2001).

Notamos que o sujeito Maria, sem usar o modelo de leitura proposto, consegue, muito vagamente, com os termos que selecionou, responder o que se causou e como se pretende combater o problema.

Quadro 5 - Indexação do texto A fazendo uso do modelo de leitura proposto, realizada pelo sujeito Clara.

CONCEITOS (PRECIS)	PARTE DA ESTRUTURA TEXTUAL (VAN DIJK)	CONCEITO (LEAD)	TERMOS IDENTIFICADOS	LINGUAGEM DEDOC
AÇÃO	Lead	O que (o que aconteceu, está ou vai acontecer)	Bactéria	Bactéria
AGENTE	Cabeçalho e Lead	Quem (os agentes da acção)	Instituto de Pesquisa Scripps	
MÉTODOS DO AGENTE	Lead	Como (as circunstâncias)	Molécula	Molécula
LOCAL OU AMBIÊNCIA	LeadLead	Onde (o local do acontecimento)	La Jolla/ Califórnia	
CAUSA E EFEITO		Por que (os motivos e as razões)	Infecção hospitalar	Infecção-hospitalar

Enunciado de Assunto: O Instituto de Pesquisa Scripps localizado em La Jolla na Califórnia criou uma nova classe de moléculas para combater bactéria que causa infecção hospitalar.

Fonte: FAGUNDES (2001).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a utilização do modelo de leitura proposto, os conceitos selecionados pelo sujeito Clara, provavelmente abrangeram todas as possibilidades de termos para recuperação do texto e possibilitou organizar o enunciado de assunto de maneira lógica, resultando em uma representação mais fidedigna do tema global vinculado pelo texto.

Pretendemos na continuidade da pesquisa aprimorar o modelo de leitura proposto realizando uma investigação teórica mais abrangente

a respeito da estrutura do texto jornalístico, visando identificar em sua organização elementos linguísticos de apresentação do tema que compõem as respostas ao questionamento proposto pelo “Lead” e presentes no modelo, bem como, uma hierarquização desses elementos, diferenciando os relevantes dos secundários no relato de uma notícia.

Percebe-se que identificar o tema é uma tarefa difícil de realizar, como também de ensinar, pois em muitos casos este se encontra no texto de maneira complexa e pouco explícita.

Logo, identificar e representar o tema no documento não é uma tarefa fácil, e até o momento é realizada de maneira mais eficaz pelo indexador humano e essa é temática carente de investigação na literatura da área.

Concordamos com Campos (1987) que a área de indexação deve apresentar instrumentos para análise e interpretação do documento e que esses venham fornecer ao indexador possibilidades de compreender coerentemente o texto analisando o seu conteúdo e considerando as necessidades informacionais da comunidade usuária.

O modelo de leitura que elaboramos é provavelmente original e a possibilidade de sua utilização na indexação de jornais é relevante para a área de Análise Documentária, como para os centros de informação especializados que tratam a notícia.

REFERÊNCIAS

- AHMAD, N. Newspaper indexing: an international overview. *The Indexer*, Liverpool, v. 17, n. 4, p. 257-266, 1991.
- ALBRETCHTSEN, H. Subject analysis and indexing: from automated indexing to domain analysis. *The Indexer*, Liverpool, v. 8, n.4, p. 219-224, 1993.
- AMARO, R. K. F. *Contribuição da análise do discurso para a análise documentária: o caso da documentação jornalística*. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- BROWN, A. L. Metacognitive developmental and reading. In: SPIRO, R. J. *et al.* (org.). *Theoretical issues in reading comprehension*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1980. cap. 19.

- CAMPOS, A. T. A indexação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 15, n. 1, p. 69-72, 1987.
- CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia: UFMG*, Belo Horizonte, v. 14, n.2, p. 221-241, 1985.
- CAVALCANTI, M. C. *Interação leitor-texto: aspectos de interação pragmática*. Campinas: UNICAMP, 1989.
- CAVALCANTI, M. C.; ZANOTTO, M. S. Introspection in applied linguistics: meta-research on verbal protocols. In: SCOTT, B. (ed.) *Reflections on language learning*. Cleverdon: Multilingual Matters, 1994. p. 148-156.
- CORRÊA, A. O. *A construção de tesouros na perspectiva da metodologia facetada*. 1998. 117 p. Relatório (Pesquisa) - UNESP, FAPESP, Marília, 1998.
- FAGUNDES, S. A. *Leitura em análise documentária de artigos de jornal*. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Paulista, Marília, 1997.
- FAGUNDES, S. A. *Leitura em análise documentária de artigos de jornal*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2001.
- FUJITA, M. S. L. *Leitura em análise documentária: uma contribuição à formação do indexador*. 185 p. Relatório Parcial (Projeto Integrado de Pesquisa) - UNESP, CNPq, Marília, 2000-2002.
- FUJITA, M. S. L. *Precis na língua portuguesa: teoria e prática de indexação*. Brasília: UNB, 1989.
- GINEZ DE LARA, M. L. *A representação documentária: em jogo a significação*. 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- GOTOH, T. Cognitive structure in human indexing process. *Library and Information Science*, Bingley, n. 21, p. 209-226, 1983.
- HOSENFELD, C. A preliminary investigation of the reading strategies of successful and unsuccessful second language learners. *System*, Oxford, v. 5, p. 110-123, 1977.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION.
Documentation: methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms. Suíça: ISO. 5 p. 9 (ISO 5963-1985).
- KATO, M. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.

- KOBASHI, N. Y. *A elaboração de informação documentária: em busca de uma metodologia*. 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- LANCASTER, F.W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. Tradução: Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1993.
- NARDI, M. I. A. *As expressões metafóricas na compreensão de texto escrito em língua estrangeira*. 1993. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1993.
- OLSHAVSKY, J. E. Reading as problem solving: an investigation of strategies. *Reading research Quartely*, Hoboken, v. 12, n. 4, p. 654-674, 1976-1977.
- SILVA, V. J. *Regras de construção*. Disponível em: http://www.publico.pt/nos/livro_estilo/paginas/1e12_regras.htm. Acesso em: 27 mar. 2001.
- VAN DIJK, T. A. Discourse analysis: its development and application to the structure of news. *Journal of Documentation*, Bingley, v. 33, n. 2, p. 20-23, 1983.

MODELO DE LEITURA DOCUMENTÁRIA PARA ELABORAÇÃO DE RESUMOS DA LITERATURA INFANTOJUVENIL EM PROSA

Roberta Caroline Vesu ALVES

*Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação – UNESP de Marília-SP; financiamento CNPq, processo
n° 150884/2018-4.*

RESUMO: A elaboração de resumos da literatura infantojuvenil em prosa é importante para a recuperação da informação. Inicia-se com procedimentos de leitura documentária e análise de assunto, os quais identificam aspectos estruturais e temáticos do texto, com posterior seleção de elementos relevantes para representação. A leitura documentária tem o apoio do modelo de leitura documentária que elucida aspectos estruturais, temáticos, de inferência e de partes importantes do texto para elaboração de resumos. O objetivo deste capítulo consistiu em fundamentar o modelo de leitura documentária para elaboração de resumos da literatura infantojuvenil em prosa e avaliar esse modelo por profissional bibliotecário. A metodologia foi constituída por pesquisa bibliográfica e protocolo verbal individual e aplicação de questionário para coleta de dados. Os resultados da avaliação do modelo levaram a concluir ser necessária sua flexibilização para os tipos de resumidor, instituição, resumo, literatura infantojuvenil e usuários.

PALAVRAS-CHAVE: Modelo de leitura documentária. Elaboração de resumo. Literatura infantojuvenil em prosa. Protocolo verbal individual.

ABSTRACT: The elaboration of abstracts about literature in prose for children and adolescents is important for information retrieval. It begins with procedures for documentary reading and subject analysis, which identify structural and thematic aspects of text, subsequent selection of relevant elements for representation. Documentary reading is supported by a documentary reading model that elucidates structural, thematic, inference, and important parts of the text for elaboration of abstracts. The objective of this chapter was to base the documentary reading model for elaboration of abstracts about literature in prose for children and adolescents and evaluate this model by professional librarian. The methodology consisted of bibliographic research, and individual verbal protocol and application of questionnaire for data collection. Results of evaluation about the model led to conclusion that it is necessary to flexibility for the types of librarian, institution, abstract, literature in prose for children and adolescents, and for the users.

KEYWORDS: Documentary reading model. Elaboration of abstracts. Literature in prose for children and adolescents. Individual verbal protocol.

1 INTRODUÇÃO

A literatura infantojuvenil em prosa – também denominada textos literários infantojuvenis e textos narrativos ficcionais infantojuvenis em prosa –, assim como os demais tipos de textos ficcionais, apresenta alguns desafios para o entendimento de sua temática e representação, para fins de recuperação da informação por usuários de sistemas de unidades de informação ou bibliotecas diversas.

Atualmente, a literatura infantojuvenil em prosa tem acompanhado a tendência de mostrar elementos receptivos aos leitores para conquistá-los, como também apresenta expressões artísticas diferenciadas (ALVES, 2016). Além disso, segundo Zilberman (2008), a literatura para crianças e adolescentes passou de um cunho educativo e institucionalizado, preocupado em expressar valores morais, éticos, para o papel de destacar aspectos linguísticos e sociais, a fim de que o leitor reflita sobre sua vida e incorpore novas experiências. Esses aspectos são demonstrados em meio aos elementos lúdicos, mágicos, ou outros atrativos para crianças e adolescentes.

Os elementos estruturais e temáticos do texto da literatura infantojuvenil em prosa, bem como suas características, são explicados por certas teorias, como a de estruturas textuais de Teun A. Van Dijk, a do Percurso Gerativo de Sentido da Análise do Discurso e Semiótica Greimasiana, além das teorias que examinam a narrativa textual. Essas teorias, de modo geral, elucidam a relação da organização do texto com o significado produzido a partir da estrutura.

O entendimento e a representação da temática da literatura infantojuvenil, em sistemas de biblioteca escolar, têm o potencial de ampliar a recuperação desses textos para os usuários, os quais apresentam necessidades de leituras diversas. Por exemplo, na perspectiva de Alves (2008, 2016) e Alves e Moraes (2016), os usuários de biblioteca escolar, crianças e adolescentes, exibem necessidades informacionais de acordo com seus gostos de leitura, entre outros aspectos, pois buscam livros sobre amor, terror, amizade, aventura, bruxa, princesa, dinossauro, preconceito, tipo de narrador, espaço e tempo da narrativa etc. Além disso, os professores, também usuários da biblioteca, mostram necessidades de conhecer a literatura infantojuvenil para trabalhar com a leitura, conforme o gosto do aluno e sua proposta de ensino, por isso, procuram determinados gêneros e subgêneros discursivos e textuais, além de certas temáticas e elementos da narrativa importantes para o ensino.

A representação temática em registros bibliográficos armazenados em sistemas de informação é imprescindível para a recuperação de informações pertinentes às buscas dos usuários e referentes ao conteúdo dos documentos ou textos. Nesse sentido, a elaboração de resumos da literatura infantojuvenil é importante para a recuperação da informação.

Esse processo de elaboração de resumos se inicia com procedimentos de leitura documentária, ou leitura documental, e análise de assunto, os quais identificam aspectos estruturais, temáticos e partes relevantes do texto, com posterior seleção de elementos relevantes para representação. A leitura documentária tem como apoio o modelo de leitura documentária, que elucida aspectos estruturais, temáticos, de inferência e das partes importantes do texto para a elaboração dos resumos.

Diante do exposto, objetivou-se fundamentar o modelo de leitura documentária para elaboração de resumos da literatura infantojuvenil em prosa e avaliar esse modelo, durante sua aplicação por profissional bibliotecário. Para isso, a metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica e, para coleta de dados, o protocolo verbal individual, além da aplicação de questionário. A literatura infantojuvenil em prosa escolhida para avaliação do modelo de leitura documentária e elaboração do resumo foi constituída por uma fábula, pois foi o material de leitura escolhido livremente pelo bibliotecário escolar de Rede de Bibliotecas de Escolas Municipais de Ensino Fundamental I, de uma cidade do estado de São Paulo, Brasil.

No Brasil, o modelo de leitura documentária é estudado, em Ciência da Informação, como método para a identificação de assuntos e conceitos em leitura documentária, mediante indexação, entre outros aspectos. Segundo Fujita, Neves e Dal'Evedove (2017, p. 08), a leitura documentária apresenta

[...] muitas tarefas de processamento e tratamento da informação de documentos são realizadas pela leitura para execução de procedimentos de indexação, classificação, elaboração de resumos que exigem compreensão para decisões, como por exemplo, a identificação de conceitos que representam conteúdos para futura recuperação pelo leitor da unidade de informação.

Nesse sentido, a leitura documentária permite utilizar modelos de leitura documentária, os quais auxiliam de modo estratégico na identificação da estrutura textual e temática, entre outros aspectos, durante a análise de assuntos do texto ou documento (FUJITA; RUBI, 2006). Por isso, buscou-se elucidar os elementos do modelo de leitura documentária necessários para fundamentar a elaboração de resumos da literatura infantojuvenil, como também avaliar na prática esse modelo, demonstrando que está aberto a adaptações, conforme as necessidades de uma instituição.

2 ELABORAÇÃO DE RESUMOS DA LITERATURA INFANTOJUVENIL EM PROSA: TIPOS E FUNÇÕES

De acordo com Moreiro González (2004, p. 223, tradução nossa), “[...] falamos de resumo como a operação que explica de maneira abreviada e precisa a informação substancial do conteúdo do documento. Para isso, utiliza-se a linguagem natural”. Nesse sentido, Lara (1993) salienta que o resumo é constituído por condensação intensiva do texto original, apresentando semelhança com o texto de origem. Contudo, o resumo da literatura infantojuvenil goza de certa autonomia em relação ao texto original, pois não é exposto na forma narrativa, e sim descritiva, explicativa, informativa e indicativa, apresentando características de seu conteúdo ou temática.

Vale destacar, conforme Pinto (2001, p. 160, tradução nossa), que “[...] o resumo é um texto breve, representativo, autônomo, intencional,

não unívoco e com vocação de sinônimo”; ademais, apresenta autonomia e independência documentária do texto original, porque o mesmo texto pode ser usado para elaboração de diferentes tipos de resumos.

Enfatiza Moreiro González (2004, p. 223-224, tradução nossa):

O resumo retextualiza uma mensagem: trata do mesmo, com a mesma organização que estruturava o documento complexo. É um texto que reproduz outro texto, mas com um determinado nível de significação. Logicamente, muita informação se perde. Contudo, salvamos o que é verdadeiramente central.

O processo de resumir, segundo Pinto (2001), consiste em um processo de redução sofisticado, realizado por meio da cognição e de construção de texto reduzido. Dessa forma, obtém-se um novo documento que representa o original, com a informação substancial, porém, diferente no modo de expressão, estrutura e extensão. Contudo, o texto do resumo apresenta uma organização superficial para representação do texto original (PINTO, 2001). Ainda, na opinião da autora, existem dois tipos de sintetização do documento: uma denominada redução, que ocorre em âmbito cognitivo e metacognitivo, e outra, de síntese e representação, a qual acontece na manifestação discursiva, durante a elaboração dos resumos, mas que também utiliza o apoio da cognição e metacognição (PINTO, 2001).

A finalidade ou função mais relevante do resumo, conforme Lancaster (2004), consiste em facilitar a seleção do texto ou documento, contribuindo para o leitor decidir a escolha sobre o item, ou seja, se o item corresponde ao interesse e necessidade de leitura dos usuários. Nesse contexto, de acordo com Pinto Molina (1993), o resumo deve ser dirigido para um destinatário, por isso, é importante conhecer o público a que o resumo se destina, assim, pode-se adequar sua elaboração. Para Moreiro González (2004), as características fundamentais de alguns tipos de resumos ocorrem segundo a densidade informativa.

Entre os tipos de resumos, destaca-se neste estudo o resumo informativo em texto discursivo, que pode ser organizado em macroestrutura global (tema principal), seguida das macroestruturas parciais (aspectos semânticos de cada parte do texto), também de acordo com a organização

da superestrutura e sob a forma informativa e descritiva (MOREIRO GONZÁLEZ, 2004), contendo entre 100 a 300 palavras (PINTO, 2001).

O resumo, em geral, é um meio importante de representação para fins de recuperação da informação em bibliotecas, pois apresenta a descrição do conteúdo informacional, portanto, também é um meio para o usuário conhecer e selecionar a leitura, conforme seu desejo ou sua necessidade. Quanto ao resumo da literatura infantojuvenil e de literaturas ficcionais, em geral, García Marco e García Marco (1997) ressaltam que este tem a finalidade de incentivar a leitura, informar o conteúdo, oferecer uma crítica em função do conhecimento de determinada disciplina, quando for o caso, e difundir o texto por meio do mercado editorial.

Outros aspectos fundamentais para o resumo da literatura de ficção, de acordo com García Marco e García Marco (1997, p. 82-83, tradução nossa), são os objetivos de:

1. Conseguir a síntese mais informativa possível;
2. Representar fielmente o documento original;
3. Condensar ao máximo a informação;
4. Construir um texto unitário com unidades gramaticais corretas;
5. Adequação às necessidades dos usuários;
6. Redação precisa e exata, com clareza e atrativa.

Além disso, os mesmos autores apontam a necessidade de esse tipo de resumo conter, na representação do texto, alguns aspectos, como assunto ou tema; tempo e espaço da história; classificação geral e de subgêneros narrativos; trama; posição do narrador no texto; entre outros (GARCÍA MARCO; GARCÍA MARCO, 1997).

3 MODELO DE LEITURA DOCUMENTÁRIA EM INDEXAÇÃO COMO SUBSÍDIO PARA O MODELO DE LEITURA DOCUMENTÁRIA PARA ELABORAÇÃO DE RESUMOS

Gardin (1981)⁴⁰ citado por Silva e Fujita (2004, p. 136), formalmente conceitua a Análise Documental, ou Análise Documentária,

⁴⁰ GARDIN, J.-C. *La logique du plausible: essais d'épistémologie pratique*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1981.

como “[...] um conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de expressar o conteúdo de documentos científicos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação”. Em meio a esses procedimentos, inserem-se as operações de indexação e os resumos.

A primeira “[...] surgiu a partir da elaboração de índices e atualmente está mais vinculada ao conceito de análise de assunto.” (SILVA; FUJITA, 2004, p. 136). A indexação apresenta os processos de análise de assunto para identificação de conceitos, seleção e tradução para representação, e tem por objetivo a recuperação do conteúdo do documento. A segunda operação, a de elaboração de resumos, segundo Pinto Molina (1993), veio para auxiliar na recuperação da informação, sendo que o resumo se difundiu na cultura ocidental, quando inserido em revistas científicas, também em publicações específicas de resumos de textos científicos (PINTO MOLINA, 1993).

O resumo, de acordo com Guimarães, Moraes e Guarido (2007) e Moreiro González (2004), é um produto documentário resultante do processo de síntese e condensação, com a função de representar o documento original, para fins de recuperação temática, conforme seus tipos e diferentes densidades informativas.

Além disso, os resumos servem para representação de artigos científicos, contribuindo para a localização e recuperação da informação desejada e escolha da leitura do documento, como ainda para recuperação da informação de documentos diversos, em bases de dados na *web* e sistemas ou bases de registros bibliográficos em bibliotecas.

Em suma, as etapas de elaboração dos resumos são: **leitura e análise do documento** ou texto para compreensão de seus significados; **identificação do tema e estrutura do texto; síntese ou condensação para representação**, com base nas informações selecionadas das partes do texto, em razão das necessidades dos usuários e tipo de resumo a ser elaborado (PINTO, 2001; KOBASHI, 1997).

Observam-se semelhanças nos processos de indexação e elaboração de resumos, pois ambos priorizam a redução ou síntese do conteúdo de um documento ou texto. Contudo, as representações documentárias são diferentes. Ademais, alguns aspectos do processo de leitura documentária diferem, principalmente porque cada uma depende da finalidade de representação. A indexação almeja a representação de conceitos e termos,

por isso, tem redução do texto em maior grau, enquanto o resumo, por sua vez, visa à representação de partes do texto, em linguagem natural, de modo conciso.

Nesse contexto, o modelo de leitura documentária para indexação de textos científicos se insere na etapa de análise e leitura documentária do documento ou texto, a fim de auxiliar o indexador na identificação de assuntos e conceitos. Segundo Fujita e Rubi (2006), o modelo de leitura documentária resulta do uso de “[...] estratégias de exploração de estruturas textuais e de abordagem sistemática para identificação de conceitos”. Em acréscimo, o modelo de leitura documentária tem como procedimentos principais: “I. Exploração do conhecimento da estrutura textual; II. Identificação de conceitos; e III. Seleção de conceitos”. (FUJITA; RUBI, 2006). Isso, considerando os aspectos de superestrutura e macroestruturas textuais, bem como as partes importantes para identificação de temas; o modo de identificação de aspectos temáticos, por meio de questionamentos ao texto; a seleção de conceitos para tradução e composição da representação, com auxílio de linguagem de indexação.

Nesse sentido, os questionamentos constituem recurso estratégico de inferência ao texto, para a compreensão e identificação de conceitos e temas, levando-se em conta igualmente as partes estruturais do texto (FUJITA; RUBI, 2006). Vale destacar que a leitura documentária se dá por meio de ações cognitivas conscientes e inconscientes, as quais identificam a estrutura textual, as partes importantes do texto e seus aspectos temáticos e conceitos (FUJITA, 2003).

A leitura com o uso de estratégias metacognitivas direciona a compreensão do texto, portanto, direciona a cognição, gerenciando-a com a metacognição, diante dos conhecimentos sobre estruturas textuais e conhecimentos prévios (FUJITA, 1999; NEVES, 2011). Assim, a leitura é direcionada, “[...] mantendo em mente o seu objetivo de representar o texto para futura recuperação, considerando as limitações da tarefa de indexação e os objetivos do sistema de informação no qual se insere” (FUJITA, 1999, p. 109-110), sendo que, no caso deste estudo, esses aspectos se aplicaram aos resumos.

Fujita e Rubi (2006) indicam que a identificação do tema para indexação do texto científico está relacionada com o objetivo desse texto, além de ser feita por meio de modelo de leitura documentária,

com base em questionamentos, segundo as categorias temáticas: “[...] o quê? (categoria essencial); quando?, onde?, como? (categorias acessórias), que podemos denominar de estratégia de inferência e considerá-la como elemento fundamental dos modelos de leitura para indexação”. Por isso, compreende-se que são categorias importantes para inferência da temática de textos, assim como para fins de representação em resumos.

As categorias voltadas ao texto narrativo ficcional infantojuvenil em prosa apresentam as seguintes relações, conforme Alves (2016, p. 145):

- a) O quê? (categoria essencial): tema principal de estrutura profunda do Percurso Gerativo de Sentido, portanto, relacionado com a ação e transformação de estado inicial para o final (fases de manipulação e sanção de nível narrativo);
- b) Quem?: quem exerce a ação para ocorrer a transformação, geralmente o manipulado, considerando também a influência do manipulador;
- c) Quando?: aspectos relacionados ao tempo da narrativa ficcional;
- d) Onde?: aspectos relacionados aos locais da narrativa ficcional;
- e) Como?: modo que contribui para a transformação de estado (competência); ou como ocorreu a transformação de estado (performance).

A categoria “quem?”, a qual não é considerada para o texto científico, é importante nesta pesquisa, por ter relação com os personagens da literatura infantojuvenil (ALVES, 2016; FUJITA, 2003; FUJITA; RUBI, 2006).

Verificou-se que esses elementos, advindos do modelo de leitura documentária para indexação, são importantes para compor o modelo de leitura documentária para elaboração de resumos da literatura infantojuvenil, pois contemplam aspectos estratégicos de exploração da estrutura textual e de abordagem sistemática para identificação da temática. Com efeito, as partes e a estrutura do texto da literatura infantojuvenil e a temática, essencial para recuperação da informação, serão informadas e descritas no resumo em linguagem natural, segundo as orientações do modelo de leitura documentária para resumos.

Diante disso, os aspectos importantes para compor o modelo de leitura documentária para resumos de textos narrativos ficcionais

infantojuvenis em prosa estão especificados na proposta de modelo de leitura documentária para elaboração de resumos da literatura infantojuvenil em prosa.

4 PROPOSTA DE MODELO DE LEITURA DOCUMENTÁRIA PARA FINS DE ELABORAÇÃO DE RESUMOS DA LITERATURA INFANTOJUVENIL EM PROSA

O modelo de leitura documentária pode contribuir com a leitura documentária voltada para a elaboração de resumos e, conseqüentemente, para a representação sucinta da temática da literatura infantojuvenil em prosa. Por isso, foi elaborado o “Manual explicativo do modelo de leitura documentária para fins de elaboração de resumos da literatura infantojuvenil”, utilizado como base para esclarecer a leitura documentária e, posteriormente, elucidar os elementos necessários para a elaboração de resumos, os quais consistem, de modo geral, em: **elementos do texto** para nortear as estratégias metacognitivas de exploração das partes relevantes do texto; **estratégia de inferência** diante de questionamentos que permitem a identificação de temática; **seleção das partes temáticas importantes**, considerando também o que é essencial para a recuperação da informação pelo usuário de biblioteca escolar (criança, adolescente e professor); **representação em linguagem natural**, explicativa ou informativa e descritiva, conforme o tipo de resumo.

Portanto, o manual, que consta a seguir, foi usado para demonstrar a proposta de modelo de leitura com fins de elaboração de resumo de literatura infantojuvenil em prosa, também para ser avaliado por meio de coleta de dados com metodologia de protocolo verbal individual e posterior questionário.

4.1 MANUAL EXPLICATIVO DO MODELO DE LEITURA DOCUMENTÁRIA PARA FINS DE ELABORAÇÃO DE RESUMOS DA LITERATURA INFANTOJUVENIL

Os resumos são elaborados de modo condensado, em linguagem natural, descritiva e informativa, a partir de procedimentos de leitura documentária, os quais identificam aspectos estruturais, temáticos e característicos da literatura infantojuvenil, para fins de elaboração e representação do conteúdo em resumos em sistemas e/ou catálogos, que potencialmente permitem a recuperação da informação desejada pelos

usuários, crianças, pais ou responsáveis e professores. Os usuários e o bibliotecário podem utilizar esse meio de recuperação para encontrar e refletir sobre a escolha da leitura da literatura infantojuvenil.

A leitura documentária comporta procedimentos de leitura para análise de assunto, identificação e seleção de conceitos ou temas, além da condensação e representação de aspectos do texto, no caso do resumo. **O uso do modelo de leitura documentária para fins de elaboração de resumos visa a guiar o resumidor para a observação de aspectos importantes do texto, os quais podem compor a representação em resumos. Portanto, os aspectos de estrutura e temática do texto a serem observados na literatura infantojuvenil embasam a leitura documentária; ademais, os procedimentos de seleção do conteúdo, segundo as necessidades de informação dos usuários, complementam os aspectos para a elaboração de resumos.** O restante do manual orienta ainda a representação em resumos.

As instruções para o modelo de leitura documentária têm como base os estudos de Fujita e Rubi (2006) e Fujita (2009), que reuniram as estratégias de conhecimento de estruturas textuais e de inferência ao texto para o modelo de leitura documentária de textos científicos, assim como os estudos de Alves (2008, 2016), os quais apresentam as estruturas textuais e aspectos importantes para indexação e representação em resumos da literatura infantojuvenil. Diante disso, as instruções mais detalhadas de leitura documentária e modelo de leitura documentária estão explicitadas a seguir.

4.1.1 INSTRUÇÕES DE LEITURA DOCUMENTÁRIA PARA A LITERATURA INFANTOJUVENIL

4.1.1.1 CONHECIMENTO E EXPLORAÇÃO DA ESTRUTURA TEXTUAL

A) ESTRUTURA TEXTUAL DA LINGÜÍSTICA TEXTUAL DE VAN DIJK

O texto pode ser entendido segundo as estruturas que demonstram sua organização, que são, de acordo com Alves (2008, 2016), com base em Van Dijk (1996, 2000, 2004):

i) Superestrutura: estrutura global em que o conteúdo semântico do texto se adapta, independentemente do tema do texto, mas contribui para expressar o significado; também é o gênero, que forma um padrão para determinar o tipo de texto. Por exemplo: texto de notícia de jornal (fatos: o quê, quem, como, quando e onde), crônica de jornal (o quê e opinião crítica, entre outros aspectos), literatura juvenil (texto em narrativa longa e em prosa, sem imagens ou com poucas imagens que são, em geral, em preto; apresenta ações/eventos, espaço e tempo, entre outros aspectos), literatura infantil (texto narrativo mais curto e em prosa, várias ilustrações coloridas; apresenta ações/eventos, espaço e tempo, entre outros aspectos, por exemplo, a moral da história no final);

ii) Macroestruturas parciais: estrutura semântica local em microestrutura e proveniente do entendimento de partes do texto (semântica ou entendimento das partes do texto);

iii) Macroestrutura global: estrutura semântica com o conteúdo global ou semântica global do texto, percebida por categorias e esquemas que armazenamos na memória, os quais formam o significado global do texto (tema principal e geral, que engloba todos os outros);

iv) Microestrutura: palavras organizadas e proposições básicas do texto, que se projetam em nossos sentidos para a compreensão da estrutura e sentido do texto.

B) ESTRUTURA TEXTUAL DA ANÁLISE DO DISCURSO COM PERCURSO GERATIVO DE SENTIDO

O texto pode ser concebido conforme as estruturas de textos narrativos ficcionais, que apontam sua organização, a partir de elementos concretos e simples até os mais abstratos e complexos, evidenciando a produção de sentido, conforme os níveis explicados por Alves (2008, 2016), com base em Fiorin (2014, 2015) e Greimas (1971, 1975):

i) Estrutura ou nível profundo ou fundamental (superestrutura e macroestrutura global): termos com sentido mais abstrato e não explícito completamente no texto, são entendidos em função do julgamento do sentido do texto, são dispostos em oposição, “a *versus* b”, demonstrando um jogo de forças entre eles, durante a narrativa e a transformação de estado do personagem principal. Por isso, são compostos por temas das fases da manipulação e sanção do nível narrativo a seguir. Por exemplo, “capacidade *versus* incapacidade”, “bem *versus* mal”, “desânimo *versus* ânimo”, “diferenças *versus* semelhanças”, “realidade *versus* sonho”, “segredo *versus* descoberta” etc.;

ii) Nível narrativo ou estrutura canônica (superestrutura e macroestrutura parcial): partes do texto em sequência canônica, que aborda ações/eventos entre os personagens, sendo composta de:

- *Manipulação:* estado inicial da ação e/ou evento principal, em que o manipulador (geralmente o vilão) faz a persuasão ao manipulado (geralmente o herói) a fazer ou querer, poder e saber algo; mas o manipulador e manipulado podem ser a mesma pessoa em busca de algo. Exemplos: desafio, curiosidade, cumplicidade, proposta, recompensa, tentação, pedido, *bullying*, ordem, ameaça, sedução, provocação etc. Portanto, tem relação com os personagens principais, o vilão, que leva o herói a fazer algo; ou o próprio herói, que está em busca de algo;
- *Competência:* incentiva o herói a saber ou poder fazer algo (ou pode ser por meio de objeto mágico, assim como nos contos de fadas, nos quais o poder é dado ao herói a fazer algo; por exemplo, a fada madrinha, em Cinderela).
- *Performance:* várias ações subsequentes à principal, em que o manipulado (herói) busca algo e transforma seu estado inicial para o final, ou seja, o desenvolvimento das transformações de estado;
- *Sanção pragmática:* estado final do herói, o que resultou da ação e/ou evento principal, se o herói aceitou ou não a manipulação, e quais foram seus prêmios e recompensas; castigos atribuídos ao vilão; moral da história, se for o caso;
- *Sanção cognitiva:* estado final do herói, o reconhecimento de sua vitória socialmente, e se houve mudança em seus estados psicológicos ou características de personalidade, se houve reconhecimento do herói perante os outros ou para si mesmo; e confusão do vilão (fica obscuro o que houve com o vilão), por exemplo, ele foge, ou é desmoralizado; moral da história, se for o caso.

iii) Estrutura ou nível discursivo (microestrutura): compreende figuras (palavras concretas do mundo real: correr, brincar, sol, árvore, José, mamãe, família etc.) e temas (palavras com significado abstrato: amizade, amor, orgulhoso, teimoso, bom, mau, vaidoso, carinhoso, cuidadoso etc.), que são expressas por palavras, e seus respectivos encadeamentos formam percursos temáticos e percursos figurativos.

C) ESTRUTURA TEXTUAL DAS CARACTERÍSTICAS DA NARRATIVA

O texto pode ser compreendido de acordo com as características dos textos narrativos, a partir da microestrutura, segundo Alves (2008, 2016), com base em D’Onofrio (2007), Gancho (2014) e Terra (2014):

i) Personagens principais (herói e vilão) – nomes; características físicas (se forem relevantes); características psicológicas (boas e más), sendo que, no caso do herói, pode ser também uma personalidade em construção/descoberta; além de abordar as relações e ações entre eles; e ações com outros personagens, se necessário;

ii) Espaço – cenários (locais físicos: escola, casa, floresta etc.) e ambientes (aspecto psicológico, por exemplo, chique, pobre, conservador, alegre, moderno, aterrorizante, aconchegante etc.), que estiverem explícitos no texto;

iii) Tempo da história – duração da história, por exemplo, alguns anos, tempo antigo, atual (somente se estiver explícito), futuro, com data determinada, e lembranças do passado;

iv) Tempo da narrativa – cronológico (de forma linear), psicológico (tempo cronológico distorcido por vivências subjetivas) e de forma vaga, para contos de fadas, ou indeterminado;

v) Narrador – conforme características de foco narrativo com verbos em primeira pessoa (narrador personagem: protagonista que é o personagem principal da história, ou testemunha que vive a história, mas não é o personagem principal) e verbos em terceira pessoa (narrador: observador que mostra os fatos à medida que acontecem, ou onisciente que sabe e descreve tudo na narrativa, incluindo como todos os personagens se sentem).

vi) Moral da história – é bem destacada no final do texto, típica de fábulas, alguns contos e outras obras modernas, as quais apresentam lição de vida no final, que deve ser descrita junto com o tema principal, se estiverem relacionados.

4.1.1.2 ESTRATÉGIA DE INFERÊNCIA DE QUESTIONAMENTOS AO TEXTO PARA IDENTIFICAÇÃO DE CONTEÚDO

A leitura documentária, com apoio do modelo de leitura documentária, adota estratégia de questionamento ao texto para identificação de conceitos, considerando algumas partes do texto. Conforme esquematizado no Quadro 1, a seguir, são abordadas as categorias que revelam os aspectos temáticos principais, relacionados com a literatura infantil e juvenil para elaboração de resumos:

Quadro 1 - Questionamentos principais de abordagem ao texto e relações com a estrutura e partes do texto da literatura infantil e juvenil.

QUESTIONAMENTOS AO TEXTO, QUE REVELAM O CONTEÚDO OU ASSUNTO, SEGUNDO FUJITA E RUBI (2006), QUE SE BASEARAM EM TÁLAMO (1987)	ESTRUTURA, TEMÁTICA E CARACTERÍSTICAS DA LITERATURA INFANTOJUVENIL, QUE SÃO CORRESPONDENTES AOS QUESTIONAMENTOS	PARTES DO TEXTO EM QUE SE ENCONTRAM AS ESTRUTURAS TEXTUAIS E TEMÁTICAS INERENTES, A QUE PODEM SER DIRECIONADOS OS QUESTIONAMENTOS
<i>O quê? (tema e categoria essencial)</i>	Tema principal identificado por meio da análise de estrutura profunda do Percorso Gerativo de Sentido, portanto, relacionado com a ação e transformação de estado inicial para o final (fases de manipulação e sanção em nível narrativo). Moral da história.	CAPÍTULOS INICIAIS (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais) CAPÍTULOS FINAIS (2 últimos capítulos, ou folhas finais)
<i>Quem? (ser)</i>	Quem exerce a ação de transformação, geralmente o manipulado ou herói, considerando a influência do manipulador (vilão; mas o herói pode buscar uma transformação sem influência do vilão). Personagens principais.	CAPÍTULOS INICIAIS (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais)
<i>Quando? (tempo)</i>	Aspectos da duração de tempo da narrativa ficcional.	CAPÍTULOS INICIAIS (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais)
<i>Onde? (lugar)</i>	Aspectos dos locais apresentados na narrativa ficcional	CAPÍTULOS INICIAIS (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais)
<i>Como? (modo)</i>	Modo que contribui para a transformação de estado inicial para o final, a competência ; ou como ocorreu a transformação de estado, a performance .	CAPÍTULOS DO MEIO (partes do meio)

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Alves (2016).

A leitura documentária e o modelo de leitura devem seguir algumas regras de consulta ao texto, para descobrir aspectos temáticos associados com as categorias que revelam o conteúdo textual. Esse conteúdo textual deve ser identificado conforme algumas partes do texto. Para isso, recomenda-se a consulta de determinadas partes da obra, como:

- a) **Leitura e análise de elementos textuais preliminares** - título, subtítulo, prólogo, dedicatória, contracapa com sinopse, orelhas do livro e sumário, identificando se abordam indicações sobre o conteúdo ou tema e tipo de gênero literário (novela, literatura infantil, conto etc.) e subgênero literário (aventura, folclore, fábula, mistério, humor, terror etc.);
- b) **Leitura e análise do conteúdo da obra literária** - consulta e leitura das primeiras páginas ou dois primeiros capítulos iniciais, algumas páginas do meio da obra, com leitura rápida, e das páginas finais ou dos dois capítulos finais. No entanto, se a leitura não apresentar sentido, outros capítulos podem ser consultados para a leitura.

Essa leitura documentária tem o objetivo de identificar o conteúdo temático proveniente da literatura infantil e juvenil, todavia, nesta pesquisa, a ênfase está na elaboração de resumos da literatura infantojuvenil, por isso, no Quadro 2, são apresentadas as partes da estrutura do texto e questionamentos que revelam a estrutura e o conteúdo temático:

Quadro 2 - Partes da estrutura do texto da literatura infantojuvenil e questionamentos que revelam a estrutura e o conteúdo temático

PARTES DA ESTRUTURA DO TEXTO	CONCEITOS DA LITERATURA INFANTOJUVENIL	QUESTIONAMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE PARTES TEMÁTICAS DO TEXTO	CONTEÚDOS A QUE SE REFEREM OS QUESTIONAMENTOS (superestrutura, macroestruturas e características textuais)
ELEMENTOS PRELIMINARES DA OBRA (capa e folhas que antecedem o texto)	Tema ou assunto principal - <i>O quê?</i> (tema e categoria essencial)	Qual o tema ou assunto principal nos elementos preliminares da obra? Reflexão: para ser comparado e analisado com os elementos textuais.	Elementos que podem revelar <i>aspectos temáticos</i> : título, subtítulo, prólogo, dedicatória, contracapa com sinopse, orelha do livro e sumário. Entretanto, são aspectos a serem confirmados na leitura do texto.
	Gênero Literário (<i>tipo de texto</i>)	Qual o gênero literário?	Gênero literário : romance, novela, conto etc. – aspecto a ser confirmado na leitura do texto.
	Subgêneros Literários (<i>subtipo de texto - mais específico</i>)	Quais os subgêneros literários?	Subgênero literário : aventura, folclore, mistério, humor, terror etc. – aspecto a ser confirmado na leitura do texto.

<p>CAPÍTULOS INICIAIS (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais)</p>	<p>Manipulação <i>(Ação/evento e estado inicial)</i></p>	<p>Qual a persuasão ou manipulação principal, que leva ao desenvolvimento da ação do herói?</p> <p>Reflexão: existem manipulações secundárias que podem ser verificadas para confirmação da principal, se necessário.</p>	<p>Manipulação: (primeiro aspecto do tema principal) – <i>estado inicial da ação e/ou evento principal</i>, em que o manipulador (geralmente o vilão) faz a persuasão ao manipulado (geralmente o herói) a fazer ou querer, poder e saber algo; mas o manipulador e manipulado podem ser a mesma pessoa em busca de algo. Exemplos: desafio, curiosidade, cumplicidade, proposta, recompensa, tentação, pedido, ordem, ameaça, sedução, provocação etc.</p>
	<p>Manipulador - Quem? <i>(ser)</i></p>	<p>Quem é o manipulador?</p>	<p>Personagem principal: <i>vilão</i>, que leva o herói a fazer algo; ou o próprio <i>herói</i>, que está em busca de algo. Identificação de <i>nomes, personalidades</i> (boas e más) e de aspectos que caracterizam seus <i>tipos físicos</i>, se forem relevantes.</p>
	<p>Manipulado - Quem? <i>(ser)</i></p>	<p>Quem é o manipulado?</p>	<p>Personagem principal: geralmente o <i>herói</i>. Identificação de sua <i>personalidade</i> (geralmente boa, ou em construção/descoberta); e identificação de aspectos que caracterizam seu <i>tipo físico</i>, se for relevante.</p>
	<p>Narrador - Quem?</p>	<p>Qual o tipo de narrador?</p>	<p>Narrador: características de foco narrativo em primeira pessoa (<i>narrador personagem: protagonista</i>, que é o personagem principal da história, ou <i>testemunha</i> que vive a história, mas não é o personagem principal) e terceira pessoa (<i>narrador observador</i>, que mostra os fatos à medida que acontecem, ou <i>narrador onisciente</i>, que sabe e descreve tudo na narrativa, incluindo como todos os personagens se sentem).</p>
	<p>Tempo da história - Quando? <i>(tempo)</i></p>	<p>Quando aconteceu a história?</p>	<p>Tempo da história: descrição da duração da história, por exemplo, alguns anos, tempo antigo, atual (somente se estiver explícito), futuro, com data determinada, e com lembranças do passado.</p>
	<p>Tempo da narrativa - Quando? <i>(tempo)</i></p>	<p>Qual o tempo da narrativa?</p>	<p>Tempo da narrativa: <i>cronológico</i> (de forma linear), <i>psicológico</i> (tempo cronológico distorcido por vivências subjetivas) e de forma vaga para contos de fadas, ou <i>indeterminado</i>.</p>
	<p>Espaço - Onde? <i>(lugar)</i></p>	<p>Onde aconteceu a história?</p>	<p>Espaço: <i>cenários</i> (locais físicos: escola, casa, floresta etc.) e <i>ambientes</i> (aspecto psicológico, por exemplo, chique, pobre, conservador, alegre, moderno, aterrorizante, aconchegante etc.), que estiverem explícitos no texto.</p>

CAPÍTULOS DO MEIO (algumas partes do meio, consultando rapidamente)	Competência - Como? (modo)	Como o manipulado (herói) se tornou competente para a ação e transformação de estado (competência)?	Competência: incentiva o herói a saber ou poder fazer algo (pode ser por meio de objeto mágico).
	Performance - Como? (modo)	Como ocorreu a transformação de estado ou performance do personagem principal? (somente para verificar alguns aspectos do desenvolvimento da história, se necessário)	Performance: várias ações subsequentes da principal em que o manipulado (herói) busca algo e transforma seu estado inicial para o final (desenvolvimento das transformações de estado).
CAPÍTULOS FINAIS (2 últimos capítulos, ou folhas finais)	Sanção pragmática do manipulado (herói) <i>(Ação/evento e estado final)</i>	Qual o estado final do manipulado (herói) ou sua sanção pragmática? Reflexão: o herói foi o próprio manipulador de si mesmo?	Sanção pragmática: (segundo aspecto do tema principal) – <i>estado final do herói</i> , o que resultou da ação e/ou evento principal. Se o herói aceitou ou não a manipulação e quais foram seus <i>prêmios e recompensas</i> .
	Sanção cognitiva do manipulado (herói) <i>(Ação/evento e estado final)</i>	Qual o estado final do manipulado (herói) ou sua sanção cognitiva? Reflexão: o herói foi o próprio manipulador de si mesmo?	Sanção cognitiva: (segundo aspecto do tema principal) – <i>estado final do herói</i> , se foi reconhecido socialmente e se houve <i>mudança em seus estados psicológicos ou características de personalidade</i> . Se houve <i>reconhecimento do herói perante os outros ou para si mesmo</i> .
	Sanção pragmática do manipulador (vilão) <i>(Ação/evento e estado final)</i>	Qual o estado final do manipulador (vilão) ou sua sanção pragmática?	Sanção pragmática: <i>castigos atribuídos ao vilão</i> .
	Sanção cognitiva do manipulador (vilão) <i>(Ação/evento e estado final)</i>	Qual o estado final do manipulador (vilão) ou sua sanção cognitiva?	Sanção cognitiva: <i>confusão do vilão</i> (fica obscuro o que houve com o vilão), por exemplo, ele foge, ou é desmoralizado.
	Elemento da narrativa que apresenta uma lição de vida no final.	Qual a moral da história? (somente se apresentado de forma explícita, no final)	Moral da história: é bem destacada no final do texto, típica de fábulas, alguns contos e outras obras modernas, que apresentam lição de vida no final; deve ser descrita junto com o tema principal, se estiverem relacionados.
CAPÍTULOS INICIAIS E FINAIS	Tema ou assunto principal - O quê? (tema e categoria essencial)	Qual o tema principal abstrato (categorias semânticas de termos em oposição)?	Tema principal e abstrato: nível profundo do percurso gerativo de sentido, expresso por <i>termos opostos</i> (a <i>versus</i> b), proveniente da manipulação e sanção, segundo o estado inicial e final do sujeito principal da ação (geralmente, o manipulado e herói).

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Alves (2016).

No Quadro 3, a seguir, estão os questionamentos e partes do texto para identificação de conteúdo temático da literatura infantojuvenil, a serem utilizados pelo resumidor, bem como espaço para reflexão sobre a seleção de aspectos importantes para a elaboração de resumos:

Quadro 3 - Questionamentos ao texto da literatura infantojuvenil para identificação de conteúdo temático e seleção de aspectos importantes para a elaboração de resumos.

PARTES DA ESTRUTURA DO TEXTO	QUESTÕES QUE REVELAM O CONTEÚDO DO TEXTO	IDENTIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO EM LINGUAGEM NATURAL	SELEÇÃO DE ASPECTOS IMPORTANTES PARA ELABORAÇÃO DE RESUMOS
ELEMENTOS PRELIMINARES DA OBRA (capa e folhas que antecedem o texto)	1) Qual o tema ou assunto principal nos elementos preliminares da obra?		
ELEMENTOS PRELIMINARES DA OBRA (capa e folhas que antecedem o texto)	2) Qual o gênero literário?		
ELEMENTOS PRELIMINARES DA OBRA (capa e folhas que antecedem o texto)	3) Quais os subgêneros literários?		
CAPÍTULOS INICIAIS (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais)	4) Qual a persuasão ou manipulação principal, que leva ao desenvolvimento da ação do herói? Reflexão: existem manipulações secundárias que podem ser verificadas para confirmação da principal, se necessário.		
CAPÍTULOS INICIAIS (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais)	5) Quem é o manipulador?		

CAPÍTULOS INICIAIS (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais)	6) Quem é o manipulado?		
CAPÍTULOS INICIAIS (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais)	7) Qual o tipo de narrador?		
CAPÍTULOS INICIAIS (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais)	8) Quando aconteceu a história?		
CAPÍTULOS INICIAIS (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais)	9) Qual o tempo da narrativa?		
CAPÍTULOS INICIAIS (2 primeiros capítulos ou folhas iniciais)	10) Onde aconteceu a história?		
CAPÍTULOS DO MEIO (algumas partes do meio, consultando rapidamente)	11) Como o manipulado (herói) se tornou competente para a ação e transformação de estado (competência)?		
CAPÍTULOS DO MEIO (algumas partes do meio, consultando rapidamente)	12) Como ocorreu a transformação de estado ou performance? (somente para verificar alguns aspectos do desenvolvimento da história, se necessário)		
CAPÍTULOS FINAIS (2 últimos capítulos, ou folhas finais)	13) Qual o estado final do manipulado (herói) ou sua sanção pragmática? Reflexão: o herói ou personagem principal foi o manipulador de si mesmo?		

CAPÍTULOS FINAIS (2 últimos capítulos, ou folhas finais)	14) Qual o estado final do manipulado (herói) ou sua sanção cognitiva? Reflexão: o herói ou personagem principal foi o manipulador de si mesmo?		
CAPÍTULOS FINAIS (2 últimos capítulos, ou folhas finais)	15) Qual o estado final do manipulador (vilão) ou sua sanção pragmática?		
CAPÍTULOS FINAIS (2 últimos capítulos, ou folhas finais)	16) Qual o estado final do manipulador (vilão) ou sua sanção cognitiva?		
CAPÍTULOS FINAIS (2 últimos capítulos, ou folhas finais)	17) Qual a moral da história? (somente se apresentado de forma explícita, no final) Reflexão: tem relação com o tema principal?		
CAPÍTULOS OU FOLHAS INICIAIS E FINAIS	18) Qual o tema principal abstrato (categorias semânticas de termos em oposição)?		

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Alves (2016).

4.1.1.3 SELEÇÃO DE ASPECTOS IMPORTANTES DO TEXTO PARA ELABORAÇÃO DOS RESUMOS, DE ACORDO COM O QUE O TEXTO CONTÉM E O QUE É IMPORTANTE PARA A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO PELOS USUÁRIOS

Nesta etapa, os elementos do texto identificados em linguagem natural são selecionados devido à sua importância para condensação e representação, visando aos assuntos ou conteúdos essenciais para a recuperação da informação pelos usuários. Para isso, é imperioso rever o que foi identificado e selecionar o conteúdo relevante, considerando o que o texto contém e o que é importante para os usuários.

Os elementos selecionados podem ser indicados na quarta coluna do Quadro 3, ou efetivamente elaborados na redação do resumo, se os elementos identificados forem suficientes para a recuperação da informação pelos usuários.

4.1.2 INSTRUÇÕES DE REPRESENTAÇÃO EM RESUMOS

4.1.2.1 CONHECIMENTOS SOBRE AS ESTRUTURAS DE DIFERENTES TIPOS DE RESUMOS DA LITERATURA INFANTOJUVENIL, NO CASO, A DO RESUMO INFORMATIVO

A estrutura e a expressão, entre outras, formam as principais características textuais de cada tipo de resumo. Segundo Moreiro González (2004), o Quadro 4 demonstra essas características para os resumos informativo, informativo-indicativo (seletivo) e indicativo:

Quadro 4 - Comparação das características fundamentais entre os tipos de resumos.

<i>Estruturas</i>	<i>Expressão</i>	
Informativo	$Mg + (Mp1 + Mp2... + Mpn) = Mg + Sp$	Explicativa
Seletivo	$Mg + (Mp1 + Mp2... + Mpn) = Mg + Sp$	Indicativa
Indicativo	Mg (+ outra informação)	Indicativa

Fonte: Moreiro González (2004, p. 274, tradução nossa).

NOTA: Mg (macroestrutura geral); Mp1 (macroestrutura parcial 1); Mp2 (macroestrutura parcial 2); Mpn (demais números de macroestrutura parcial); Sp (superestrutura).

Além disso, segundo o estudo de Alves (2016), as estruturas dos resumos para a literatura infantojuvenil, também empregadas para esta pesquisa, exibem a seguintes estruturas para orientar a representação do resumo da literatura infantojuvenil: **Resumo informativo em texto discursivo** (extensão entre 100 e 300 palavras. Escrito de modo explicativo ou informativo em parágrafo único). A organização do resumo está no Quadro 5.

Quadro 5 - Organização para elaboração do resumo informativo em texto discursivo.

(1) **tema principal**, indicando os termos em oposição, que revelam o estado inicial e final do sujeito da ação (provenientes de manipulação e sanção), informado junto com as características de (2) **quem são os personagens** e suas características (psicológicas e físicas), **espaço** (cenários e ambientes) e **tempo** (da história);

(3) **manipulação**, descrevendo a persuasão principal do manipulador sobre o manipulado, que o levou a querer ou dever fazer algo, identificando o que aconteceu para iniciar a ação (qual o estado inicial) e demais manipulações, quando necessário;

(4) **competência** de como o manipulado adquire um saber ou poder fazer algo;

(5) **performance** de algumas ações que o manipulado executa, no caminho da transformação de seu estado;

(6) **outras informações importantes** para os usuários, como tipo de **narrador** em primeira pessoa (personagem) ou em terceira pessoa (observador), **tempo da narrativa** (cronológico, psicológico e de forma vaga, ou indeterminado), e **gêneros e subgêneros literários**.

Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir, nos Quadros 6 e 7, estão dois exemplos de elaboração de resumos, tendo em vista essa organização da superestrutura textual:

Quadro 6: Exemplo de resumo informativo em texto discursivo.

CHAINANI, S. **A escola do bem e do mal**. São Paulo: Gutenberg, 2014.

Sophie e Agatha são amigas, a primeira é uma princesa com alma de bruxa, e a segunda uma aparente bruxa com alma de princesa, juntas vivenciam a luta do bem contra o mal. Sophie é uma menina de cabelos dourados, olhos verdes e lábios vermelhos, que deseja viver um conto de fadas, apesar de aparentar bondade, valoriza somente a aparência. Também, acredita que depois de quatro anos, na décima primeira noite do décimo primeiro mês, duas crianças do povoado de Gavalton seriam levadas a Escola do Bem e do Mal para viverem um conto de fadas. Agatha, melhor amiga de Sophie, tem cabelos negros, curtos e cobertos de óleo, pele assustadoramente branca, olhos esbugalhados e rosto mirrado, usa vestido preto, geralmente é mal-humorada, mora em uma casa no cemitério, e não acredita em contos de fadas. Mas Sophie tenta convencer que Agatha é uma bruxa e uma pessoa má, por isso, deve ir para a Escola do Mal, enquanto Sophie acredita que irá para a Escola do Bem. O Diretor da Escola manda raptar as meninas, que são levadas para a escola, mas Agatha é entregue na Escola do Bem e Sophie na do Mal. A Escola do Bem e do Mal potencializa as qualidades das garotas, de Sophie para o mal e de Agatha para o bem. Sophie passa de princesa para bruxa, e depois para princesa novamente por seu esforço, e Agatha de bruxa para princesa, e tenta voltar para casa com sua amiga. As meninas vivem seu conto de fadas, se tornam bondosas e conseguem voltar para casa. Outras características da narrativa e do texto mostram o narrador observador, tempo cronológico e de forma vaga, os gêneros literários são Literatura Juvenil e Trilogia, e subgêneros literários são História de aventura e Conto de fadas juvenil.

Fonte: Alves (2016, p. 223-224) e Chainani (2014).

As partes do resumo informativo do quadro anterior podem ser observadas no mesmo resumo, mas em texto estruturado, no quadro a seguir:

Quadro 7 - Exemplo de resumo informativo em texto estruturado.

CHAINANI, S. **A escola do bem e do mal**. São Paulo: Gutemberg, 2014.

Tema principal: Sophie e Agatha são amigas, a primeira é uma princesa com alma de bruxa, e a segunda uma aparente bruxa com alma de princesa, juntas vivenciam a luta do bem contra o mal. Sophie é uma menina de cabelos dourados, olhos verdes e lábios vermelhos, que deseja viver um conto de fadas, apesar de aparentar bondade, valoriza somente a aparência. Também, acredita que depois de quatro anos, na décima primeira noite do décimo primeiro mês duas crianças do povoado de Gavalton seriam levadas para a Escola do Bem e do Mal para viverem um conto de fadas. Agatha, melhor amiga de Sophie, tem cabelos negros, curtos e cobertos de óleo, pele assustadoramente branca, olhos esbugalhados e rosto mirrado, usa vestido preto, geralmente é mal-humorada, mora em uma casa no cemitério, e não acredita em contos de fadas. **Manipulação:** Sophie tenta convencer que Agatha é uma bruxa e uma pessoa má, por isso, deve ir para a Escola do Mal, enquanto Sophie acredita que irá para a Escola do Bem. O Diretor da Escola manda raptar as meninas, que são levadas, mas Agatha é entregue na Escola do Bem e Sophie na do Mal. **Competência:** A Escola do Bem e do Mal potencializa as qualidades das garotas, de Sophie para o mal e de Agatha para o bem. **Performance:** Sophie passa de princesa para bruxa, e depois para princesa novamente por seu esforço, e Agatha de bruxa para princesa, e tenta voltar para casa com sua amiga. **Sanção:** as meninas vivem seu conto de fadas, se tornam bondosas e conseguem voltar para casa. **Outras características da narrativa e do texto:** narrador observador, tempo cronológico e de forma vaga, os gêneros literários são Literatura Juvenil e Trilogia, e os subgêneros literários são História de aventura e Conto de fadas juvenil.

Fonte: Alves (2016, p. 224) e Chainani (2014).

4.1.2.2 REPRESENTAÇÃO CONDENSADA EM TEXTO DESCRITIVO, INFORMATIVO E DISCURSIVO, EM LINGUAGEM NATURAL, A PARTIR DAS INFORMAÇÕES IDENTIFICADAS E SELECIONADAS, APRESENTANDO-AS EM RESUMO

O Quadro 8, a seguir, foi elaborado para contribuir com a representação em resumo informativo da literatura infantojuvenil, em linguagem natural, a ser utilizado efetivamente na elaboração do resumo. Depois, as informações e descrições do Quadro 8 podem ser reunidas para compor o resumo em parágrafo único. Assim, o resumo pode ser salvo em sistema e registro bibliográfico, para fins de recuperação dessas informações:

Quadro 8 - Organização para elaboração do resumo informativo em texto discursivo.

Resumo informativo em texto discursivo: extensão entre 100 a 300 palavras. Escrito de <i>modo explicativo ou informativo</i> em parágrafo único.	
Organização do resumo	Elaboração de partes do resumo
(1) tema principal , indicando os termos em oposição, que revelam o estado inicial e final do sujeito da ação (provenientes de manipulação e sanção), informado junto com as características de (2) quem são os personagens e suas características (psicológicas e físicas), espaço (cenários e ambientes) e tempo (da história);	
(3) manipulação , descrevendo a persuasão principal do manipulador sobre o manipulado, que o levou a querer ou dever fazer algo, identificando o que aconteceu para iniciar a ação (qual o estado inicial) e demais manipulações, quando necessário;	
(4) competência de como o manipulado adquire um saber ou poder fazer algo;	
(5) performance de algumas ações que o manipulado executa, no caminho da transformação de seu estado;	
(6) outras informações importantes para os usuários, como tipo de narrador em primeira pessoa (personagem) ou em terceira pessoa (observador), tempo da narrativa (cronológico, psicológico e de forma vaga, ou indeterminado), e gêneros e subgêneros literários .	

Fonte: Elaborado pela autora.

A elaboração do modelo de leitura documentária para preparação de resumos da literatura infantojuvenil considerou os aspectos de: **elementos do texto** para compor estratégias metacognitivas de exploração das partes importantes do texto; **estratégia de inferência**, abordando o texto para identificação de temática por meio de questionamentos ao texto; **seleção das partes temáticas importantes**, considerando também o que é relevante para a recuperação da informação pelo usuário de biblioteca

escolar (criança, adolescente e professor); **representação em linguagem natural**, explicativa ou informativa e descritiva, conforme o tipo de resumo.

Assim, a exploração do conhecimento de aspectos estruturais do texto, a identificação de aspectos temáticos, por meio de questionamentos ao texto, também aspectos de seleção de conteúdo temático e representação de acordo com o tipo de resumo são os elementos fundamentais para compor o modelo de leitura documentária, na elaboração de resumos da literatura infantojuvenil em prosa.

5 METODOLOGIA DO PROTOCOLO VERBAL INDIVIDUAL E QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS E RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO MODELO DE LEITURA DOCUMENTÁRIA

O protocolo verbal individual consiste em uma metodologia, denominada também de “Pensar Alto”, para análise de informações do leitor, que exterioriza verbalmente seus processos mentais, durante uma tarefa de leitura e interpretação (FUJITA, 1999). Em suma, os procedimentos para a aplicação do protocolo verbal individual, para esta pesquisa, foram:

A) PROCEDIMENTOS ANTERIORES À APLICAÇÃO DO PROTOCOLO VERBAL INDIVIDUAL:

- i) *Seleção do sujeito a ser pesquisado*: o critério utilizado foi de ser um bibliotecário escolar, para avaliar o modelo de leitura documentária, que também poderia realizar a seleção do texto-base a ser resumido, de livre escolha, em sua biblioteca escolar;
- ii) *Conversa informal com o sujeito*: antes da aplicação do protocolo verbal individual, a fim de mencionar os objetivos da pesquisa e sua importância, garantir que sua identidade e da instituição a que pertence serão preservadas e não divulgadas, além de combinar o dia da coleta de dados;
- iii) *Apresentação e esclarecimento*: sobre o “Manual explicativo do modelo de leitura documentária para fins de elaboração de resumos da literatura infantojuvenil”, no dia da coleta de dados;
- iv) *Familiarização com a tarefa do Think Aloud* (“Pensar Alto”): apresentação dos procedimentos do protocolo verbal ao sujeito e informação de que, ao final,

também haverá avaliação do modelo de leitura documentária, por meio de questionário, no dia da coleta de dados.

B) PROCEDIMENTOS DURANTE A APLICAÇÃO DO PROTOCOLO VERBAL INDIVIDUAL (GRAVAÇÃO NO DIA DA COLETA DE DADOS):

- i) *Gravação do “pensar alto” durante a leitura documentária:* antes de começar a gravação, é oportuno o pesquisador lembrar o sujeito que é necessário “pensar alto”, ao realizar a leitura e exteriorizar seus processos mentais;
- ii) *O pesquisador orienta o sujeito a:* “pensar alto”, também para mostrar o que identificou como elemento temático para elaboração do resumo, que estava escrito em quadro do manual;
- iii) *O pesquisador orienta o sujeito a:* ler novamente o manual, para relembra aspectos da estrutura textual, quando necessário.

c) Procedimentos após a aplicação do protocolo verbal:

- i) *Aplicação de questionário:* para avaliação do modelo de leitura documentária e elaboração de resumo.
- ii) *Transcrições literais das gravações* destacando a compreensão do sujeito, como também as suas dúvidas, a identificação temática e a estrutura textual, utilizando notação específica para a transcrição.
- iii) *Avaliação do modelo de leitura documentária e elaboração de resumo* usando o protocolo verbal individual e o questionário respondido pelo sujeito.

O questionário de avaliação apresentou nove perguntas, entre abertas e fechadas, para verificar o entendimento das estruturas textuais, a importância do questionamento ao texto, se a leitura parcial do texto é suficiente, elementos textuais buscados pelos usuários na biblioteca escolar, dificuldades e facilidades em selecionar e representar as informações, a opinião do sujeito pesquisado sobre contar o final da história no resumo e, por fim, se, no caso da escolha de fábula, o tema principal está relacionado com a moral da história. A partir disso, os resultados foram apresentados.

5.1 RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO PROTOCOLO VERBAL E QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO MODELO DE LEITURA DOCUMENTÁRIA, PARA FINS DE ELABORAÇÃO DE RESUMOS

O “Manual explicativo do modelo de leitura documentária para fins de elaboração de resumos da literatura infantojuvenil” foi explicado ao sujeito pesquisado, bibliotecário escolar; posteriormente, foram mostrados os procedimentos para a coleta de dados com protocolo verbal individual e questionário. A escolha da literatura infantojuvenil foi feita livremente pelo bibliotecário, que optou pelo livro infantil “*A tartaruga e a lebre*”, de Maurício de Sousa (2014). Depois, foram iniciados os procedimentos de leitura documentária para fins de elaboração de resumos da literatura infantojuvenil, com o uso do manual e acompanhado pela gravação de protocolo verbal individual, para avaliação desse procedimento.

A análise do protocolo verbal demonstrou que, no emprego do manual explicativo do modelo de leitura documentária, o sujeito pesquisado, bibliotecário escolar, adotou estratégias metacognitivas do uso do conhecimento da estrutura textual e inferências apoiadas nos questionamentos para identificação da temática.

O bibliotecário optou por fazer a leitura integral da literatura infantil, devido ao fato de o texto ser pequeno, mas acabou voltando e consultando algumas partes do texto, para comprovar informações necessárias. Em geral, houve a identificação correta da maioria dos aspectos temáticos, com apoio do modelo de leitura.

Alguns exemplos da transcrição do protocolo verbal individual que revelam a identificação da temática do texto estão no Quadro 9:

Quadro 9 - Exemplos de identificação da temática do texto pelo sujeito pesquisado.

“Qual o gênero literário?”: *Gênero literário então é literatura infantil. O subgênero é fábula.*

{Manipulação:} *a tartaruga diz a lebre que pode ser lenta, mas ainda ganha da lebre (...) e, então, a lebre a desafia a uma corrida.*

“Quem é o manipulador?”: *a lebre.* **“Quem é o manipulado?”:** *a tartaruga.*

Fonte: Elaborado pela autora, com base na transcrição da resposta do sujeito pesquisado.

NOTAS: Elementos da notação da transcrição: (...) omissão de trecho não relevante; **Negrito:** conceitos observados pelo indexador; *Itálico:* fala do sujeito mostrando sua compreensão; {texto} comentários analíticos da pesquisadora.

A dificuldade encontrada na utilização do modelo de leitura e avaliada por meio do protocolo verbal individual foi, especificamente, o emprego da estratégia metacognitiva para usar o conhecimento de alguns aspectos da estrutura textual, do nível narrativo e profundo do Percurso Gerativo de Sentido. Isso levou à intervenção da pesquisadora, que buscou alertar o sujeito pesquisado a voltar a ler as instruções do modelo de leitura documentária, como também houve necessidade de explicar novamente esses aspectos do manual, durante a prática da leitura documentária. Pois, era a primeira vez em que o sujeito pesquisado utilizava o Percurso Gerativo de Sentido, e precisava incorporar essas informações para utilizá-las como conhecimento prévio e apoio na identificação da temática.

No Quadro 10, há alguns exemplos da transcrição que mostram a dificuldade na identificação da temática, devido ao não entendimento da estrutura textual do Percurso Gerativo de Sentido:

Quadro 10 - Exemplos das dificuldades na identificação da temática pelo sujeito pesquisado em situação de aprendizagem.

{Dúvida 1 na identificação da Performance:} *Eu acho que aqui é essa provocação que a lebre sempre faz na tartaruga, que desenvolve essa consciência, né, interior aqui de que ela pode fazer essa corrida. Não seria isso?* **{observação:}** identificação de aspectos da competência, que já haviam sido identificados anteriormente, por isso a pesquisadora volta a explicar o que consiste a performance}.

{Dúvida 2 na identificação da Performance:} *A corrida acontece com as duas largando juntas, mas a lebre decide deixar a tartaruga ir na frente enquanto descansa, fazendo com que a tartaruga ganhe a corrida. É isso?* **{observação:}** identificação da performance e sanção juntas, por isso a pesquisadora explica novamente a diferença dessas duas fases da narrativa}.

{Identificação da Performance:} *Ok. Então seria até (...) enquanto ela descansa e a tartaruga segue seu caminho.*

Fonte: Elaborado pela autora, com base transcrição da resposta do sujeito pesquisado.

NOTAS: Elementos da notação da transcrição: (...) omissão de trecho não relevante; *Itálico*: fala do sujeito mostrando sua compreensão; {texto} comentários analíticos da pesquisadora.

As informações temáticas identificadas no livro *A tartaruga e a lebre*, de Maurício de Sousa (s.d.), e transcritas para o Quadro 3 do “Manual explicativo do modelo de leitura documentária para fins de elaboração de

resumos da literatura infantojuvenil”, respondendo às 18 questões, estão no Quadro 11:

Quadro 11 - Informações temáticas identificadas da literatura infantojuvenil pelo sujeito pesquisado

- 1) Qual o tema ou assunto principal nos elementos preliminares da obra? Em branco – não havia elementos preliminares.
- 2) Qual o gênero literário? Literatura infantil.
- 3) Quais os subgêneros literários? Fábula.
- 4) Qual a persuasão ou manipulação principal, que leva ao desenvolvimento da ação do herói? A tartaruga diz à lebre que pode ser lenta, mas ainda ganha da lebre e, então, a lebre a desafia a uma corrida.
- 5) Quem é o manipulador? A lebre.
- 6) Quem é o manipulado? A tartaruga.
- 7) Qual o tipo de narrador? Narrador observador.
- 8) Quando aconteceu a história? Alguns dias.
- 9) Qual o tempo da narrativa? Cronológico.
- 10) Onde aconteceu a história? Floresta.
- 11) Como o manipulado (herói) se tornou competente para a ação e transformação de estado (competência)? Por causa das provocações da lebre, a tartaruga se faz ciente de que é capaz de correr.
- 12) Como ocorreu a transformação de estado ou performance? A corrida acontece com as duas largando juntas, mas a lebre decide deixar a tartaruga ir na frente, enquanto descansa, fazendo com que a tartaruga ganhe a corrida.
- 13) Qual o estado final do manipulado (herói) ou sua sanção pragmática? A tartaruga aceita a manipulação e, por isso, ganha a corrida.
- 14) Qual o estado final do manipulado (herói) ou sua sanção cognitiva? A tartaruga ganha o reconhecimento de todos os animais e de que é capaz de ganhar.
- 15) Qual o estado final do manipulador (vilão) ou sua sanção pragmática? Não ganha a corrida.
- 16) Qual o estado final do manipulador (vilão) ou sua sanção cognitiva? A lebre recebe a lição de que não deve ser rápida, e sim persistir.
- 17) Qual a moral da história? Você alcança seus objetivos quando se esforça, não quando é mais rápido.
- 18) Qual o tema principal abstrato (categorias semânticas de termos em oposição)? A capacidade de alcançar objetivos.

Fonte: Elaborado pela autora, conforme resposta do sujeito pesquisado.

Vale destacar que os termos em oposição podem ser inferidos, ou até mesmo um deles ser estabelecido diante de uma pressuposição, no entanto, a escolha do tema de nível profundo dependeu da ênfase dada no texto, ou seja, optou-se pela identificação de apenas um dos termos para fins de representação e conforme a perspectiva principal na qual a narrativa se desenvolveu.

Depois disso, o bibliotecário optou por selecionar a maioria das informações identificadas na terceira coluna do Quadro 3, sem empregar a coluna 4, passando e reescrevendo, quando necessário, o texto direto para o Quadro 8 do manual, que apresenta a estruturação do texto do resumo. O sujeito pesquisado optou por elaborar somente um tipo de resumo, portanto, os resumos informativo-indicativo (seletivo) e indicativo não foram elaborados. Assim, as informações selecionadas e representadas pelo sujeito pesquisado sobre o livro *A tartaruga e a lebre*, de Maurício de Sousa (2014) resultaram na elaboração do seguinte resumo informativo, em texto discursivo, com 123 palavras, segundo se verifica no Quadro 12: Quadro 12 - Elaboração de resumo pelo sujeito pesquisado, bibliotecário escolar.

SOUZA, M. de. **A tartaruga e a lebre**. São Paulo: Girassol, 2014. (Coleção Fábulas Ilustradas).

A lebre e a tartaruga, que vivem em uma floresta, mostram a maneira certa de lutar para alcançar seus objetivos. A tartaruga diz à lebre que pode ser lenta, mas que pode ganhar dela em uma corrida, e então a desafia. Por causa das provocações da lebre, a tartaruga se faz ciente de que é capaz de correr. A corrida acontece com as duas largando juntas, mas a lebre decide deixar a tartaruga ir na frente, enquanto descansa, fazendo com que a tartaruga ganhe a corrida. A tartaruga ganha a corrida e todos os animais reconhecem sua capacidade, enquanto a lebre perde e aprende que deve persistir, para alcançar seus objetivos. Outras informações são o narrador observador, tempo cronológico, literatura infantil e fábula.

Fonte: Elaborado pela autora, conforme resposta do sujeito pesquisado.

O questionário com perguntas abertas e fechadas também contribuiu para a avaliação do modelo de leitura documentária proposto, confirmando que, entre as teorias das estruturas textuais, a mais complicada para o entendimento e aplicação foi a do Percurso Gerativo de Sentido,

por ser uma novidade para o sujeito pesquisado. As demais constatações verificadas por meio do questionário estão a seguir.

Na opinião do sujeito pesquisado, os 18 questionamentos para inferência ao texto e identificação de conteúdo temático contemplaram todos os elementos que precisam ser representados, para recuperação da informação da literatura infantil. Outro aspecto é que a leitura parcial do texto, segundo o sujeito pesquisado, não colabora para a identificação de elementos temáticos.

Os elementos textuais da literatura infantojuvenil buscados na biblioteca escolar pelos usuários são: Tema principal (do que trata o texto); Características dos personagens principais (bruxos, fadas, dinossauros, amigos de escola, bom, mau etc.); Gênero e subgênero literário ou discursivo. Outros não considerados foram: Ações entre personagens, demonstrando o desenvolvimento da história (manipulação, competência, performance e sanção); Espaço; Tempo da história e da narrativa; Tipo de narrador; e Moral da história. Apesar disso, o sujeito pesquisado afirma, em resposta a uma outra questão, sobre spoiler, que seus usuários, professores e crianças, gostariam de saber sobre toda a história.

Entre as dificuldades e facilidades em selecionar as informações relevantes para compor o resumo, o sujeito pesquisado destaca: “O modelo de leitura facilita muito a retirada das informações da obra”. Entre as dificuldades e facilidades em representar as informações em forma de resumo, o sujeito relata: “A maior dificuldade em representar as informações em forma de resumo é o ato de resumir”, no sentido da representação.

Na pergunta “Considerando que contar o final da história caracteriza um spoiler, quais as vantagens e desvantagens em representar, no resumo, as sanções com o final da história? Em sua opinião, contar o final da história afasta o leitor da leitura?”, o sujeito pesquisado reflete, referindo-se ao seu caso: “Não afasta o leitor da leitura, acredito que ajuda no interesse, porque o professor gostaria de saber a história, assim como as crianças”.

E, por fim, o sujeito pesquisado optou por usar uma fábula. Por isso, respondeu à última pergunta do questionário, que averiguou se, no caso da fábula, o tema principal estaria relacionado com a moral da história, assim o sujeito afirmou: “Nesse caso, sim”.

Observou-se que o sujeito pesquisado não utilizou todos os elementos do manual do modelo de leitura, como a leitura parcial do texto em todos os momentos e a seleção de aspectos importantes antes da representação do texto em resumo, que são recursos do manual idealizados para facilitar a identificação, seleção e representação. Todavia, foram identificados e representados aspectos importantes para recuperação da informação pelos usuários. Além disso, o manual foi avaliado por um profissional bibliotecário e poderá ser avaliado também segundo outras realidades, dependendo do resumidor, da instituição, tipo de resumo e sua densidade informativa, tipo de literatura infantojuvenil e usuários.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As observações de aspectos dos estudos de Alves (2016) e Fujita e Rubi (2006), entre outros, permitiram o desenvolvimento do modelo de leitura documentária para elaboração de resumos do texto narrativo ficcional infantojuvenil em prosa. Esse modelo de leitura documentária foi elaborado a partir de idealização de estratégias de leitura documentária para o resumidor, as quais consistiram em: uso de conhecimentos de aspectos estruturais relevantes do texto; a utilização de leitura de algumas partes do texto, como as iniciais, finais e algumas partes do meio; a identificação de aspectos temáticos, por meio de questionamentos ao texto; a seleção e condensação de elementos temáticos para representação, de acordo com o tipo de resumo e aspectos que colaboraram para suprir as necessidades de informação de usuários de bibliotecas escolares; além de conhecimentos prévios sobre gêneros e subgêneros textuais.

A contribuição da recuperação da informação para a leitura de texto ficcional em meio escolar é muito importante. A leitura de ficção, segundo Silva e Couto (2013), promove o desenvolvimento das capacidades de leitura e escrita, das competências discursivas e de comunicação, além de elementos diversos do conhecimento articulados pela literatura. Mas, para isso, é necessária a sua promoção de modo consciente, apoiada em representação e recuperação eficientes, para cooperar com a leitura em meio escolar. A biblioteca escolar é um recurso facilitador dos processos de ensino e aprendizagem e práticas de leitura, por isso, deve estar comprometida com a promoção de leituras diversas (CAMPELLO, 2002; ROCA, 2012).

O bibliotecário deve proporcionar a ligação entre os recursos da biblioteca e os demais segmentos escolares, conhecendo bem o acervo, para disseminação, considerando o público leitor, entre outros aspectos (AGUIAR, 2006). Em vista disso, o resumo pode contribuir com a disseminação de leitura, pois tem o potencial de auxiliar na recuperação da informação necessária ao leitor ou usuário.

Espera-se que o modelo de leitura documentária apresentado possa ser usado de modo flexível, de acordo com a realidade de cada resumidor, tipo de literatura infantojuvenil, resumo, biblioteca escolar e usuários, portanto, que possa ser empregado conforme cada necessidade.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, V. T. de. O caminho dos livros: da biblioteca à comunidade. In: AGUIAR, V. T. de; MARTHA, A. Á. P. (org.). *Territórios da leitura: da literatura aos leitores*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 255-267.
- ALVES, R. C. V. *Análise Documental de Textos Literários Infanto-Juvenis: perspectivas metodológicas com vistas à identificação do tema*. 2008. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2008.
- ALVES, R. C. V. *Aboutness em Análise Documental de Textos Literários Infanto-Juvenis: perspectivas para o aprimoramento da representação de conteúdo*. 2016. 302 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2016.
- ALVES, R. C. V.; MORAES, J. B. E. *Aboutness em Análise Documental de Textos Literários Infanto-Juvenis*. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 26, n.3, p. 07-20, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/29262/16871>. Acesso em: 03 jul. 2018.
- CAMPELLO, B. Biblioteca e Parâmetros Curriculares Nacionais. In: CAMPELLO, B. et al. (org.). *A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. São Paulo: Autêntica, 2002. p. 17-19.
- CHAINANI, S. *A escola do bem e do mal*. São Paulo: Gutemberg, 2014.
- D'ONOFRIO, S. *Forma e sentido do texto literário*. São Paulo: Ática, 2007.
- FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- FIORIN, J. L. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

FUJITA, M. S. L. A leitura do indexador: estudo de observação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 101-116, jan./jun. 1999. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_78c2ce7393_0012667.pdf. Acesso em: 20 out. 2015.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003.

FUJITA, M. S. L. Abordaje cognitivo de la lectura documentaria en la formación inicial del indizador: uso del protocolo verbal en la investigación de estrategias de enseñanza. *Scire*, Zaragoza, v. 15, n. 2, p. 25-38, jul./dic. 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3133069>. Acesso em: 09 nov. 2018.

FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. de B.; DAL'EVEDOVE, P. R. O documento e suas leituras. In: FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. de B.; DAL'EVEDOVE, P. R. (org.). *Leitura documentária: estudos avançados para a indexação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 07-13. Disponível em: <http://www.marília.unesp.br/Home/Publicacoes/leitura-documetnaria---ebook.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2018.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, jun. 2006. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000003842/15bde1239c7c11cc48ee76fd8eda4e7>. Acesso em: 03 jul. 2018.

GANCHO, C. V. *Como analisar narrativas*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2014.

GARCÍA MARCO, L. F.; GARCÍA MARCO, F. J. El resumen de documentos literarios narrativos: algunas propuestas metodológicas. In: ORG. DEL CONOC. EN SIST. DE INF. Y DOC., 2., 1995, Getafe. *Actas del II ISKO-España*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza. 1997. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=595071>. Acesso em: 01 nov. 2018.

GREIMAS, A. J. *Semántica estructural: investigación metodológica*. Madrid: Gredos, 1971.

GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido: ensaios semióticos*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GUIMARÃES, J. A. C.; MORAES, J. B. E. de; GUARIDO, M. D. M. Análisis documental de contenido de textos narrativos: bases epistemológicas y perspectivas metodológicas. *Ibersid*, Zaragoza, v. 1, 2007, p. 93-100. Disponível em: <http://www.iberid.eu/ojs/index.php/iberid/article/view/3267/3028>. Acesso em: 03 jul. 2018.

KOBASHI, N. Y. Resumos documentários: uma proposta metodológica. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 201-210, jul./dez. 1997. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_e24771249c_0008819.pdf. Acesso em: 22 nov. 2014.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LARA, M. L. G. de. *A representação documentária: em jogo a significação*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Ciência da Informação. Escola de Comunicações e Artes (USP), São Paulo, 1993.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. *El contenido de los documentos textuales: su análisis y representación mediante el lenguaje natural*. Gijón: Trea, 2004.

NEVES, D. A. de B. *Metacognição, informação e conhecimento: pensando em como pensar*. Recife: Nectar, 2011.

PINTO MOLINA, M. *Análisis documental: fundamentos y procedimientos*. 2. ed. rev. aum. Madrid: Eudema, 1993.

PINTO, M. *El resumen documental: paradigmas, modelos y métodos*. Ed. corr. atual. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2001.

ROCA, G. D. *Biblioteca escolar hoje: recurso estratégico para a escola*. Santana: Penso, 2012.

SILVA, M.; COUTO, R. Literatura: como se lê, como se ensina... (os mediadores de leitura e a promoção da leitura literária). In: LAURITI, T.; CHRISTAL, W. (org.). *Literatura infantil e juvenil: abordagens múltiplas*. Jundiaí: Paco, 2013. p. 11-20.

SILVA, M. dos R.; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. *TransInformação*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, maio/ago. 2004.

SOUZA, M. de. *A tartaruga e a lebre*. São Paulo: Girassol, 2014. (Coleção Fábulas Ilustradas).

TERRA, E. *Leitura do texto literário*. São Paulo: Contexto, 2014.

VAN DIJK, T. A. *Estructuras y funciones del discurso*. 10. ed. Madrid: Siglo Veintiuno, 1996. Disponível em: <http://www.discursos.org/oldbooks/Teun%20A%20van%20Dijk%20-%20Las%20Estructuras%20y%20Funciones%20del%20Discurso.pdf>. Acesso em: 28 out. 2018.

VAN DIJK, T. A. El estudio del discurso. In: VAN DIJK, T. A. (Comp.). *El discurso como estructura y proceso: estudios sobre el discurso I: una introducción multidisciplinaria*. Barcelona: Gedisa, 2000. p. 21-65.

VAN DIJK, T. A. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 2004.

ZILBERMAN, R. Sim, a literatura educa. In: ZILBERMAN, R.; SILVA, E. T. da. (org.). *Literatura e pedagogia: ponto e contraponto*. São Paulo: Global, 2008. p. 17-24.

MODELO DE LEITURA TÉCNICA PARA A ANÁLISE DE ASSUNTO DE ACÓRDÃOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Ana Carolina FERREIRA

Benildes Coura Moreira dos Santos MACULAN

RESUMO: Apresenta um modelo de leitura técnica para a análise de assunto de acórdãos produzidos pelos tribunais de contas, cujas bases teórico-metodológicas fundamentaram-se na estrutura temática do documento, no emprego de estratégias de leitura cognitivas e metacognitivas para a construção do sentido do texto, nas diretrizes da NBR 12672/1992 (ABNT, 1992) para a identificação de conceitos por meio de questionamentos e nas categorias temáticas específicas da área jurídica. Esse modelo é resultado da pesquisa de mestrado de Ferreira (2017), desenvolvida no contexto de um estudo de caso em uma instituição de fiscalização e controle dos recursos públicos, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG). Os benefícios gerados pela pesquisa foram o estabelecimento de procedimentos sistematizados para objetivar a análise de assunto do acórdão e a potencialidade de generalização do modelo, com as devidas adaptações, para o contexto de outros tribunais de contas, haja vista que a estrutura do acórdão é estabelecida por uma lei de abrangência nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de assunto. Modelo de leitura técnica. Acórdão. Tribunal de Contas.

ABSTRACT: The technical reading model for the analysis of ruling documents issued by the court of audit is addressed. This model is based on the thematic structure of the document, use of cognitive reading strategies, the NBR (Brazilian norms) guidelines No 12672/1992 (ABNT, 1992) for the identification of concepts based on questions, and the specific thematic categories used in the legal field. This model is based on the results of a case study, developed in Ferreira's master's degree research (2017), conducted at the Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) (Court of Audit of the state of Minas Gerais), an institution that audits and controls public resources. The benefits of the research were the establishment of systematized procedures to objectify the subject analysis of rulings and the potential for generalization of the model, provided that appropriate adaptations are made to suit other courts of audit, given that the structure of rulings is established by a national law.

KEYWORDS: Subject analysis. Technical reading model. Rulings. Court of Audit.

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta um modelo de leitura técnica⁴¹ para a análise de assunto de acórdãos produzidos pelos tribunais de contas. A motivação para a construção desse modelo surgiu da constatação da subjetividade da análise de assunto para a indexação e da carência de metodologias nas áreas da Biblioteconomia e da Ciência da Informação (CI) para objetivá-la e sistematizá-la (FUJITA, 2003; FUJITA; RUBI, 2006; KOBASHI, 1994; LIMA; MACULAN, 2014; SILVA, 2008)⁴².

No contexto da informação jurídica, essa lacuna metodológica é mais evidente, haja vista a estrutura diferenciada dos documentos jurídicos e a alta especificidade requerida para a sua representação temática. A documentação jurídica, a exemplo das leis e dos acórdãos, demanda, assim, uma indexação pormenorizada do seu conteúdo.

Desse modo, este capítulo explora os fundamentos teórico-metodológicos que embasaram a construção do modelo de leitura para acórdãos. Também faz a aplicação e a validação desse modelo em uma prestação de contas de instituto de previdência municipal, julgada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), que é o ambiente do estudo de caso.

⁴¹ A leitura técnica também é denominada de leitura documentária.

⁴² O modelo de leitura técnica para acórdãos apresentado neste capítulo é resultado da pesquisa de mestrado de Ferreira (2017).

O modelo de leitura destina-se, especialmente, a auxiliar o bibliotecário que atua no contexto da indexação da jurisprudência nos tribunais de contas, e que necessita de aprofundamentos teórico-conceituais para a exploração da estrutura temática do acórdão, identificação e seleção dos assuntos pertinentes à representação temática. É importante destacar, ainda, que a utilização do modelo de leitura pressupõe o conhecimento do domínio do controle externo, ainda que o bibliotecário não seja especialista nessa área.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Os fundamentos teóricos que embasaram a construção do modelo de leitura foram oriundos da Biblioteconomia, da CI e do campo jurídico. Das áreas da Biblioteconomia e da CI buscaram-se os aportes referentes à análise de assunto, processo que objetiva proporcionar acesso ao conteúdo dos documentos. A análise de assunto integra a primeira etapa da indexação, sendo o momento no qual a leitura está presente para a identificação e a seleção de conceitos para a representação. Esse processo é, essencialmente, subjetivo (NAVES, 2000; NEVES, 2012) e, por isso, são necessários procedimentos sistematizados para objetivar a atividade.

De acordo com a primeira norma internacional sobre o tema, a análise de assunto compreende três fases: 1) compreensão do documento como um todo; 2) identificação de conceitos e 3) seleção dos conceitos válidos para a recuperação (UNISIST, 1981). Esse processo de análise ocorre durante a leitura do documento, e envolve o uso de estratégias cognitivas e metacognitivas (KATO, 2007; KLEIMAN, 1992) para a compreensão textual. Por sua vez, a norma brasileira NBR 12676/1992 define critérios para a prática normalizada da análise de assunto e destaca a relevância da adoção de questionamentos na identificação de conceitos enquanto o indexador faz a leitura das partes do texto. A norma apresenta alguns exemplos de questionamentos, mas sugere que sejam elaborados questionamentos específicos para as diferentes áreas especializadas. As pesquisas de Kobashi (1994), Fujita e Rubi (2006) e Maculan (2011) corroboram essa concepção, e sugerem, ainda, o uso de questionamentos aliado a categorias temáticas condizentes com as áreas de assunto que se deseja representar.

A adoção de estratégias de leitura técnica também está presente nas investigações da CI (CINTRA, 1987; FAGUNDES, 2001; FUJITA, 2003; FUJITA; RUBI, 2006; MACULAN, 2011; SILVA, 2008). Nessa perspectiva, Kleiman (1992, p. 10) afirma que além de envolver processos cognitivos, “a leitura é um ato social, entre dois sujeitos – leitor e autor – que interagem entre si, obedecendo a objetivos e necessidades socialmente determinados”. Assim, as estratégias de leitura são divididas em cognitivas e metacognitivas, a partir da concepção de que a construção do conhecimento ocorre em duas fases: uma em que há a aquisição automática e inconsciente desse conhecimento; e outra de maior controle consciente das ações cognitivas (KATO, 2007). As estratégias cognitivas constituem “um processo inferencial de natureza inconsciente [...], que rege os comportamentos automáticos e inconscientes do leitor” (KLEIMAN, 1992, p. 50). Essas estratégias de leitura envolvem conhecimentos inconscientes e automáticos do leitor, como o conhecimento de tipos e estruturas textuais, da estrutura da língua e dos conhecimentos prévios do leitor (KATO, 2007). Por outro lado, as estratégias metacognitivas envolvem o monitoramento da compreensão e a determinação de um objetivo claro para a leitura, na fase de compreensão que demanda um controle consciente e planejado das habilidades cognitivas (KLEIMAN, 1992). Para o desenvolvimento das estratégias metacognitivas, dois elementos básicos são necessários: a definição de um objetivo explícito para a leitura e o monitoramento da compreensão para atingir esse objetivo. Assim, a definição de um objetivo prévio para a leitura permite ao leitor monitorar sua compreensão, tendo em vista o alcance desse objetivo (KATO, 2007). Os dois tipos de estratégias, no entanto, são igualmente importantes e, combinadas, permitem a construção do entendimento do texto (CINTRA, 1987; KATO, 2007; KLEIMAN, 1992).

A estrutura textual é outro elemento que subsidia a análise de assunto (CINTRA, 1987; FAGUNDES, 2001; FUJITA, 2003; FUJITA; RUBI, 2006; GUIMARÃES, 1994; KOBASHI, 1994; MACULAN, 2011; SILVA, 2008). Essas investigações têm origem na concepção de macroestrutura textual desenvolvida por Van Dijk e Kintsch (1983) e Van Dijk (1988), para os quais a estrutura do texto reflete o conteúdo que se deseja transmitir. Van Dijk (1988), estudioso da linguística textual e da análise do discurso, aborda a estrutura temática dos documentos, a

denominada macroestrutura, como estratégia de leitura e análise qualitativa de temas de artigos de jornais. Segundo o autor, é possível compreender a organização hierárquica dos temas ou tópicos de um texto a partir da observação da estrutura do documento. Segundo Fujita (2003, p. 85), “a superestrutura pode ser descrita como um tipo de esquema abstrato que estabelece a ordem global de um texto e que se compõe de uma série de categorias, cujas possibilidades de combinação baseiam-se em regras convencionais”. A estrutura do texto relaciona-se, assim, à maneira segundo a qual as ideias são dispostas no documento, com relação ao conteúdo, ao tema e aos conceitos (FUJITA, 2003).

Assim, “enquanto paradigma de organização textual, o esquema, ou superestrutura, fornece uma base para a interpretação do texto” (KOBASHI, 1994, p. 69). O modelo de Van Dijk e Kintsch (1983) salienta que as propriedades estruturais do texto são relevantes para a sua compreensão e, desse modo, podem ser aplicadas na construção de representações da informação no contexto da CI. Do trabalho dos autores, depreende-se que a seleção de assuntos nos textos é facilitada pela estrutura lógica padrão neles presente. Essa afirmação é enfatizada por Cintra (1987, p. 30), de que “os constituintes básicos de um determinado tipo de texto definem a sua superestrutura”, a qual permite que “leitores com conhecimento prévio específico sobre superestruturas textuais executem a tarefa de ler de forma mais fácil que leitores que não ‘veem’ essa superestrutura e, por isso, são obrigados a um maior apoio na leitura palavra por palavra” (CINTRA, 1987, p. 30).

Outros elementos fundamentais e estreitamente inter-relacionados para se realizar a compreensão na leitura são o leitor, o texto e o contexto (GIASSON, 1993). Assim, o leitor é a variável mais complexa do modelo de compreensão, pois ele cria sentido para o texto a partir dos seus próprios conhecimentos e atitudes, da sua cultura, da sua intenção de leitura e de elementos do contexto que o circundam. O leitor apresenta estruturas cognitivas – conhecimento sobre a língua e sobre o mundo – e afetivas próprias – estas compreendendo a atitude geral face à leitura e aos interesses desenvolvidos pelo leitor, que independem das situações de leitura (GIASSON, 1993). Em relação à variável texto, Giasson (1993) assegura que os aspectos mais importantes são a estrutura e o conteúdo. A estrutura refere-se à forma como as ideias se organizam em um texto, enquanto o

conteúdo remete o leitor aos conceitos nele apresentados. De certo modo, a estrutura do texto está ligada ao seu conteúdo, de forma que o autor de um texto escolhe certa estrutura textual que coincida com o conteúdo que deseja transmitir. Assim, a exploração dessa estrutura, associada à adoção de perguntas, facilita a compreensão do texto (GIASSON, 1993; FUJITA, 2003). Por sua vez, a variável contexto se refere às condições nas quais se encontra o leitor (com as suas estruturas e processos) quando entra em contato com um texto (idem, idem). Tais contextos podem ser o psicológico, o social e o físico.

Por sua vez, do campo jurídico, os conceitos fundamentais utilizados foram os de fontes de informação jurídica, em especial sobre os acórdãos e sua estrutura temática, além da compreensão da competência dos tribunais de contas e das especificidades dos processos de controle externo, conforme detalhado em Ferreira (2017). Desse modo, é importante compreender que o acórdão, enquanto produto de um julgamento colegiado proferido pelos tribunais (Código de Processo Civil, art. 204) (BRASIL, 2015), se insere no conjunto maior de documentos que compõem a denominada jurisprudência, que é produzida no contexto dessas instituições. O acórdão apresenta uma estrutura temática própria, subdividida em relatório, fundamentação e voto. Assim, no relatório são expostos os fatos e as ações históricas relativas ao andamento processual, incluindo, ainda, dados sobre o nome das partes e a identificação do caso. Já a fundamentação é a parte do acórdão que contém os fundamentos motivadores da decisão, sendo basicamente argumentativa e analítica, a partir do uso de outras fontes de informação jurídicas (CÂMARA, 2011). A fundamentação exterioriza as razões que nortearam o convencimento do juiz para atingir determinada conclusão e também revela a concatenação lógica de seus argumentos (motivos), visando a convencer, dentre outros, o leitor do texto (GUIMARÃES, 2004). E a decisão contém a solução/posicionamento do órgão colegiado sobre a questão jurídica que foi analisada.

Nesse contexto, os tribunais de contas são órgãos auxiliares do poder legislativo no que tange ao exercício do controle externo e à fiscalização dos recursos públicos. A Constituição Federal de 1988 determinou que a titularidade do controle externo pertence ao poder legislativo, que a exerce com o auxílio técnico dos tribunais de contas.

Assim, o exercício do controle externo dos tribunais de contas relaciona-se à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de todas as pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem bens e valores públicos (BRASIL, 1988, art. 70). Também foi a CF/1988 que outorgou aos tribunais de contas, em seu artigo 71, II, a competência de julgar as contas, prerrogativa corroborada pela doutrina jurídica majoritária, da qual são representantes autores como Miranda (1967) e Fernandes (2012).

Para a construção do modelo de leitura técnica foram fundamentais alguns insumos metodológicos que estão descritos na próxima seção.

3 APONTAMENTOS SOBRE OS INSUMOS PARA OS PROCEDIMENTOS TÉORICO-METODOLÓGICOS DE ELABORAÇÃO DO MODELO DE LEITURA

Dentre os insumos teórico-metodológicos utilizados na elaboração do modelo de leitura técnica para acórdãos dos tribunais de contas, situam-se as categorias para a análise temática *fato*, *instituto jurídico*, *entendimento* e *argumento* (GUIMARÃES, 1994, 2004), também adotadas nos manuais de indexação de jurisprudência do Conselho da Justiça Federal (BRASIL, 1996), do Superior Tribunal de Justiça (BRASIL, 2002), e nos trabalhos de Maçoli (2005), Pimentel (2015), e Barbosa Netto e Cunha (2015).

As categorias temáticas contribuem para a identificação de conceitos porque foram criadas a partir do princípio da estrutura temática do acórdão, indicando os conceitos essenciais que devem ser extraídos desse documento. Assim, a categoria *fato* ou *contexto fático* constitui-se em “todo fato material que produz efeitos jurídicos; vale dizer, fatos de cuja ocorrência nascem, modificam-se ou extinguem-se direitos, adquirindo, pois, relevância jurídica” (GUIMARÃES, 1994, p. 186). No contexto dos tribunais de contas, “o fato que interessa é aquele que tem direta ligação com o entendimento exarado pelo Tribunal em sua decisão. Não se trata de qualquer fato, situação ou contexto, mas daquele que possui relevância para a formulação de uma tese [...]” (BARBOSA NETTO; CUNHA, 2015, p. 43-44).

Por outro lado, a categoria *instituto jurídico*, terminologia posteriormente adaptada por Guimarães (2004) para o contexto das ementas para a designação de *questão jurídica ou técnica*, “reflete a matéria objeto da discussão, representando o conjunto de princípios ou regras técnicas e jurídicas (instituto jurídico) passíveis de incidir sobre aquele fato, contexto fático ou situação fática” (BARBOSA NETTO; CUNHA, 2015, p. 45). Já o *entendimento* revela a posição do Tribunal sobre a questão em análise, sendo, necessariamente, negativo ou positivo, “pois decorre do reconhecimento ou não de um direito, da legalidade ou não de uma conduta ou mesmo da legalidade ou constitucionalidade de um normativo ou norma. Exemplos: É ilegal [...]; É irregular [...]; É lícito [...]; É admissível [...]; É legal [...]” (BARBOSA NETTO; CUNHA, 2015, p. 46). Por fim, o *argumento* relaciona-se “ao fundamento, a justificativa, a razão que dá suporte ao posicionamento adotado no acórdão [...]” (BARBOSA NETTO; CUNHA, 2015, p. 46), e apresenta, desse modo, caráter persuasivo e argumentativo (GUIMARÃES, 1994).

Dos manuais de indexação de jurisprudência foram obtidas as orientações teórico-práticas sobre a atividade de análise de assunto, a partir da perspectiva de trabalho do indexador. Nesse sentido, o *Manual de Indexação de Jurisprudência da Justiça Federal* (BRASIL, 1996), publicado pelo Conselho da Justiça Federal, explora a abordagem de análise de assunto por categorias (GUIMARÃES, 1994), define as etapas da indexação de acórdãos nas fases de análise (leitura do documento, identificação e seleção de conceitos) e tradução, além de propor uma ordem de citação para a organização dos conceitos. Também no *Manual do analista de jurisprudência* (2002), editado pelo Superior Tribunal de Justiça, são contextualizados os fundamentos teóricos de análise do acórdão, a partir das categorias temáticas de Guimarães (1994): a) o aspecto fático do acórdão (localizado normalmente no Relatório); b) a(s) tese(s) jurídica(s) discutida(s) pelos Ministros; c) a decisão do STJ; d) seus fundamentos. Nesse manual, o foco de análise para a indexação constitui-se, especialmente, no voto, e as etapas incluem a análise para a identificação do assunto, a tradução para uma linguagem de especialidade e a elaboração do resumo estruturado ou frase de indexação. O manual também se fundamenta na identificação de conceitos a partir da análise das partes temáticas do acórdão, combinada com o uso de questionamentos.

A pesquisa de Silva (2008) elaborou um modelo de leitura para acórdãos do tipo recursos especiais do Superior Tribunal de Justiça. O modelo foi integrado por um *guia preliminar de monitoramento da leitura* para a identificação de conceitos, estruturado a partir dos princípios de análise conceitual, indagações a formular e estrutura temática do acórdão. A proposta de modelo leitura técnica de acórdãos apresentada neste capítulo foi estruturada, assim, segundo esses mesmos fundamentos, incluindo o monitoramento prévio da leitura e a análise da estrutura temática do documento, combinada com o uso de questionamentos para a identificação de conceitos.

4 A ESTRUTURA DO MODELO DE LEITURA TÉCNICA PARA ACÓRDÃOS

O modelo de leitura técnica foi estruturado em quatro colunas e oito linhas, conforme Quadro 1. As colunas indicam: a parte temática do acórdão a analisar (coluna 1), os questionamentos a serem feitos, pelo indexador, a cada parte temática do documento (coluna 2), tendo como diretrizes os conceitos essenciais (coluna 3) e, espaço (coluna 4) onde devem ser inseridos os conceitos identificados, em linguagem natural. A parte temática do acórdão e o seu significado são identificados em cada linha, assim como o significado de cada pergunta, com exemplos práticos de respostas. E, ao final do modelo de leitura, há três linhas exclusivas, cuja função é sintetizar o resultado do processo de análise do acórdão. Assim, na linha “seleção dos conceitos/frase de indexação”, os conceitos identificados devem ser selecionados e organizados, conforme a ordem de citação sugerida na respectiva linha, de modo a facilitar a compreensão do leitor. Já na linha “seleção dos conceitos referentes às recomendações/frase de indexação”, os conceitos sobre as recomendações devem ser sistematizados e também devem ser organizados em enunciados lógicos, de modo compreensível para o leitor. Por fim, na última linha, devem ser indicadas as fontes de informação jurídicas que fundamentaram a decisão, a exemplo da legislação, da jurisprudência e da doutrina.

Quadro 1 - Modelo de Leitura Técnica (MLT) para acórdãos dos tribunais de contas.

PARTE TEMÁTICA DO ACÓRDÃO A ANALISAR	QUESTIONAMENTOS	CONCEITOS ESSENCIAIS	CONCEITOS IDENTIFICADOS
EMENTA (parte na qual se localiza uma breve apresentação do conteúdo essencial do acórdão)	<p>Qual a questão jurídica ou técnica?</p> <p>Qual foi a proposta ou aquilo que foi proposto e apresentado como tema a ser discutido e julgado?</p> <p>A <i>questão técnica</i> ou <i>jurídica</i> reflete a matéria objeto da discussão.</p> <p>Exemplo: na prestação de contas dos ordenadores de despesa, tem-se a questão jurídica: “julgamento da prestação de contas”</p>	Questão jurídica ou técnica	Pode-se utilizar a linguagem natural do documento
RELATÓRIO (parte do acórdão em que se encontram as narrativas dos fatos ocorridos no andamento processual)	<p>Qual a situação fática? O que aconteceu?</p> <p>A situação fática envolve os fatos jurídicos, que produzem efeitos jurídicos, como o surgimento, a modificação ou a extinção de direitos.</p> <p>Exemplo: realização de pregão presencial, na Prefeitura de Campos Gerais, no ano de 2017, para a aquisição de pneus, que sugere indícios de irregularidades.</p>	Situação fática	

<p>FUNDAMENTAÇÃO -PRELIMINAR E DE MÉRITO - (também denominada <i>motivação</i>, é a parte que resulta da análise feita pelo relator sobre as questões de fato e de direito expostas no relatório)</p>	<p>Quais são as questões preliminares relevantes que ocasionaram impacto no processo?</p> <p>Exemplo: a discussão sobre a aplicabilidade do instituto jurídico da prescrição em um processo de fiscalização.</p> <p>Qual(is) a(s) irregularidade(s) apontada(s) que foi(ram) considerada(s) pelo relator? Considerar aqui as análises finais do relator.</p> <p>Exemplo: ausência de ampla divulgação do edital de um concurso público.</p> <p>Quais os argumentos? (os argumentos são as razões que determinaram o convencimento do relator acerca da decisão tomada)</p> <p>Exemplo: o princípio da publicidade é condição de validade do ato administrativo.</p>	<p>Questões preliminares</p> <p>Irregularidades</p> <p>Argumentos</p>	<p>Pode-se utilizar a linguagem natural do documento</p>
<p>VOTO - CONCLUSÃO/ DECISÃO - (parte em que são apresentadas as conclusões do relator)</p>	<p>Qual o entendimento?</p> <p>O entendimento revela a posição do relator sobre a questão em debate e será, necessariamente, positivo ou negativo.</p> <p>Exemplo: é irregular; é lícito; é legal.</p> <p>Qual a decisão final?</p> <p>A decisão final indica o resultado do entendimento do relator. Exemplos: determinar o arquivamento dos autos, aplicar multa, negar o provimento de um recurso.</p>	<p>Entendimento do relator</p> <p>Decisão do relator</p>	<p>Pode-se utilizar a linguagem natural do documento</p>

	<p>Quais são as recomendações?</p> <p>As recomendações constituem orientações para o gestor público e são características específicas dos acórdãos dos tribunais de contas. As <i>recomendações</i> são recorrentes nas <i>inspeções ordinárias</i> e nas <i>prestações de contas</i>, mas não constituem um item obrigatório.</p> <p>Exemplo: recomendar ao prefeito a disponibilização e a organização de documentos conforme prescrito em instrução normativa do Tribunal.</p>	Recomendações
<p>ACÓRDÃO <i>stricto sensu</i> (parte que veicula a conclusão do colegiado de julgadores)</p>	<p>Qual o entendimento?</p> <p>O entendimento revela a posição do colegiado sobre a questão em debate e será, necessariamente, positivo ou negativo.</p> <p>Exemplo: é irregular; é lícito; é legal.</p> <p>Qual a decisão final?</p> <p>A decisão final indica o resultado do entendimento do colegiado. Na decisão colegiada, os demais julgadores podem acompanhar ou não o voto do relator.</p> <p>Exemplos: aplicar multa, determinar a restituição de valores aos cofres públicos, determinar o cadastro do nome do agente político na lista dos candidatos inelegíveis.</p>	Entendimento do colegiado
		Decisão do colegiado

SELEÇÃO DOS CONCEITOS / FRASE DE INDEXAÇÃO: (nesta parte são apresentados os conceitos selecionados, em uma ordem que facilita a compreensão e o entendimento do leitor sobre os principais assuntos e conclusões do acórdão). Sugere-se adotar a ordem de citação proposta por Guimarães (1994): 1) *Instituto Jurídico*, que nos processos de controle será concebido como *Questão Jurídica ou Técnica*; 2) *Fato (Contexto fático)*; 3) *Entendimento*; 4) *Argumento* e, conforme proposta da autora desta pesquisa, 5) *Decisão final*.

SELEÇÃO DOS CONCEITOS REFERENTES ÀS RECOMENDAÇÕES/ FRASE DE INDEXAÇÃO: (nesta parte são apresentados os conceitos selecionados, em uma ordem de citação que facilite a compreensão e o entendimento do leitor sobre as recomendações feitas pelo relator)

FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICAS: (são as fontes legislativa, jurisprudencial e doutrinária utilizadas na fundamentação da decisão)

Fonte: FERREIRA (2017, p. 144).

É importante evidenciar o referencial teórico-metodológico que fundamentou a construção de cada parte do modelo de leitura apresentado no Quadro 1. Assim, na primeira coluna adotou-se o princípio de análise da estrutura temática do acórdão, conforme definido no Código de Processo Civil (2015), assim como os fundamentos oriundos de Van Dijk e Kintsch (1983) e Van Dijk (1988), que foram empregados em outros trabalhos da CI (FUJITA, 2003; FUJITA; RUBI, 2006; GUIMARÃES, 1994; KOBASHI, 1994; MACULAN, 2011; SILVA, 2008). Na segunda coluna o modelo seguiu a sistemática de questionamentos para a identificação de conceitos, conforme as diretrizes da NBR 12676/1992 (ABNT, 1992), com perguntas adaptadas para o contexto dos acórdãos. Os conceitos identificados preencherão a quarta coluna.

Por sua vez, a terceira coluna teve por base a concepção de conceitos essenciais de Kobashi (1994), Fujita e Rubi (2006) e Maculan (2011), juntamente com as categorias temáticas (*fato*, *instituto jurídico*, *entendimento* e *argumento*) de Guimarães (1994, 2004), corroboradas por Pimentel (2015) e Barbosa Netto e Cunha (2015), que as adaptaram para o contexto dos tribunais de contas. Assim, o modelo também adotou os conceitos essenciais “questões preliminares”, “irregularidades”, “recomendações”, e as subdivisões conceituais “entendimento do relator”, “decisão do relator”, “entendimento do colegiado”, “decisão do colegiado”, propostas por (FERREIRA, 2017, p. 199), e estabelecidas a partir da prática profissional de indexação de acórdãos no âmbito do TCEMG.

Por fim, destaca-se que na linha que se refere à “seleção de conceitos/frase de indexação”, julgou-se necessário estabelecer uma ordem de citação, tendo em vista a representação em uma sequência uniforme para os conceitos, refletindo uma sintaxe que dê maior densidade semântica na elaboração da frase, atendendo às circunstâncias especiais do TCEMG. Os números indicados na parte relativa à “Seleção dos conceitos/Frase de indexação” apontam uma sugestão de ordem de citação para organizar os conceitos de modo lógico, seguindo a proposta de Guimarães (1994), com o acréscimo do conceito essencial “Decisão final”, conforme Ferreira (2017).

5 APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO DO MODELO DE LEITURA TÉCNICA PARA ACÓRDÃOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Para a construção do modelo de leitura, no contexto do TCEMG, foram eleitas as naturezas processuais *denúncia*, *inspeção ordinária*, *prestação de contas dos ordenadores de despesa* e *tomada de contas especial*, que constituem formas típicas de controle e de fiscalização pelos tribunais de contas, conforme exposto com maiores detalhes em Ferreira (2017). Na referida dissertação, o leitor poderá verificar exemplos de aplicação e validação dessas quatro tipologias processuais. Neste capítulo, porém, elegeu-se a natureza processual *Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal* n. 849.898⁴³ para a análise e a validação do modelo de leitura.

Os autos n. 849.898 referem-se à prestação de contas do gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Campos Gerais (PREVICAM), referente ao exercício financeiro de 2010. O PREVICAM é o órgão gestor do regime próprio de previdência dos servidores do município de Campos Gerais, com atribuição de custeio do plano de benefícios da seguridade social dos seus beneficiários (CAMPOS GERAIS, 2012). É importante destacar que a prestação de contas é um poder-dever de todos as pessoas, físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiros, bens e valores públicos, conforme determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal de 1988. Assim, cabe ao Tribunal de Contas a função de julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público, conforme define o artigo 71, II, da CF/1988 (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, o acórdão sob análise no Quadro 2, é um documento que reflete o resultado desse julgamento, e que contém as informações sobre as ocorrências referentes ao andamento processual e sobre as partes (no relatório), as razões e os fundamentos que subsidiaram a decisão (na fundamentação) e a decisão propriamente dita (na decisão e conclusão do relator) e no acórdão *stricto sensu* (na decisão e conclusão do colegiado).

⁴³ Publicada no Diário Oficial de Contas de 6/11/2018, página 21. Disponível, também, para acesso público no portal: <https://tcjuris.tce.mg.gov.br/#>.

Quadro 2 - Aplicação e validação do Modelo de Leitura na Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal n. 849.898

PARTE TEMÁTICA DO ACÓRDÃO A ANALISAR	QUESTIONAMENTOS	CONCEITOS ESSENCIAIS	CONCEITOS IDENTIFICADOS
EMENTA (parte na qual se localiza uma breve apresentação do conteúdo essencial do acórdão)	Qual a questão jurídica ou técnica? Julgamento da prestação de contas.	Questão jurídica ou técnica	Julgamento, prestação de contas
RELATÓRIO (parte do acórdão em que se encontram as narrativas dos fatos ocorridos no andamento processual)	Qual a situação fática? O que aconteceu? É uma prestação de contas do gestor do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Campos Gerais – PREVICAM, relativa ao exercício financeiro de 2010.	Situação fática	Prestação de contas, gestor, Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Campos Gerais – PREVICAM, exercício financeiro
FUNDAMENTAÇÃO -PRELIMINAR E DE MÉRITO - (também denominada motivação, é a parte que resulta da análise feita pelo relator sobre as questões de fato e de direito expostas no relatório)	Quais são as questões preliminares relevantes que ocasionaram impacto no processo? Não há. Qual(is) a(s) irregularidade(s) apontada(s) que foi(ram) considerada(s) pelo relator? Ausência de demonstrativos referentes à política de investimentos. Contabilização incorreta da provisão matemática do regime próprio de previdência social. Divergência nos demonstrativos contábeis relativos à avaliação e à reavaliação atuarial. Quais os argumentos? É falta grave a omissão de dados sobre a aplicação dos recursos que formam o patrimônio dos regimes de previdência. Inobservância do princípio contábil da evidenciação.	Questões preliminares Irregularidades Argumentos	Preliminar: - Irregularidades: ausência, demonstrativo contábil, referência, política de investimentos Erro, provisão matemática, regime próprio de previdência social Divergência, demonstrativo contábil, avaliação atuarial, reavaliação atuarial Argumentos: Gravidade, omissão, dados, aplicação, recursos financeiros, composição, patrimônio, regime de previdência. Inobservância, princípio contábil, princípio da evidenciação.

VOTO - CONCLUSÃO/DECISÃO – (parte em que são apresentadas as conclusões do relator)	Qual o entendimento? Contas irregulares. Qual a decisão final? Aplicação de multa. Encaminhamento dos autos ao Ministério Público de Contas (MPC) para as providências cabíveis.	Entendimento do relator Decisão do relator	Entendimento do relator: Contas irregulares. Decisão do relator: Aplicação, multa, ex-gestor. Encaminhamento, autos, MPC
ACÓRDÃO stricto sensu (parte que veicula a conclusão do colegiado de julgadores)	Quais são as recomendações? Recomendação ao gestor que promova os preenchimentos dos demonstrativos da política de investimentos, evitando-se a reincidência do apontamento. Necessidade de observância das normas gerais de direito financeiro e do princípio contábil da evidenciação. Qual o entendimento? Contas irregulares. Qual a decisão final? Aplicação de multa. Encaminhamento dos autos ao Ministério Público de Contas para as providências cabíveis	Recomendações Entendimento do colegiado Decisão do colegiado	Recomendações: Recomendação, gestor, necessidade, preenchimento, demonstrativo, política de investimentos, observância, normas gerais, direito financeiro, observância, princípio contábil, princípio da evidenciação Entendimento do colegiado: Contas irregulares. Decisão do colegiado: Aplicação, multa, ex-gestor. Encaminhamento, autos, MPC, adoção, providência.

SELEÇÃO DOS CONCEITOS / FRASE DE INDEXAÇÃO:

(1, 2) Julgamento, prestação de contas, exercício financeiro, gestor, Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Campos Gerais – PREVICAM. (3) Contas irregulares, ausência, demonstrativo contábil, referência, política de investimentos; erro, provisão matemática, regime próprio de previdência social; divergência, demonstrativo contábil, avaliação atuarial, reavaliação atuarial. (4) Gravidade, omissão, dados, aplicação, recursos financeiros, composição, patrimônio, regime de previdência. Inobservância, princípio contábil, princípio da evidenciação. (5) Aplicação, multa, ex-gestor. Encaminhamento, autos, Ministério Público de Contas.

Nota: Sugere-se adotar a ordem de citação proposta por Guimarães (1994): 1) *Instituto Jurídico*, que nos processos de controle será concebido como *Questão Jurídica ou Técnica*; 2) *Fato (Contexto fático)*; 3) *Entendimento*; 4) *Argumento* e, conforme proposta de Ferreira (2017), 5) *Decisão final*.

SELEÇÃO DOS CONCEITOS REFERENTES ÀS RECOMENDAÇÕES / FRASE DE INDEXAÇÃO:

Recomendação, gestor, necessidade, preenchimento, demonstrativo, política de investimentos, observância, normas gerais, direito financeiro, princípio contábil, princípio da evidenciação.

FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICAS:

1) Legislação:

Lei Federal n. 4.320/1964, artigos 83, 85, 89; Lei Federal n. 9.717/1998; Resolução n. 3.790/2009 do Conselho Monetário Nacional; Resolução n. 750/1993, art. 6º do Conselho Federal de Contabilidade; Resolução n. 1.132/2008 do Conselho Federal de Contabilidade; Resolução n. 1.180/2009 do Conselho Federal de Contabilidade; Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 19.7; Lei Complementar Estadual n. 102/2008, art. 48, III, 85, II.

2) Jurisprudência:

TCEMG: Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal n. 849.816/2016.

3) Doutrina:

LIMA, Diana Vaz de. *Contabilidade aplicada aos regimes próprios de previdência social*. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2007.

Fonte: as autoras (2018).

Pelo exposto no Quadro 2, para a utilização do modelo foi necessária a leitura das partes temáticas do acórdão (primeira coluna), em confronto com os questionamentos da segunda coluna, tendo como parâmetro a observância dos conceitos essenciais dispostos na terceira coluna. Na quarta coluna, foi feita a anotação, em linguagem natural, dos conceitos identificados a partir das respostas obtidas a partir dos questionamentos. Recomenda-se que as respostas às indagações da segunda coluna sejam formuladas, pelo indexador, a partir da paráfrase dos enunciados identificados no texto. Sugere-se, ainda, que o indexador pesquise, tanto na legislação como em fontes de referência, os conceitos técnicos jurídicos que forem desconhecidos. Na parte temática referente à fundamentação, também foram identificadas e anotadas as fontes de informação citadas, que foram indicadas na linha final do modelo.

Após esse processo de análise, os conceitos identificados foram selecionados e arranjados em uma ordem de citação pré-determinada, de modo a uniformizar a composição de um enunciado lógico para formar a frase de indexação, ao final (linha seleção dos conceitos/frase de indexação), e permitir a compreensão do leitor. Isso significa que os conceitos repetidos foram desconsiderados, visando, ainda, a economia de conceitos e a priorização da objetividade da representação temática.

Na linha “Seleção dos conceitos referentes às recomendações” foram inseridos os conceitos selecionados que dizem respeito às recomendações, as quais possuem caráter de orientação ao gestor público,

sendo recorrentes nos processos de controle externo. No caso em questão, recomenda-se, ao gestor do PREVICAM, que promova o preenchimento dos demonstrativos referentes à política de investimento, em observância às normas gerais de direito financeiro e ao princípio contábil da evidenciação. A última linha do modelo de leitura indica as fontes de informação jurídicas que foram utilizadas para fundamentar a decisão, ou seja, para embasar os argumentos, e, conforme observado, foram fontes legislativas, jurisprudencial e doutrinária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste capítulo foi o de apresentar a elaboração e a validação de um modelo de leitura técnica para acórdão dos tribunais de contas, que é parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado (FERREIRA, 2017). Esse modelo permitiu a objetivação das fases de identificação e seleção de conceitos, ao definir os passos metodológicos para a realização da atividade.

Verificou-se, no percurso da pesquisa e da construção e validação do modelo de leitura, a importância das habilidades cognitivas e metacognitivas para a construção do sentido do texto. Dentre as habilidades cognitivas, destacam-se a importância do conhecimento prévio sobre o domínio do controle externo e das suas especificidades, além da linguagem técnica jurídica. Por sua vez, das habilidades metacognitivas enfatizam-se as relacionadas ao monitoramento da leitura enquanto ocorria a identificação de conceitos. Nessa situação, frisa-se a relevância do conhecimento da estrutura temática do acórdão, das estratégias de leitura, dos questionamentos propostos pela NBR 12676 (ABNT, 1992), assim como da análise por categorias temáticas de Guimarães (1994, 2004), corroboradas por Pimentel (2015) e Barbosa Netto e Cunha (2015). Todos esses conhecimentos, em conjunto, permitiram entender o leitor, o texto e o contexto (GIASSON, 1993). O leitor é, assim, o bibliotecário-indexador, que possui um propósito de leitura para a identificação e a seleção de conceitos para a representação temática. O texto é o próprio acórdão, com suas características e estrutura própria. E o contexto é aquele da indexação da jurisprudência dos tribunais de contas.

É importante destacar que o modelo de leitura apresentado neste capítulo se destina ao bibliotecário que não possui formação jurídica específica, mas que detém conhecimentos adquiridos pela prática profissional, decorrente da atuação em órgãos de controle externo. Assim, para a aplicação do modelo são necessários conhecimentos relativos ao controle externo e às competências fiscalizatórias dos tribunais de contas. Lembre-se, então, que esses conhecimentos remetem às habilidades cognitivas imprescindíveis à compreensão da leitura.

Ademais, acredita-se que o modelo de leitura, a despeito de ser desenvolvido no contexto de um estudo de caso, tem potencialidade de generalização para a análise de assunto de outras naturezas processuais, em outros tribunais de contas, haja vista que a estrutura do acórdão é definida por uma lei de abrangência nacional, o Código de Processo Civil (BRASIL, 2015). Desse aspecto, também se defende que o estudo contribuiu para a diminuição da carência de metodologias para a análise de assunto de documentos jurídicos, em especial dos acórdãos jurisprudenciais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 12676*. Métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

BARBOSA NETTO, G.; CUNHA, C. A. *Ementas e informativos nos tribunais de contas*. Cuiabá: PubliContas, 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 26 nov. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015*. Institui o Novo Código de Processo Civil (NCPC). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 26 nov. 2018.

BRASIL. Conselho da Justiça Federal. *Manual de indexação da justiça federal*. Brasília, 1996.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). Secretaria de Jurisprudência. *Manual do analista de jurisprudência*. Brasília, 2002.

CÂMARA, A. F. *Lições de direito processual civil*. 21. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. v. 1.

- CAMPOS GERAIS. Município de Minas Gerais. *Lei n. 2.924/2012*. Dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Municipal de Campos Gerais e dá outras providências. 2012. Disponível em: http://www.previcam.mg.gov.br/files/arquivos/fac_80724735-2b53-499d-9e1d-5460aaa442d7_LEI%202924-12%20-%20ESTATUTO%20PREVICAM.pdf. Acesso em: 26 nov. 2018.
- CINTRA, A. M. M. Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT, J. W. (coord.). *Análise documentária: a análise da síntese*. Brasília: IBICT, 1987. p. 27-35.
- FAGUNDES, S. A. *Leitura em análise documentária de artigos de jornais*. 2001. 261 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.
- FERNANDES, J. U. J. *Tribunais de contas do Brasil: jurisdição e competência*. 3. ed. rev. atual. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- FERREIRA, A. C. *Análise de assunto da informação jurídica: proposta de um modelo de leitura técnica de acórdãos no contexto do controle externo*. 2018. 286f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- FUJITA, M. S. L. *A leitura documentária do indexador: aspectos cognitivos e linguísticos influentes na formação do leitor profissional*. 2003. 321f. Tese (Livre Docência em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.
- FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, jun. 2006. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000003842/3bde87ebc04d88ac4ff43b566f71e33f>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- GIASSON, J. *A compreensão na leitura*. Tradução de Maria José Frias. Lisboa, Portugal: Asa, 1993. 320p. Título original: La compréhension en lecture.
- GUIMARÃES, J. A. C. *Análise documentária em jurisprudência: subsídios para uma metodologia de indexação de acórdãos trabalhistas brasileiros*. 1994. 250f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- GUIMARÃES, J. A. C. *Elaboração de ementas jurisprudenciais: elementos teórico-metodológicos*. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2004. (Monografias do CEJ, 9).
- KATO, M. *O aprendizado da leitura*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- KLEIMAN, A. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1992.

- KOBASHI, N. Y. *A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia*. 1994. 195f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes (ECA), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1994.
- LIMA, G. A. B. O.; MACULAN, B. C. M. S. Análise de assunto a partir de uma perspectiva histórica do ARIST. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 41, n. 1, p. 22-35, jan./abr. 2014.
- MAÇOLI, F. *Análise documentária das ementas cíveis: uma experiência com acórdãos do TJ/SP*. 2005. 124f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2005.
- MACULAN, B. C. M. S. *Taxonomia facetada navegacional: construção a partir de uma matriz categorial para trabalhos acadêmicos*. 2011. 191 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- MIRANDA, P. *Comentários à Constituição de 1967: artigos 34-112*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967. v. 3.
- NAVES, M. M. L. *Fatores interferentes no processo de análise de assunto*. 2000. 275f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.
- NEVES, D. A. B. Representação temática da informação e mapas cognitivos: interações possíveis. *Inf. & Soc.: Est.*, João Pessoa, v. 22, n. esp., p. 39-47, 2012.
- PIMENTEL, K. M. C. *Ementas jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados*. Curitiba: Juruá, 2015.
- SILVA, A. G. *Leitura documentária das fontes de informação jurídica*. 2008. 221f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- UNISIST. WORLD INFORMATION SYSTEM FOR SCIENCE AND TECHNOLOGY. Princípios de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 83-94, mar. 1981.
- VAN DIJK, T. A. *News analysis: case studies of international and national News in the press*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1988. Disponível em: <http://www.discourses.org/OldBooks/Teun%20A%20van%20Dijk%20-%20News%20Analysis.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2017.
- VAN DIJK, T. A.; KINTSCH, W. *Strategies of discourse comprehension*. New York: Academic Press, 1983.

ARQUIVOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS: INDEXANDO DOCUMENTOS POPULARES

Jean Marcel Caum CAMOLEZE

Sonia TROITIÑO

RESUMO: Este trabalho tem por finalidade apresentar uma proposta para a indexação de documentos populares e acervos de movimentos sociais. Todo documento, além de ser fonte de informação, expressa atividade humana, dentro de uma entidade cultural, inserida no tempo e no espaço. Frente a isso, a produção documental das organizações típicas de movimentos sociais também segue padrões estabelecidos e apresenta finalidades específicas. No caso dos movimentos sociais, a produção de documentos pode conduzir a elaboração de registros para auxiliar em sua própria organização administrativa ou conduzir a documentos criados com o intuito de formar e comunicar a seus participantes diversos assuntos. Esta última categoria pode ser classificada como Documento Popular por se destinar para a educação dentro do próprio movimento e ser concebido a partir de regras e estruturas culturais determinadas por sua origem. Desse modo, este trabalho utiliza como metodologia para indexação o Modelo de Leitura Documentária (FUJITA; RUBI, 2006a), a fim de atingir a recuperação da informação e satisfazer as necessidades do usuário. Consideramos que os resultados foram alcançados de maneira satisfatória em relação a indexação da documentação popular, mesmo diante da necessidade de adaptações realizadas na metodologia originalmente escolhida, a fim de atender as especificidades documentais típicas desses registros.

PALAVRAS-CHAVE: Documento Popular. Indexação. Leitura Documentária. Movimentos Sociais.

ABSTRACT: This paper aims to present a proposal for the indexation of popular records and social movements archives. Every record, besides being a source of information, expresses human activity within a cultural entity, inserted in time and space. Therefore, record creation of organizations typical of social movements also follows established standards and has specific purposes. In the social movement situation, records creation may lead to the elaboration of records to assist in their own administrative organization or to records created in order to teach and communicate to its members various subjects. This last category can be classified as Popular Record because it is intended for education within the movement itself and is idealized from rules and cultural structures determined by its origin. Thus, this work uses as methodology for indexing the Documentary Reading Model (FUJITA; RUBI, 2006a), in order to achieve information retrieval and satisfy user needs. It is considered that the results were satisfactorily achieved in relation to the indexation of popular records, even in face of the necessity of adaptations in the originally chosen methodology, in order to attend the documentary specificities of these registers.

KEYWORDS: Popular Records. Indexing. Documentary reading. Social movements.

1 INTRODUÇÃO

A indexação é uma atividade essencial, voltada para a recuperação informacional, seja para a finalidade da gestão documental ou com função memorialística e de reconhecimento identitário dos atos institucionais. CHAUMIER (1990, p.278) chama a atenção para o fato de que “nada adianta arquivar um documento que não saberemos encontrar porque ele não foi indexado ou, ainda, porque ele foi indexado de maneira incorreta”. Dessa maneira, é preciso considerar o emprego de métodos eficazes para garantir o sucesso do processo de indexação, por meio de uma política capaz de avaliar “o contexto da instituição mediante requisitos para a definição tanto na indexação quanto na recuperação” (FUJITA; TROITIÑO, 2018). Assim, a indexação não pode ser aplicada como um processo isolado na gestão de documentos, mas deve ser entendida como parte integrante do tratamento da informação. Principalmente, quando considerada no momento do protocolo de documentos, com o intuito de garantir a integração entre o registro do conhecimento gerado pela entidade produtora e a recuperação da informação.

Dessa forma, a indexação consiste em uma atividade vital para a funcionalidade da gestão documental, pois facilita a pesquisa de documentos e de informações (GUIMARÃES, 2009). No entanto, Barbadillo Alonso (2007), pela ótica de Fujita e Troitiño (2018, p. 96), apresenta uma

importante colaboração ao uso da indexação na gestão documental, principalmente no que se refere ao processo de classificação arquivística aplicado no nível hierárquico “série” evitando, assim, a sobrecarga do plano classificatório do fundo e mantendo a coerência do arranjo na organização documental. Então, mesmo a indexação e a classificação sendo processos e etapas distintas da gestão documental, quando aplicadas concomitantemente, ampliam as possibilidades de aproveitamento e recuperação da informação trazendo, conseqüentemente, benefícios aos usuários do sistema arquivístico.

Segundo a norma UNE ISO 15489:1 (ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NORMAS TÉCNICAS, 2016), gestão documental pode ser definida como o “controle eficaz e sistemático da criação, recepção, armazenamento, uso e a disposição de documentos de arquivo, incluindo os processos para capturar e manter a evidência e a informação sobre as atividades e operações da organização em formato de documentos”. Nesse sentido, é possível entender que a indexação documental, com seus métodos e objetivos bem definidos, agrega maior eficácia no controle do ciclo de vida do documento, quando presente em todas as etapas da gestão documental. Isso porque, os termos identificados e traduzidos para a linguagem técnica, por meio de vocabulário controlado.

A indexação, quando discutida e implementada junto a criação do documento, preferencialmente na fase de seu protocolo, auxilia de maneira efetiva na recuperação da informação e na organização documental, como destacam Fujita e Troitiño (2018, p. 98);

[...] no processo de gestão documental, a indexação assume função de destaque devido ao papel que cumpre ao representar a informação, auxiliando na recuperação de documentos. Por outro lado, também atua diretamente na racionalização do sistema de organização documental ao colaborar com a aplicação do plano de classificação, sem que este acarrete na ocultação de conteúdos de ordem temática [...].

Por sua vez, Troitiño, Fujita e Neves (2016) defendem que o nível classificatório adequado à aplicação da indexação é o do documento, posto apresentar uma estrutura textual que permite a identificação de conceitos úteis e necessários para a gestão de informações e recuperação

de documentos inseridos no sistema arquivístico, sendo esta uma operação a ser realizada durante o protocolar da unidade documental. Com isso, localizar, acessar e disponibilizar a informação de maneira precisa e ativa pode ocorrer em todas as etapas do ciclo de vida do documento e não apenas após sua destinação final, quando o documento é definido como de guarda permanente. Outra vantagem em se indexar documentos no início de seu ciclo de vida é a desta ação garantir a integração das informações contidas no documento durante sua produção, uso e destinação e a compreensão do contexto sociocultural da

Se por um lado, a vantagem da aplicação da indexação de documentos no início da primeira fase do ciclo de vida fica evidente, é preciso igualmente considerar as vantagens trazidas pelo método para a organização de grandes massas documentais, que já se encontram em fase permanente. A ausência de acompanhamento do ciclo de vida do documento é uma realidade frequentemente encontrada em acervos de movimentos sociais. Constata-se a existência de uma produção documental extremamente ativa dentro desses segmentos populares, porém, normalmente não sistematizada em sua gestão e guarda, o que conduz a dificuldades na recuperação de informações.

Em decorrência da ausência de um modelo de tratamento arquivístico amparado na gestão documental, os prejuízos relativos à formação da memória e construção da história relativa aos movimentos sociais são inevitáveis e sintomáticos da falta de uma política específica voltada para a preservação dos registros documentais que lhe caracterizam. De igual modo, a ausência da adoção de metodologias e critérios claros para o tratamento de documentos tem como efeito a dificuldade de promover uma indexação que realize a identificação dos termos descritivos indicadores do conteúdo presente no documento, a fim de possibilitar à sua recuperação posterior.

No esteio dessas constatações, percebemos a necessidade de compreender a produção documental dentro dos movimentos sociais e as particularidades assumidas na documentação típica de movimentos sociais, os chamados documentos populares, para a aplicação de um método de indexação capaz de respeitar a natureza dos documentos e, simultaneamente, garantir a recuperação de seus conteúdos de forma precisa e produtiva para os interessados que à ela recorrem.

2 PRODUÇÃO DOCUMENTAL EM MOVIMENTOS SOCIAIS

A produção documental se dá dentro de uma estrutura cultural determinada, tendo por objetivo comunicar informações de maneira a cumprir uma finalidade estipulada pelo seu órgão produtor de origem. Dessa forma, a produção documental além de auxiliar na organização administrativa de uma instituição, também colaborar para pensar os atributos técnicos e intelectuais de um documento, de modo a contextualizá-lo.

Nestes termos, a produção documental deve ser exercida como primeira atividade na gestão dos documentos, seja em órgãos públicos e privados, seja em movimentos sociais. Isso porque a produção documental tem como premissa pensar a constituição do documento em sua melhor funcionalidade, conforme os objetivos do órgão produtor. Conforme destaca Pazin-Vitoriano (2012, p.33),

A produção documental e o arquivo dessas organizações são também reflexos dessa relação. Em função da dupla característica dos documentos que registram o relacionamento de seu produtor, seja ele um indivíduo ou uma entidade, com as instâncias governamentais e com outras instâncias privadas, eles sofrerão influência, em sua criação, das condições e exigências legais existentes.

A criação do documento não é um ato aleatório, mas antes fruto de uma sequência de procedimentos técnicos e intelectuais que irão ajudar a cumprir uma finalidade determinada, inicialmente dentro do órgão produtor e que, posteriormente, servirá a pesquisa ao garantir a recuperação da informação e a difusão de elementos para a constituição do conhecimento. No caso dos movimentos sociais, esta produção pode formar documentos para auxiliar na organização administrativa e documentos com o intuito de formar e comunicar aos seus participantes sobre diversos assuntos do movimento. A esta última categoria de documentos podemos chamar *documento popular*: documento criado dentro das estruturas culturais do órgão produtor com o objetivo de transmitir informações destinadas à educação dentro do próprio movimento.

Dessa forma, os movimentos sociais têm uma produção documental ampla, perfilada, constituída por tipos documentais

diversificados e que decorrem das mais diferentes atividades, resultando em uma acumulação documental de valor substancial. Com isso, a produção documental em movimentos sociais cumpre uma função essencial para o funcionamento deles, pois não se limita apenas a uma extensão das atividades do movimento, mas serve como uma forma de comunicação e educação utilizada entre os integrantes, mantendo viva as memórias e identidades cunhadas ao longo de sua trajetória.

No entanto, a organicidade presente nas atividades típicas de movimentos sociais cria uma dinâmica, em vários aspectos, interferindo na criação de registros, com suas especificidades, fluxo e destinação de documentos. Isto, muitas vezes, ocorre por causa das propriedades e atribuídos do próprio movimento, assim como pela falta de padronização na sistematização da organização documental, como explica Lopez (2012, p.20);

As organizações do movimento social apresentam características próprias que tendem a se perder se forem tratadas com base em esquemas universalizantes. Tais características também tendem a ser diluídas quando se prioriza o aspecto formal dos documentos. Devemos considerar e discutir os elementos informacionais presentes na produção documental de natureza social e política. Nesse tipo de entidade os documentos, muitas vezes, são produzidos, sem regulamentação, normatização oficial, sem muito controle dos padrões de produção, razão pela qual é difícil identificação.

Consequentemente, também se observa dificuldade no estabelecimento dos mecanismos de nomear, reconhecer e denominar os documentos do movimento, criando uma árdua tarefa para a disponibilidade deste acervo, sua difusão e sua conservação, a semelhança do observado por Troitiño (2012). Assim, é sempre necessário estabelecer uma base sólida de critérios para recolocar os documentos em seus contextos e formalizar os procedimentos classificatórios, do nome do documento e de sua definição, respeitando as particularidades e especificidades de sua origem.

Contudo, é preciso considerar que os arquivos estão relacionados com a existência e a funcionalidade da sociedade, fazendo parte do pensar a organização cultural da qual fazem parte. Por isso, entender o valor cultural da Documentação Popular presente nos acervos de movimentos sociais, como parte integrante da formação histórica do sistema ao qual pertencem, e

compreender a produção documental destinada à comunicação e educação, se faz necessário, principalmente, para a classificação desses documentos, recuperação da informação e representação das vivências passadas. Dessa forma, revela-se a missão institucional. Além dos arquivos serem instrumentos essenciais para o funcionamento de uma entidade, também tem utilidade para a compreensão da sociedade a qual estão inseridos e tem efeitos de pesquisa científica, a herança cultural e o testemunho social (BELLOTTO, 2014, p. 306).

3 DOCUMENTO POPULAR NO CONTEXTO SOCIOCULTURAL

No ano de 1981, o Centro de Documentação Uruguaio - América Latina apresentou uma orientação para a produção de registros das ações de movimentos sociais definindo que, a partir de então, esses seriam chamados de Documentos Populares. O material foi elaborado com base nas resoluções adotadas a partir da Consulta Latino-Americana de Documentação e Comunicação Popular, realizada em 1979; na exposição feita por Alfredo Paiva durante o IX Congresso da União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC), em São Paulo, com o título “Metodologia para a Documentação da Comunicação Popular” (UNIÃO CRISTÃ BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 1980) e do artigo “Documentação”, da Parte II do folheto “Comunicação Popular” (CENTRO POPULAR VERGUEIRO, 1985).

O fomento à produção da documentação popular surge como uma opção e ampliação das formas de comunicação dentro dos movimentos sociais latino-americanos. Em 1980, o Relatório MacBrideda UNESCO (1983), revelou uma disparidade no fluxo informacional entre os grupos com maior aquisição financeira e as camadas populares de uma sociedade. Esta distinção não estava limitada apenas os países ricos e pobres, mas também entre regiões do mesmo país. Segundo Otre (2016, p. 64), o relatório aponta para uma integração mais democrática, na qual o indivíduo não seja mero receptor, mas agente ativo nos processos de comunicação. Nesse contexto, a idealização e o advento da documentação popular encontraram espaço para sua expansão e difusão em seu meio.

Dessa forma, podemos compreender que a Documentação Popular tem sua gestação em momento específico, como explica Rocha (1990, p.8):

A documentação popular foi um movimento que emergiu fora do espaço institucional da biblioteconomia e dos centros de documentação. Consolidando-se à margem e fora do âmbito de ação dos profissionais da área, tornou-se uma prática com um enfoque clara e assumidamente político, a favor das classes populares, e a documentação foram considerados um instrumento fundamental para a mudança social.

No Brasil, o texto foi traduzido e publicado pelo Centro Pastoral Vergueiro (CPV), em 1982. Posteriormente, o CPV lançaria uma série de publicações intitulada “Documentação”, cujo objetivo focava na importância do papel e do trabalho de documentação desenvolvido pelos movimentos sociais, assim como difundir a produção de conhecimento na América Latina sobre o tema, nesse período. Na segunda edição (CPV, 1985, p. 3), é publicado que;

A documentação não é uma atividade em si, dotada de uma finalidade que se esgota em si mesma; mas é uma atividade instrumental, ora a serviço de uma tarefa global de educação popular entendida como um processo de tomada de consciência, de organização e ação dos Setores populares e oprimidos, ora a serviço de uma prática de caráter eclesial ou pastoral, ou sócio-política e econômica, libertadora, com relação às atuais estruturas de injustiça e opressão.

Sendo assim, podemos considerar que o Documento Popular é o registro de informações em determinado, suporte produzida pelos movimentos sociais com o intuito de formar e informar seus membros, além de estabelecer critérios para a sua produção, tais como o protagonismo do movimento social na produção documental, a contradição social como tema prioritário a documentar, a fonte dos trabalhos de documentações e a manter a perspectiva da classe em relação à produção documental.

Segundo o texto publicado pelo Centro de Documentação Uruguaio-América Latina (CEDUAL), o Documento Popular é um

instrumento de mudança social, que ajuda no processo de educação popular, proporcionando aos setores populares a informação (CEDUAL apud CARVALHO, 1999). Então, compreende-se que o documento popular explicitado, tem como foco à formação dos movimentos sociais, que não ocorrem pelas estruturas determinadas, mas por um processo histórico composto de saberes, informações e organização cultural que se transmite pelas vivências e experiências coletivas.

Dessa forma, documentos populares podem ser considerados instrumentos cotidianos, a serviço dos setores populares voltados para a dinamização de suas lutas (CPV, 1985). Portanto, sua produção implica na adoção de dois requisitos fundamentais em sua elaboração: 1) Apoio aos setores populares a fim de progredirem na tarefa de documentar sua própria prática e possibilitar uma acumulação de experiências, que permita sua utilização posterior, com a finalidade de comunicar sua aprendizagem social e política a outros grupos populares; 2) Capacitação a fim de que os grupos populares saibam documentar-se para enriquecerem suas práticas sociais.

Bellotto (2014, p. 132) acredita que a produção e existência de documentos se justificam “pela necessidade que sempre tiveram as comunidades humanas, desde a mais remota antiguidade, de registrar, em suportes inteligíveis, as suas normas, ações, transações, deveres etc. de modo a preservar o testemunho”, além de colaborarem posteriormente para os estudos da historiografia social e na composição da identidade coletiva dos movimentos sociais. De igual modo, a produção de documentos populares obedece a esta lógica.

Dito de outra forma, a concepção dos documentos populares ocorre em decorrência de uma criação cultural dentro dos movimentos sociais, não se restringindo à produção material; envolve as maneiras de organização, comunicação e difusão das informações, criando experiências e vivências, conforme explica Marx no livro “O Capital”, ao referenciar a formação do proletariado, o que nos permite refletir sobre os movimentos sociais:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e outro polo pessoas que nada tem para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a vender voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que, por educação, tradição, costume,

reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais, evidentes. (MARX, 1983, p. 73).

Nessa perspectiva, as vivências humanas e as organizações culturais revelam-se fundamentais para a compreensão dos movimentos sociais e sua produção documental, uma vez que a sua constituição ocorre em locais e tempos diferentes e acumula distintos conhecimentos e saberes e promovem a mediação cultural entre os indivíduos e a coletividade. Esta mediação coloca o movimento social e seus militantes não apenas como receptores das informações contidas no documento, mas também como produtores e protagonistas de todo o processo informativo e de construção conhecimento.

Partindo dessa perspectiva, o Centro de Documentação Uruguaio (CEDUAL apud CARVALHO, 1999) indica alguns princípios metodológicos para a produção do Documento Popular. Entre os elementos intrínsecos básicos estão destacados o protagonismo do movimento social na produção documental, a contradição social como tema prioritário a documentar, a fonte dos trabalhos de documentações e a manter a perspectiva da classe em relação à produção documental. Em referência a fontes dos trabalhos de documentação é necessária abranger a complexidade que o movimento está inserido e a integridade dos dados informacionais que são coletados para a produção documental. No entanto, a apresentação dos dados e das informações precisam ser interpretadas e analisadas de maneira reflexiva.

Por fim, sobre os princípios metodológicos apresentados pelo Centro de Documentação Uruguaio - América Latina (CEDUAL apud CARVALHO, 1999), tem-se que a técnica de se documentar deve manter a perspectiva de classe, ou seja, os documentos precisam se comunicar com a base popular, utilizando-se de características próprias e respeitando as particularidades dos movimentos sociais. Com isso, o documento popular comunica a partir do meio no qual está inserido, colaborando para sua organização cultural.

Desse modo, documentos populares seguem uma lógica comum em sua produção até a destinação final. A forma de pensar, os modos de produzir e os elementos intrínsecos a essa documentação são práticas culturais eminentes de um tempo e espaço, além de configurar como

protagonismo dos movimentos sociais e uma percepção crítica da realidade e das relações entre sujeito e sociedade, que compõem um processo dialético na formação sociocultural.

Ainda que o termo Documento Popular não seja contemplado pela literatura arquivística presente, é constante a presença destes documentos em acervos de movimentos sociais, centros de memória e documentação e em arquivos públicos e privados. Por isso, a necessidade de pensar sua produção e valor cultural de maneira sistemática, a fim de garantir a recuperação dessas informações e a compreensão do contexto de origem.

Para além de informar e formar os movimentos sociais, documentos populares carregam consigo marcas do social, seja por seu valor memorialístico e identitário, seja por meio da história à qual servem. Dessa forma, contextualizar a informação e seus suportes de registro é também entender as necessidades e as possibilidades de integração dentro de uma estrutura organizacional específica. Documentos Populares não apenas transmitem informações, eles despertam conhecimento crítico e destaca o protagonismo social na produção de saberes.

4 MODELO DE LEITURA DOCUMENTÁRIA: PROPOSTA PARA DOCUMENTOS POPULARES EM ACERVOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS

A indexação é fator de grande importância tanto para a recuperação da informação, quanto para a representação arquivística de documentos. Com base no estudo temático sobre um conjunto documental e nas demandas dos usuários, são elaborados termos identificados, a partir do conteúdo dos próprios documentos, que permita o acesso de maneira eficaz e precisa.

No entanto, metodologias adequadas precisam ser utilizadas para não restringir a recuperação das informações contidas nos documentos. Essa é uma questão particularmente importante, quando consideramos a indexação de documentos não convencionais, no sentido do uso da formalização administrativa, em sua concepção. Desse modo, para realizarmos a indexação de documentos com esse grau de complexidade, encontrados em acervos de movimentos sociais, precisamos de uma leitura atenta e direcionada.

Para tanto, a metodologia de leitura documentária proposta por FUJITA (1999, 2003) pode vir a atender de maneira satisfatória a demanda do usuário, através da identificação de conteúdos e, posteriormente, da adaptação para termos identificados, que permitam o alcance de bons resultados durante a pesquisa e a recuperação da informação, ao considerar que o modelo de Leitura Documentária utiliza “o conhecimento de estruturas textuais do leitor apoiado em estratégias mais sistemáticas de identificação de conceitos para agilizar sua compreensão e realizar uma leitura rápida, em que o indexador torna-se mais estratégico que o leitor normal” (FUJITA; RUBI, 2006b).

Os estudos que orientaram o surgimento do modelo de Leitura Documentária discutem algumas dificuldades encontradas pelo indexador, diante da complexidade da análise de assunto, como explica Fujita (2010, p.2);

[...] da mesma forma, que a dificuldade de um leitor frente a um texto com o qual é preciso interagir à distância com as ideias de um autor, acrescendo aí, a variável contexto do sistema de informação, além da formação e atuação profissional do indexador. Inicialmente, demonstra o indexador visto como leitor a partir de uma perspectiva cognitiva e linguística e observa sua leitura documentária, constatando estratégias metacognitivas preconizadas por teóricos da leitura e estratégias específicas da atividade de análise de assunto em indexação.

A dificuldade apresentada pelas autoras, também pode ser encontrada na indexação de documentos populares em seu contexto de criação e preservação. Quando o indexador não tem familiaridade com as particularidades que compõe os documentos sobre os quais debruça sua análise, o processo de indexação pode sofrer interferências provocadas pela dificuldade na identificação de conceitos, podendo dificultar a recuperação da informação para o usuário e a omitido parte da transmissão do conteúdo proposto pelo autor.

No caso de acervos oriundos de movimentos populares, essas dificuldades ocorrem por diversos motivos. Entre elas, duas merecem destaque: 1ª a falta do estabelecimento de termos controlados, tanto por parte de especialistas, como de não especialistas, gerando uma ausência de procedimentos sistematizados para a identificação dos conceitos relativos

às funções, atividades e registros típicos de movimentos sociais; 2ª o não conhecimento do indexador sobre a estrutura sociocultural da produção dos documentos populares e dos acervos de movimentos sociais, elemento essencial para conseguir identificar os conceitos e promover uma ligação entre usuário, autor e informação.

Na tentativa de minimizar o impacto, ou antes, as ausências de metodologias especialmente desenhadas para o tratamento de informação nessa situação, propomos o uso do Modelo de Leitura Documentária, desenvolvido por Fujita e Rubi (2006b). Acreditamos que ambas as dificuldades destacadas, podem ser resolvidas pela utilização dessa metodologia, pelo fato de se apoiar em uma leitura documental sistemática, do mesmo modo que em protocolos capazes de dinamizar a leitura sem danos à informação contida no documento. No que diz respeito a falta de uma terminologia estabelecida para o tratamento de corpus documentais com esse perfil, a conversão dos termos identificados, conforme linguagem documentária adotada, promove a garantia de uso terminológico reconhecido pelo usuário e pelo autor em referência ao tema pesquisado. Por sua vez, a questão do desconhecimento do indexador sobre o vocabulário utilizado, estruturas de poder e estratégias empregadas por movimentos sociais poderia ser sanada a partir de capacitação, por meio do estudo prévio sobre o órgão produtor e a proveniência dos documentos, assim como do reconhecimento das particularidades de cada movimento social. Estes são elementos que podem auxiliar a resolver a dificuldade da identificação de conceitos e seus significados.

Para tanto, realizaremos, no tópico seguinte, um exercício prático de leitura documentária de um documento popular, a fim de comprovar a adaptabilidade do emprego da metodologia de Leitura Documentária no tratamento da informação de acervos de movimentos sociais, testando a efetividade, precisão e eficácia da identificação dos conceitos, além do posterior uso na recuperação de documentos.

Assim, seguindo o proposto por Fujita e Rubi (2006a) dividimos a leitura do documento em três procedimentos básicos a serem adotados: 1) exploração do conhecimento da estrutura textual; 2) identificação de conceitos; e 3) seleção de conceitos. O primeiro procedimento de leitura consiste na observação da estrutura do texto, por meio da análise de partes como título, resumo, métodos e resultados. Cabe ressaltar, que

nos documentos populares os termos utilizados podem variar por meio de sinônimos, tais como resultado e conclusões, resumo e apresentação e outros tantos. Isso se deve ao fato de esse tipo de documento ter como objetivo informar a grupos das camadas populares, por meio da utilização de linguagem coloquial característica dos membros dos movimentos sociais. O segundo procedimento de leitura, a identificação dos conceitos, deve ser realizada combinada com a exploração da estrutura textual. Considerada como principal etapa da leitura, a identificação dos conceitos, reconhece a formação das ideias presente no discurso por meio de palavras. Desta maneira, são detectados elementos tais como a ação, o objeto da ação, o agente da ação, o local e o tempo da ação. Por fim, após a identificar, é realizada a seleção dos conceitos, conforme representação pertinente ao conteúdo do documento, sua produção e a estrutura cultural a qual está inserido. Desta maneira, a interação entre usuário, autor e informação é construída de modo coeso, reduzindo os danos e as perdas informacionais contidas no documento.

No caso da aplicação do processo de indexação, tendo por base o Modelo de Leitura Documentária, em documentos populares e acervos de movimentos sociais, é preciso considerar que quando, nas duas últimas etapas do protocolo, o indexador possui conhecimento prévio sobre a proveniência, sua estrutural sociocultural (cenário contextual) e produção documental, a qualidade da recuperação da informação é otimizada e as possibilidades de pesquisas do usuário são ampliadas.

5 APLICABILIDADE DO MODELO DE LEITURA DOCUMENTÁRIA EM DOCUMENTOS POPULARES: ESTUDO DE CASO SOBRE O ACERVO DO MST

Com o intuito de demonstrar a aplicabilidade do Modelo de Leitura Documentário em Documentos Populares e acervos de Movimentos Sociais, utilizaremos um documento do Fundo do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) – acervo sob custódia do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (CEDEM). A atuação do MST foi fundamental para a história brasileira, fazendo parte de um processo de transição política e econômica do país; seus mais de 30 anos de registros documentais

representam um acúmulo de lutas realizadas por causa das questões agrárias nacionais e a estruturação de políticas públicas para o uso social da terra.

Em 1998, os documentos do MST correspondentes às atividades de formação desenvolvidas, entre os anos de 1980 e 2001, foram entregues ao CEDEM. Esse conjunto de documentos, proveniente da Coordenação Nacional do MST, se encontrava acumulado na Sede Nacional, na cidade de São Paulo (CEDEM, 2018). A documentação foi reunida a partir dos trabalhos de campo do professor e geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, que viajou o país no final dos anos 1990, para levantar dados para sua tese de doutorado sobre a formação do Movimento (FERNANDES, 2000).

No Guia do Acervo do CEDEM (2018) é mostrado a diversidade de dimensões e suportes dos documentos, composto por registros textuais, bibliográficos, iconográficos e audiovisuais. Em relação a âmbito e conteúdo dos materiais, o acervo;

[...] é composto por publicações do MST e sobre o MST, material de propaganda, cadernos de formação e educação, recortes de jornal, relatórios de reuniões, correspondências, projetos, material pedagógico, documentação financeira e administrativa, documentos textuais produzidos pelo Setor de Educação da sede nacional, fitas de vídeo e o Jornal dos Trabalhadores sem Terras. (CEDEM, 2018, p. 109-110).

Devido às especificidades e características próprias do MST, esse conjunto de documentos forma um acervo complexo e com grandes particularidades. Dessa forma, a normalização trazida pela indexação, aliada a outros critérios para o tratamento arquivístico de documentos, entre eles a definição de tipos documentais, auxilia na formação das séries documentais e, posteriormente, em sua organização e na futura recuperação da informação.

Para elucidar a aplicabilidade do modelo em questão, dentro do Fundo MST (CEDEM, 2018), elegemos o documento popular intitulado “Vamos Organizar a Base”, de 1993. Este documento tem por objetivo explicar as alterações estruturais ocorridas no MST, que levaram a transformações dos setores em instâncias regionais ou estaduais.

Dessa forma, executamos as três etapas de leituras propostas pelo Modelo de Leitura Documentária, realizando a adaptação de termos mais usuais encontrados em documentos produzidos por movimentos sociais e promovendo o preenchimento da fórmula proposta por Fujita (1999), elaboramos o quadro que se segue:

Quadro 1 - Modelo adaptado da Leitura Documentária para o Documento Popular *Vamos Organizar a Base*

CONCEITOS	QUESTIONAMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITOS	PARTES DA ESTRUTURA TEXTUAL	TERMOS IDENTIFICADOS	TERMOS TRADUZIDOS DA LINGUAGEM
OBJETO e PARTE(S) DO OBJETO (algo ou alguém que está sob estudo do pesquisador)	O documento possui em seu contexto um objeto sob efeito desta ação?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)	Organização da Base	Organização de Base Setores
AÇÃO (processo sofrido por algo ou alguém)	O assunto contém uma ação (podendo significar uma operação, um processo etc.)?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)	Formação	Formação Educação
AGENTE (aquele ou algo que realizou a ação)	O documento possui um agente que praticou esta ação?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Coordenação Nacional do MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais MST Coordenação Nacional do MST
MÉTODOS (métodos utilizados para realização da pesquisa)	Para estudo do objeto ou implementação da ação, o documento cita e/ou descreve modos específicos, por exemplo: instrumentos especiais, técnicas, métodos, materiais e equipamentos?	METODOLOGIA	Não aplicável	Não aplicável
LOCAL OU AMBIÊNCIA (local físico onde foi realizada a pesquisa)	Todos estes fatores são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?	METODOLOGIA	São Paulo Sede Nacional do MST	São Paulo Sede Nacional do MST
CAUSA E EFEITO Causa (ação+objeto)/ Efeito	Considerando que a ação e o objeto identificam uma causa, qual é o efeito desta causa?	RESULTADOS; DISCUSSÃO DE RESULTADOS; CONCLUSÕES	Criação dos Setores Estrutura Organizativa Instâncias	Organização Instância Formação

Fonte: Adaptado de CEDEM, Fundo MST (1993).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões aqui expostas, fica evidente que a utilização metodológica para a indexação de documentos populares e acervos de movimentos sociais é de suma importância. A indexação precisa ser considerada como uma atividade pensada já na fase de produção, mas vigente até a destinação final do documento, importante para potencializar a recuperação da informação e fomentar a pesquisa.

Em relação aos documentos populares e aos acervos de movimentos sociais, a realização de uma indexação precisa, ativa e metodológica se faz essencial, por causa da dinâmica específica da produção documental dos movimentos sociais e, muitas vezes, da não organização ou gestão documental. Diante desses aspectos, o modelo de Leitura Documentária pode ser de grande auxílio para uma indexação eficaz da documentação, pois é capaz de criar termos que promovam a integração entre autor, usuário e a informação contida no documento pesquisado.

Porém, cabe ressaltar que a adaptação do método é relevante para a melhor eficácia da aplicação do modelo em documentos populares e em acervos de Movimentos Sociais, de um modo geral. Da mesma forma, é importante considerar a flexibilidade das partes textuais, por conta de termos empregados no texto. Como exemplo, citamos os casos nos quais consta nos documentos a utilização do termo “apresentação” ao invés de “introdução” ou, então, o uso da expressão “considerações finais” no lugar de “resultados”, ainda que conceitualmente sejam expressões que remetem a sentidos distintos.

Assim, acreditamos que a boa funcionalidade e aplicabilidade do modelo em questão, em documentos populares, passam por um conhecimento prévio do indexador referente ao sistema burocrático-histórico-social que envolve os movimentos sociais e seus registros documentais. No entanto, observadas e incorporadas essas questões, comprovou-se que o método é de grande eficácia para a preservação e acessibilidade dos conteúdos informacionais presentes nos documentos populares de acervos de movimentos sociais. Dessa forma, alcança-se o objetivo proposto pela indexação, o de recuperar as informações de acordo com as necessidades do usuário.

REFERÊNCIAS

- BARBADILLO ALONSO, J. Apuntes de clasificación archivística. *Legajos: cuadernos de Investigación Archivística y Gestión Documental*, Publicación del Archivo Municipal de Priego de Córdoba, n. 10, p. 27–50, 2007.
- BELLOTTO, H. L. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- CARVALHO, Luciana Moreira. O bibliotecário e a diversidade do mercado da documentação popular: CPDCs. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 9, n.2, p. 439-454, 1999.
- CEDEM. *Guia do acervo – CEDEM*. São Paulo: Cedem/UNESP, 2018.
- CENTRO POPULAR VERGUEIRO. *Definição e conteúdo da Documentação Popular*. São Paulo: CPV, 1982.
- CENTRO POPULAR VERGUEIRO. *Discutindo Documentação*. São Paulo: CPV, 1985. (Série 2).
- CHAUMIER, J. L'indexation documentaire; de l'analyse conceptuelle humaine à l'analyse automatique morphosyntaxique. *Documentaliste*, Paris, v. 27, n. 6., p. 275-284, nov./dec. 1990.
- FERNANDES, B. M. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FUJITA, M. S. L. *A leitura documentária do indexador: aspectos cognitivos e linguísticos influentes na formação do leitor profissional*. 2003. 321f. Tese (Livre-Docência em Análise Documentária e Linguagens Documentárias Alfabéticas) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.
- FUJITA, M. S. L. *Leitura em análise documentária*. 1999. 123 f. Relatório parcial (Projeto Integrado de Pesquisa) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista; CNPq, Marília, 1999.
- FUJITA, M. S. L. *O contexto da leitura documentária de indexadores de bibliotecas universitárias em perspectiva sócio-cognitiva para a investigação de estratégias de ensino*. 2010. p. 98-102. Relatório final (Bolsa de Produtividade em Pesquisa – CNPq) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista; CNPq, Marília, 2010.
- FUJITA, M. S. L., RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. *Datagramazero*, Rio de Janeiro, v. 7, p.1 - 18, 2006a.
- FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Modelo de lectura profesional para la indización. *Scire Zaragoza*, v.12, p. 47 - 69, 2006b.

- FUJITA, M. S. L.; TROITIÑO, S. Política de indexação em instituição de saúde. *Informação em Pauta*, Fortaleza, v. 3, n. esp., p. 95-116, nov. 2018. DOI: <https://doi.org/10.32810/2525-3468.ip.v3iEspecial.2018.39719.95-116>. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/39719>. Acesso em: 20 de abr. 2019.
- GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens Teóricas de Tratamento Temático da Informação (TTI): Catalogação de Assunto, Indexação e Análise Documental. *Ibersid: revista de sistemas de información y documentación*, Zaragoza, v. 3, p. 105-117, 15 set. 2009. Disponível em: <http://www.iversid.eu/ojs/index.php/iversid/article/view/3730>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- LOPEZ, A. Identificação de tipologias documentais em acervos dos trabalhadores. In: MARQUES, A. J.; STAMPA, I. T. (org.). *Arquivos do mundo dos trabalhadores: coletânea do 2. Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: memória e resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012. p.15-32.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1. t. 1.
- OTRE, Maria Alice Campagnoli. *Comunicação popular, alternativa e comunitária: um olhar sobre 40 anos de pesquisas no Brasil*. São Paulo: Fundação JK, 2016.
- PAZIN-VITORIANO, M. C. C. *Obrigação, controle e memória: aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental de organizações privadas*. 2012. 355 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ROCHA, M. M. O. *Documentação e movimento popular: estudo da experiência do SEDIPO - Serviço de Documentação e Informação Popular – Recife*. 1990. 111p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1990.
- TROITIÑO, S.; FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. B. Indexing in records management. In: INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION (ISKO), Brazil-São Paulo, UNESP University. (org.). Knowledge Organization for a Sustainable World: Challenges and perspectives for Cultural, Scientific, and Technological Sharing in a Connected Society. *Proceedings of the Fourteenth International ISKO Conference, 27-29 Set. 2016*, Rio de Janeiro, Brazil. Würzburg: Ergon Verlag, 2016. v. 1, p. 234-242.
- UNESCO. *Um mundo, muitas vozes (Relatório MacBride)*. Rio de Janeiro: FGV, 1983.
- UNIÃO CRISTÁ BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (UCBCS). São Paulo. *Metodologia para a Documentação da Comunicação Popular*. 1980. Disponível em: <http://cpvsp.com.br/upload/periodicos/pdf/PUCBCRJ061980006.pdf>. Acesso em: 22 set. 2019.

MODELO SEMIÓTICO DE LEITURA DOCUMENTÁRIA PARA INDEXAÇÃO DE FOTOGRAFIAS

Ana Clara GATTO

Carlos Cândido de ALMEIDA

RESUMO: Ademais dos documentos escritos, as fotografias entram no acervo passando pelo processo de análise e indexação. Do mesmo modo da análise de documentos textuais, a análise documentária de fotografia busca apontar seus aspectos mais importantes e representá-los em termos que melhor os definem para fins de armazenagem, busca e recuperação. O objetivo é apresentar uma proposta metodológica de leitura documentária de fotografia baseada nos estudos semióticos, isto é, na ciência geral dos signos. A fotografia pode ser compreendida como uma representação icônico-indicial de um ou um conjunto de objetos. As teorias analisadas foram escolhidas por passar pelas três subdivisões do signo em relação ao seu objeto, com foco nas fotografias por este estar ligado ao índice, algo que existe ou já existiu, reproduzido em um suporte com teor histórico e social, sendo uma representação visual de um contexto. Conclui-se que o uso da semiótica traz vantagens à análise de imagem e da fotografia em especial, pois resume, mesmo que não sendo o foco principal do modelo de leitura documentária, três passos para sua análise: o primeiro, a identificação dos elementos, em seguida, sua existência para, finalmente, gerar seu significado no que tange os assuntos.

PALAVRAS-CHAVE: Fotografia. Indexação. Leitura documentária. Semiótica.

ABSTRACT: In addition to written documents, photographs enter the collection through the indexing process. Like analysis of textual document, photography indexing seeks to point out its most important aspects and to represent them in terms that best define them for storage, searching, and retrieval. This paper aims to present a methodological proposal for indexing photographs based on semiotic studies, that is, the general science of signs. Photography can be understood as an iconic-indexical representation of one or a set of objects. The theories analyzed were chosen by going through the three subdivisions of the sign in relation to its object, focusing on the photographs because it is linked to the index, something that exists or has existed, reproduced in a medium with historical and social content, being a visual representation of a context. It is concluded that the use of semiotics brings advantages to image and photography analysis, since it summarizes, even though it is not the main focus of the reading model, three steps for its analysis: the first, the identification of the elements, then its existence to finally generate its meaning.

KEYWORDS: Photography. Indexing. Documentary Reading. Semiotics.

1 INTRODUÇÃO

Os documentos que possuem o mesmo tema são agrupados e recuperados, dentro do acervo devido ao processo de análise documental, com a finalidade de indexar os assuntos. A análise documental tem sua origem na documentação e é definida como um conjunto de tarefas com o intuito de expressar o conteúdo dos documentos com o pretexto de facilitar sua recuperação (CUNHA, 1987).

A primeira parte da análise, a leitura profissional dos documentos, pode ser dividida em dois níveis: o primeiro referente à sua forma, com um conjunto de princípios tipológicos que os autores seguem, padronizando um tipo de texto, como os textos científicos e literários, em que seus pontos importantes estão destacados, como título e capítulos; e o segundo diz respeito ao conteúdo, com a intenção de obter informações relevantes gerando produtos secundários como o índice e o resumo. Para identificar o conteúdo principal, utiliza-se a indexação, que para Chaumier (1988) é um processo no qual há a representação de um tema em conceitos, esses conceitos são escolhidos logo após a leitura. Importante ressaltar que o tema do documento será representado em conceitos, ou termos de indexação, que melhor representem o assunto e que são frequentemente usados pelos autores.

Ademais dos documentos escritos, as fotografias entram no acervo passando pelo processo de análise e indexação. Segundo Pinto, Meunier e Silva Neto (2008) o processo de indexação, seja de documentos visuais ou textuais relaciona-se a processos cognitivos por atribuir conceitos que melhor representem o conteúdo visando sua recuperação da informação. Para que esta atividade seja empreendida com sucesso, é preciso seguir uma estrutura lógica de leitura no qual o documento é analisado por partes para que sejam identificados conceitos que traduzam o assunto neles tratados, construindo representações mínimas do conteúdo. Do mesmo modo da análise de documentos textuais, a análise documentária de fotografia busca apontar seus aspectos mais importantes e representá-los em termos que melhor os definem para fins de armazenagem, busca e recuperação.

O objetivo deste capítulo é apresentar uma proposta metodológica de leitura documentária de fotografia baseada nos estudos semióticos, isto é, na ciência geral dos signos. Para tanto, deve-se apresentar aspectos característicos da fotografia, bem como a leitura documentária deste tipo de documento.

2 A FOTOGRAFIA

Antes de conceituar fotografia, deve-se considerá-la como o primeiro dispositivo de capturar imagens utilizando a luz deve ser mencionada. Aristóteles, entre 384 e 322 a.C., havia estudado e projetado o que é conhecido como *câmara obscura*, um dispositivo que, através da luz refletida em um objeto, este é projetado em uma parede branca – com a imagem invertida - por meio de um orifício.

Mas foi somente na década de XIX que a fotografia veio a ser um suporte com imagens registradas por meio da invenção de Louis Jacques Madé Daguerre (1787-1851) com a placa de cobre, elementos químicos e temperatura elevada, que recebeu o nome de daguerreótipo (OLIVEIRA, 2003). Em 1777, o químico Karl Wihelm descobriu que o amoníaco, quando exposto ao sol sobre um desenho, era um ótimo fixador, porém as imagens eram negativas e invertidas. Joseph Nicéphore Niépce (1765-1833) descobriu em 1816 que, um papel coberto com sais de prata exposto a luz obtia uma imagem fraca dentro da câmara obscura.

Por intermédio de famosos óticos de Paris, Niépce se encontra com Louis Jacques Madé Daguerre (1787-1851), que em 1835 descobriu como fixar imagens em um suporte usando placas de cobre, elementos químicos e temperatura elevada, recebendo o nome de daguerreótipo (OLIVEIRA, 2003). Willian Henry Tlabot (1800-1877) interessado em realizar cópias projetou uma pequena câmera de madeira, em 1835, carregada com papel de cloreto de prata que fixava uma imagem escura, mas quando era submetida a um contato com outro papel sensível apresentava-se sem inversão e positiva. Em 1860 a fotografia ganhava grande destaque na Europa e nos Estados Unidos, marcando o início do desenvolvimento industrial e cultural. Por cultural têm-se os costumes, cenários rurais e urbanos registrados em um suporte fotográfico, e o industrial com o desenvolvimento da indústria gráfica (KOSSOY, 2011).

O daguerreótipo chega ao Rio de Janeiro em 1840 trazido pelo Abade Compte. O pioneiro da fotografia no Brasil, o francês Hércules Florence, apresenta interesse por esse novo suporte ao ler histórias de aventuras. No Brasil trabalhando como desenhista, e a possibilidade de imprimir numa mistura de litografia e gravura várias cores, Florence decide usar a câmera obscura para capturar essas imagens, inventando outra câmera com a paleta de pintor e a lente de um monóculo, conseguindo uma imagem da janela de sua casa que, ao ser colocada em contato com outro papel sensível, conseguiu a imagem positiva e na posição correta (OLIVEIRA, 2003). Entretanto, a fotografia só ganharia espaço nas representações entre 1850/1860 na apresentação de cartazes, produtos, jornais e revistas ilustradas (CHIARELLI, 2005).

A fotografia jornalística, por sua vez, foi selecionada por acompanhar um texto escrito, tornando-se um complemento da notícia, além de não apresentar alterações nos elementos icônicos. Para Valle Gastaminza (1999, p. 113) “a fotografia apresenta o aspecto de pessoas, objetos, lugares ou situações de uma maneira mais clara, unívoca, rápida e exata que uma informação verbal descritiva sobre a mesma” (tradução nossa). Assim como a principal característica de todos os documentos, a fotografia apresenta mudança no decorrer do tempo, como uma fotografia de uma família de 1870 se modifica de uma memória para um documento de caráter social onde é possível estudar os costumes da época.

Dubois (1993) divide a imagem fotográfica em três estágios: 1) espelho fiel da realidade (mimese), sendo as figuras ícones, pois mostra a realidade em si; 2) em seguida, é vista como transformação do real (código), possuindo uma visão específica ideológica e manipulação dos referentes pelo fotógrafo, se assemelhando ao símbolo; e 3) a fotografia é percebida como vestígio da realidade, “ela é um índice da realidade na medida em que sua existência está conectada inexoravelmente a algum aspecto do mundo visível, do qual emana” (PATO; MANINI, 2013, p. 12) (grifo do autor). Segundo Peirce (2011, CP 4.447, v. 4, p. 359) ícone⁴⁴ “é da natureza de uma aparência, existindo apenas na consciência, apesar de, por conveniência, nós o entendermos para as aparências visíveis dos objetos que excitam na consciência a imagem desses”. O símbolo, por sua vez, é de natureza convencional, “a **simbolização**, ou estágio semiótico, caracteriza-se pela substituição de algum objeto ou acontecimento por algo que os represente” (PATO; MANINI, 2013, p. 11, grifo do autor), sendo assim, as imagens mentais e seus respectivos objetos são classificados e nomeados.

Sendo a fotografia um aspecto da realidade, as fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta quando se tenta sistematizar suas informações por meio de metodologias de pesquisa para descobrir seus conteúdos e, como consequência, a realidade que os originou (KOSSOY, 2001), tornando-se um documento de grande teor histórico. A fotografia, quando de sua natureza histórica, ganha esta função por ser um artefato com resíduo do passado tornando-se, dessa forma, um meio de conhecimento (KOSSOY, 2001).

Para Valle Gastaminza (1999), quando se considera a imagem como objeto de análise documentária, deve-se considerar aspectos como atributos biográficos, a fotografia tem uma origem, sendo importante identificar o artista, a escola a qual pertence, enquanto o título está relacionado a atributos temáticos entendidos como o significado da imagem no fotografia, “uma coisa é o que aparece na imagem, o que se vê, concreto e objetivo, e outra o que a imagem sugere, aquilo sobre o que a imagem trata, abstrato e subjetivo” (VALLE GASTAMINZA, 1999, p. 122, tradução nossa).

⁴⁴ No original “An icon is a representamen of what it represents and for the mind that interprets it as such, by virtue of its being an immediate image [...]”.

A fotografia entendida em seu potencial informativo, deve receber certo tipo de tratamento de modo a adequar-se às necessidades de recuperação da informação. Nesse sentido, a leitura analítica da fotografia é uma tarefa fundamental para seu tratamento documentário.

3 A LEITURA DOCUMENTÁRIA DA FOTOGRAFIA

A análise do conteúdo da imagem ou sua leitura devem ser considerados três enfoques: a denotação (o que aparece na imagem), a conotação (o que ela sugere) e o contexto (aspectos de sua produção). Para Pato e Manini (2013), a indexação de fotografias – tomado aqui como processo equivalente à análise documentária tem sido tratada pelo viés tradicional de descrever o que a imagem “mostra”, ou seja, tudo aquilo que faz referência aos objetos do mundo visível para que estes se tornem conceitos. Neste momento, deve-se considerar os aspectos básicos da leitura da fotografia para fins documentários.

Sendo assim, para se ler uma fotografia seguindo a metodologia tradicional, primeiramente devem-se reconhecer os elementos iconográficos que representam pessoas, objetos e animais, em seguida, cria-se uma narração, identificando os gestos e as expressões para poder atribuir valores perante a estética da foto. Como última etapa, buscam-se os dados biográficos do fotógrafo para classificá-la dentro de um contexto e um tempo específico.

Desta forma, a indexação tem como objetivo maior a descrição de documentos para sua posterior recuperação e uso, sempre tentando descrever o máximo de informações possíveis utilizando conceitos relevantes para a área. Esta análise baseia-se na observação de elementos separados para compreendê-los no conjunto do todo.

Para a indexação de imagens estáticas, como seria o caso da fotografia, Layne (1994) destaca quatro categorias gerais de informações: biográficas, exemplificativas, de relacionamento e de assunto, sendo esta última o reflexo do que as pessoas pensam, tornando, na opinião da autora, a categoria mais importante, porém a menos objetiva.

Com respeito à categoria assunto é necessário pensar em três atributos. O primeiro deles seria resumido com o uso das preposições

DE e SOBRE⁴⁵, sendo a diferença entre o significante e o significado (exemplo: a imagem DE alguém chorando pode ser SOBRE a tristeza), “[...] portanto, quando a imagem é **DE**, o aspecto mais provável é que a figuração seja concreta e objetiva; quando uma imagem é **SOBRE**, há mais propensão de ser abstrata e subjetiva” (LAYNE, 1994, p. 584). O DE é vinculado à percepção e descrição do que se observa na imagem, sendo num nível básico, o SOBRE exige um conhecimento para descobrir seu significado. No segundo atributo tem-se que a imagem pode ser genérica ou específica, onde respectivamente, pode-se descrever a imagem como algo sem aprofundamento como podemos esclarecer o que é esse objeto. Como terceiro aspecto, a imagem pode ser classificada em quatro facetas: tempo, espaço, atividades e eventos e objetos, podendo ser animadas ou inanimadas (PATO, 2014).

Pinto, Meunier e Silva Neto (2008) ressaltam que houve quatro paradigmas experimentados pela indexação de imagens: 1) indexação manual em linguagem natural tomando como base o modelo de Panofsky sobre análise de imagem; 2) indexação assistida, cuja imagem é descrita através de descritores a partir de linguagens documentárias buscadas em tesouros ou vocabulários controlados; 3) indexação por conteúdo ou atributos visuais, como as cores, texturas e formas; 4) indexação mista ou semântica que utiliza os atributos visuais, como as palavras para estabelecer o sentido nas representações destes documentos.

Através destes quatro paradigmas, Pinto, Meunier e Silva Neto (2008) dividem a representação indexical segundo três hipóteses: a) teleológica, no qual o tratamento da imagem atende a uma finalidade específica; b) semiótica/ontológica, no qual a imagem é tratada como signo que pode ser representado através da descrição física da imagem como um todo, a relação entre eles e a compreensão da semântica dos objetos da imagem; e c) fenomenológica, na qual a descrição dos objetos volta-se aos fenômenos perceptíveis.

Para documentar uma imagem, como a fotografia, Valle Gastaminza (1999) afirma que o profissional deve considerar três momentos: 1) o momento de criação, cheio de aspectos subjetivos, proporcionado pelo olhar do fotógrafo; 2) o momento de seu tratamento documental a imagem pode ser considerada de várias perspectivas, sejam

⁴⁵ A tradução de OFNESS e ABOUTNESS aparece no artigo de Smit “a representação da imagem” de 1996.

elas neutras, objetivas ou de uma maneira mais simples, podendo ser consideradas como a primeira impressão do profissional documentalista, mas “o denotado pela fotografia deverá ser considerado objetivamente, o conotado, o símbolo, o sugerido para a fotografia deverá ser cuidadosamente estudado e preservado” (VALLE GASTAMINZA, 1999, p. 119); 3) o momento de reutilização da imagem, tendo a fotografia ganho um significado unívoco, sem necessariamente constituir o sentido original dada a ela.

Para Moreira González e Robledano Arillo (2003) muitas são as características importantes para análise de imagem, dentre elas a data e local de sua criação, informações onde é possível a identificação dos artistas/fotógrafos, se sofreu modificações ou restaurações e seu suporte, podendo ser um pôster, uma colagem, desenho, gravura. Ainda, para os autores, o significado possui mais valor do que o próprio signo, já que “não alcançaríamos o signo sem o significante” (MOREIRA GONZÁLEZ; ROBLLEDANO ARILLO, 2003, p. 25).

O tratamento documentário é de grande importância, pois descrevemos os documentos que temos em mãos mantendo a relação da informação presente no material e a que divulgamos. Segundo Pato e Manini (2013), a indexação, assim como a classificação, abrange várias fases do documento, desde sua coleta até a disseminação, passando por identificação, descrição, armazenamento e recuperação. “No caso da fotografia, trata-se, pelo viés tradicional de descrever o que a imagem ‘mostra’, ou seja, os referentes que remetem às coisas e objetos do mundo visível e, em seguida, determinar termos que caracterizem e representem a fotografia” (PATO; MANINI, 2013, p. 4).

Essa abordagem tradicional leva em conta, de certo modo, a divisão linguística trazida por Hjelmlev de forma e conteúdo. A identificação da forma trataria de uma parte meramente descritiva em que se aponta o que é apresentado nos referentes. Na descrição do conteúdo se arrola os significados da fotografia e os termos que melhor representam seu conteúdo. Contudo, essa visão bipartida do processo de análise documentária da fotografia pode receber um outro tratamento, agora pelo viés semiótico.

4 LEITURA DOCUMENTÁRIA E ANÁLISE SEMIÓTICA DA FOTOGRAFIA

Pela fotografia ter aspecto de vestígio, considerando sua capacidade indicial e de estar plasmada em um suporte, esta tem uma finalidade documental, comprobatória e informativa. Para Silva e Netto (2008) isso se dá por meio da memória representada, seja ela individual ou coletiva, e pode ser percebida como uma mensagem composta por sistemas de signos não-verbais, historicamente construído e compreendido socialmente. Esse enquadramento como signos não verbais é o principal aspecto que se deseja destacar da fotografia. Em outras palavras, a fotografia, entendida como documento e dotada de potencial informativo e probatório, é um dispositivo semiótico composto de um conjunto de signos e pivô de outros tantos signos no momento da interpretação. Esta seção tem por objetivos destacar as características semióticas da fotografia e apresentar uma proposta metodológica de leitura documentária de fotografia fundamentada na semiótica.

De acordo com Kossoy (2011), no mundo da representação fotográfica existem duas realidades: a primeira que diz respeito ao próprio referente, o objeto que será fotografado e ao seu processo de representação; e a segunda, sendo a própria imagem, o registro da primeira realidade. Nota-se, neste aspecto, um carácter realista da concepção de fotografia em virtude de seu relacionamento com o referente. De certo modo, esta concepção respeita a noção que valoriza a realidade dos referentes e como estes impõem certos atributos que podem ser captados pelas lentes do fotógrafo.

Respaldando-se na semiótica de Charles Peirce (1839-1914), especialmente em sua segunda tricotomia dos signos, pode sustentar que a fotografia é icônica e indicial ao mesmo tempo, mantém os ícones como elementos particulares que estabelecem semelhanças com o objeto representado, e com isso apontando ou rementendo a uma realidade, fato este que a coloca no nível dos índices.

É muito comum encontrar o argumento que assevera sobre a polissemia da fotografia pois haveria dois tipos de interpretação, o primeiro no sentido denotativo, com aquilo que realmente se vê na imagem, seus ícones e índices e, o segundo, o sentido conotativo, no qual são analisados os valores divergentes e especificidades que uma fotografia carrega, sejam

esses culturais, simbólicos, filosóficos ou contextuais. Contudo, esta divisão tende a apontar a contribuição semiótica apenas na constatação da característica indicial da fotografia, esquecendo-se que no nível dos símbolos manifestar-se-iam os significados conotativos.

Aumont (1993) ressalta que a interpretação de imagens fotográficas pode ser realizada através de duas diferentes teorias: a semiótica, na qual são identificados diversos códigos, sendo os principais icônicos, indiciais e simbólicos e a iconologia, elaborada por Panofsky (2002) em que a imagem possui diversos níveis de sentido.

Para a iconologia, a imagem pode ter sua significação primária ou natural, subdividida em factual e expressional, com a identificação das formas puras como linhas, cores ou objetos que representam humanos, animais e plantas. Além disso, tem-se a identificação de algumas qualidade expressional, como sentimentos, gestos e caracterização do ambiente. Outra forma de significação está no nível secundário ou convencional, com a atribuição de valores para esses gestos e objetos identificados, aqui abordando os temas específicos ou conceitos manifestados na imagem e a significação intrínseca ou conteúdo, com a relação de todos os elementos reconhecidos ligados a um indivíduo ou contexto específico.

Segundo a teoria semiótica de Peirce (2005), tem-se que a fotografia é uma espécie de signo, dessa forma, só adquire sentido quando socialmente compartilhada, e para que essas informações sejam compreendidas, é preciso entender a relação do signo com seus elementos (representamen, objeto e interpretante). Para isto, a semiótica sugere a observação dos ícones, pelas semelhanças físicas, porém sem esquecer o caráter indicial, por representar aquilo que já foi e o símbolo, que traz à mente uma convenção, aquilo que é compreendido e aceito socialmente.

Sendo assim, pode-se recorrer aos conceitos da semiótica para compor um método para isolar e analisar os diversos tipos de elementos presentes em uma fotografia: ícones, índices e símbolos.

Para discutir a aplicabilidade da semiótica na representação documentária, foram selecionadas algumas abordagens aplicadas e por considerar que as etapas de análise estão bem delimitadas e podem auxiliar o indexador.

O método proposto por Agustín LaCruz (2015) considera seis competências para se compreender o significado global de uma imagem, e neste caso, pode-se aplicá-las às competências necessárias ao indexador no momento de analisar fotografias:

Quadro 1 - As competências para compreensão do significado de uma imagem

COMPETÊNCIAS	DEFINIÇÃO
Competência iconográfica	Consiste na observação e identificação de formas visuais simples como animais e pessoas
Competência narrativa	Baseado na experiência visual, o leitor consegue estabelecer relações entre as pessoas, animais e cenário
Competência estética	O leitor atribui sentido dramático segundo suas próprias experiências simbólicas e estéticas
Competência enciclopédica	Baseado experiência cultural e seus próprios conhecimentos, o leitor identifica valores relevantes com outras informações
Competência linguística-comunicativa	Capacidade do leitor em elaborar preposições linguísticas com quem comunica e expressa o conteúdo da imagem
Competência modal	O leitor compreende a imagem como uma representação de um espaço e tempo determinado

Fonte: Agustín LaCruz (2015).

Vinculada à semiótica tem-se que a competência iconográfica, como o próprio nome já sugere, refere-se à observação dos elementos que são visíveis. A identificação do índice se enquadra na competência narrativa, sendo que essa etapa se baseia na experiência visual, a relação que se faz com os objetos e o meio em que os mesmos estão inseridos. Para a formação do símbolo pode-se aludir à competência estética, aplicada pelas próprias experiências do receptor, e à competência enciclopédica que também requer conhecimentos culturais além da competência modal, com a atribuição de um contexto à representação. A competência linguística-comunicativa é vista como um trabalho essencial na composição do assunto da fotografia, por exemplo. Essa competência é importante ao indexador

para este confeccionar um resumo com todas as informações relevantes da fotografia e poder comunicar algo sobre ela. Entre as competências citadas, é nesta última que se encontra o trabalho do indexador em traduzir linguisticamente os assuntos de uma fotografia tendo em vista a recuperação da informação.

Desta forma, as competências são fundamentais para identificar todos os elementos da fotografia em suas diversas camadas, desde os objetos visíveis com a competência iconográfica até a relação destes objetos com outros valores, nas competências narrativas e enciclopédicas, tornando sua análise efetiva mas ao mesmo tempo subjetiva, já que está baseado em experiências individuais do leitor-indexador.

Adicionam-se às competências necessárias para a indexação de fotografias as quatro categorias de análise de Layne (1994), a saber: *o atributo biográfico*, com todas as informações relacionadas ao “nascimento” da fotografia, seja este o nome do fotógrafo, lugar em que foi tirada, dimensões; *o atributo exemplificativo*, com a diferenciação dos diversos tipos de documentos, no caso das fotografias, se estas são artísticas, fotojornalismo etc.; *o atributo de relacionamento*, com a relação do tema da fotografia com outros documentos dentro do acervo e *o atributo assunto*, com a divisão em OFNESS e ABOUTNESS, que faz alusão à denotação e conotação, logo, ao signo e à seu significado. Este atributo pode ser diferenciado em genérico e específico, no qual o primeiro é uma descrição mais superficial, somente dos elementos visíveis, enquanto no segundo é estabelecida uma relação entre todos esses objetos.

Com a divisão do assunto, é possível observar a ação dos signos na representação, se a fotografia for indexada somente pelos seus elementos visíveis, de forma genérica só tratando do OFNESS esta será uma descrição que não trará muitos resultados, sua recuperação não será eficiente, em contrapartida, quando é analisado a relação dos signos, o ABOUTNESS, esta gerará o símbolo, uma convenção, seu assunto, tornando a recuperação mais precisa. Além da semiótica, o atributo exemplificativo e de relacionamento são pontos importantes da indexação de fotografias, pois já considera a diversidade de cada documento e como os mesmos mantêm relação dentro de um acervo.

Com a divisão do signo em três elementos – ícone, índice e símbolo – Panofsky (2002) elaborou um método que respeita de certa

forma essa divisão, sendo sua análise dividida em *pré-iconográfica*, com a observação dos elementos visíveis, *iconográfica*, quando é identificada a relação desses elementos e a *iconológica*, quando são identificados os valores históricos e sociais. Porém, parte-se de uma dificuldade de adaptação, pois esta análise foi criada para obras de arte, tipo de imagem em que ocorre manipulação de seus elementos. Neste caso, cada pintor retrata sua ideia utilizando cores, técnicas e objetos diferentes, sendo cada um destes um atributo importante para análise por fazer parte da construção da ideologia que pretende ser passada, tornando a análise exaustiva. Na leitura e indexação da fotografia, por mais que seus elementos possam ser modificados, suas informações não estarão tão pormenorizadas como em uma pintura, principalmente considerando as limitações do indexador e os propósitos da representação. Em geral, deixa-se a análise pormenorizada, bem como o uso, para a própria pessoa que pesquisa.

O método de tratamento semiótico para fins de documentários proposto por Pato (2014) decompõem os elementos de uma fotografia segundo a divisão triádica da segunda tricotomia dos signos da semiótica. Para o autor, com respeito a leitura e a composição do assunto da fotografia, os ícones mostram, os índices indicam e os símbolos afirmam. Considerando esta sequência, ao final do processo chegar-se-á a um símbolo conclusão, isto é, os conceitos relacionados a imagem os quais podem sobre o processo de tradução e compor a lista de entradas de assunto.

Os ícones são todos os grupos de objetos representados, os índices, devendo estar ligados aos ícones para indicar alguma possibilidade significativa e essa relação é denominada símbolo, como as palavras que exprimem esses objetos. O resultado final do processo de leitura documentária da fotografia seria o símbolo genérico, como subproduto da semiose, utilizado como termo-conceito empregado na etapa final da indexação. A ficha a seguir resume a proposta de aplicação da tríade ícone, índice e símbolo para leitura documentária da fotografia.

Quadro 2 - Ficha de Análise Baseada no Método de Pato

ÍCONES que mostram	ÍNDICES que indicam	SÍMBOLOS que afirmam	SÍMBOLO ASSUNTO conclusão
Lista de todos os elementos visíveis sejam eles objetos, pessoas ou cores e o plano em que aparecem (frontal, lateral, diagonal). Descrição detalhada das ações dos personagens. Descrição do ambiente. É feita a pergunta: o que eu vejo nesta imagem?	Os elementos são nomeados pelo nome, característica física (jovem, velho), profissão ou evento. É feita a pergunta: quais são os nomes ou o que gerou esses elementos?	Representação convencional dos elementos. É feita a pergunta: esta imagem significa o quê?	Representação considerando os elementos intrínsecos e o contexto em que foi gerado. É feita a pergunta: sobre este assunto, quais os termos que melhor o representam?

Fonte: Elaborado pelos autores.

A primeira vantagem do método desenvolvido por Pato é a possibilidade de colocar o plano da fotografia, pensando na indexação como forma de descrição que contém todas as informações importantes que podem ser usadas como forma de recuperação de um documento.

Além disso, como seu método está apoiado na semiótica, a forma de análise segue etapas lógicas, tais como descritas por Peirce e relacionadas às categorias fenomenológicas, no qual são identificados os elementos para, em seguida, relacionar com outras informações. Além disso, a divisão do símbolo é essencial para diferenciar o que a fotografia significa e quais os termos de indexação, no caso, descrevem melhor esse assunto. Uma análise com base neste método pode ilustrar o procedimento:

Figura 1 - Le Baiser de L'Hôtel de Ville



Fonte: Agustín LaCruz (2015).

Para esta análise usou-se a fotografia de Robert Doisneau que foi publicada na revista *Life* em 1950 com o título *Le Baiser de l'Hôtel de Ville* (em inglês “The Kiss in front of City Hall”), participando de um projeto fotográfico intitulado “in Paris young lovers kiss wherever they want to and nobody seems to care”. Na época já existiam direitos de imagem, Doisneau fotografava atores ou amigos. No caso da fotografia em questão, o intuito era capturar momentos reais do casal em lugares públicos⁴⁶. A seguir, a leitura documentária da fotografia com base no método de Pato (2014) recorrendo a uma ficha de análise.

Quadro 3 - Análise Documentária de Fotografia Baseada na Semiótica

ÍCONES que mostram	ÍNDICES que indicam	SÍMBOLOS que afirmam	SÍMBOLO ASSUNTO conclusão
Homem branco	Jovem	Casal de jovens	Afeto
Roupa (blazer e cachecol)	Namorado		Namorados

Uma mão no bolso
e a outra no ombro
da mulher

⁴⁶ Informações dadas por sua filha à entrevista para a BBC News (POIRIER, 2017).

Visão frontal		
Beijando mulher		
Mulher branca	Jovem	Casal de jovens
Roupa (blazer)	Namorada	
Cabelo curto		
Mão ao lado do corpo		
Visão lateral		
Beijando homem		
Lugar	Câmara Municipal	Cidade romântica
Paris		

Fonte: Pato (2014).

Porém, sua análise recorre a uma forma de quadro, o que torna o processo não muito clara, sendo que cada linha não condiz exatamente com uma possível conclusão, não sendo possível que cada ícone seja transcrito em termos de índice, assim como nem todo índice se converterá em um símbolo-assunto. Por outro lado, a ideia principal da indexação é identificar conceitos que melhor representem o conteúdo do documento implicando na seletividade dos termos, não em sua exaustividade. Além disso, as descrições detalhadas dos ícones, como as ações dos indivíduos, não são relacionados junto ao símbolo-conclusão de maneira explícita.

A proposta semiótica deixa clara a importância do indexador na realização da leitura documentária, a qual sobre grande influência subjetiva no momento de traduzir os conceitos encontrados, bem como exige do profissional uma capacidade inferencial que nem sempre é requerida em outros tipos de documentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fotografia pode ser compreendida como uma representação icônico-indicial de um ou um conjunto de objetos. A escolha pela fotografia em relação às outras espécies de imagens deve-se pela sua relação com a realidade, esta nunca deve ser entendida como um reflexo ou espelho da realidade, pois em termos semióticos a teoria do espelhamento não contempla a incapacidade humana de representar integralmente qualquer objeto que seja, nem mesmo inclui a série de inferências decorrentes de qualquer processo de interpretação. Mesmo assim, em algumas circunstância, a fotografia obriga o interprete a crer na existência presente ou passada do objeto que afeta o dispositivo.

Tem-se, então, que a fotografia é um objeto reproduzido em um suporte, sem considerar a manipulação que pode ocorrer na pós-produção. A fotografia também é considerada um fragmento escolhido pelo fotógrafo, porém pelo seu equipamento capturar traços da realidade do momento, este é, de certo modo, uma fração da realidade. Segundo Novaes (2008, p. 459) “uma imagem representa, no sentido bem simples de que ela torna presente qualquer coisa ausente [...]”.

As teorias analisadas foram escolhidas por passar pelas três subdivisões do signo em relação ao seu objeto, com foco nas fotografias por este estar ligado ao índice, algo que existe ou já existiu, reproduzido em um suporte com teor histórico e social, sendo uma representação visual de um contexto. Pensando na indexação, os atributos de Layne (1994) direcionam para o acesso a outros grupos de imagens, além de apresentar aspectos físicos da fotografia como data, dimensão, nome do fotógrafo e a legenda, além da caracterização da fotografia, pelo atributo exemplificativo, um ponto de acesso em que as imagens são agrupadas segundo suas características comuns, retratos separados de fotojornalismo, por exemplo.

Este método apresenta semelhança com o de Agustín LaCruz (2015) no atributo relacionamento, em que o tema da fotografia pode direcionar a outros suportes, podendo ser tanto textual como iconográfico ou audiovisual, lembrando que cada atributo de Layne é um ponto de acesso.

Por sua vez, a proposta semiótica de Pato (2014) para leitura e análise de fotografias para fins documentários, com a divisão do símbolo,

já caracteriza o trabalho de indexação, em que primeiro é identificado o tema, símbolo assunto, para depois gerar os termos de acesso, isto é, símbolo conclusão.

Com isso, conclui-se que o uso da semiótica desta forma traz vantagens à análise de imagem e da fotografia em especial, pois resume, mesmo que não sendo seu foco principal, ps três passos para sua análise: o primeiro, a identificação dos elementos, em seguida, sua existência para, finalmente, gerar seu significado no que tange os assuntos. Porém, para a indexação das imagens fotográficas, notou-se que esse processo não é suficiente, precisando de outras informações antes dessa análise, como dados dos fotógrafos e onde esta foi publicada, no caso de fotografias jornalísticas, de propaganda, artísticas etc. Tais descrições técnicas são importantes para tornar a análise mais aperfeiçoada e ser mais um ponto de acesso. Cada campo de descrição deve ser uma forma de acessar a fotografia, e se esta fosse descrita somente pelos seus ícones e índices, sua recuperação não seria tão satisfatória. Resta para os próximos anos verificar a viabilidade de se adaptar esses passos para a análise automática ou mesmo para o reconhecimento de imagem com vistas à representação, à organização e à futura recuperação da informação.

REFERÊNCIAS

- AGUSTÍN-LACRUZ, M. Del C. La lectura de las imágenes fotográficas orientadas hacia la representación documental. *Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 20, n. esp. 1, p. 55-88. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/15182924.2015v20nesp1p55/28639>. Acesso em: 07 jun. 2018.
- AUMONT, J. *A Imagem*. Campinas: Papirus, 1993.
- CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, jan./jun. 1988. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000011407/52f4a71bc4d6625f791dd3f19437f0af/>. Acesso em: 06 mar. 2018.
- CHIARELLI, T. História da arte/história da fotografia no Brasil – século XIX: algumas considerações. *ARS*, São Paulo, v. 3, n. 6, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-53202005000200006. Acesso em: 10 dez. 2018.

- CUNHA, I. M. R. F. Análise documentária. In: SMIT, J. W. (coord.). *Análise documentária: a análise da síntese*. 2 ed. Brasília: IBICT, 1987. Cap 4. p. 40-63.
- KOSSOY, B. *Fotografia & história*. 2. ed. São Paulo: Atêlie, 2011.
- LAYNE, S. Some issues in the indexing of images. *Journal of the American Society for Information Science*, Hoboken, v. 45, n. 8, p. 538-588, 1994. Disponível em: http://polaris.gseis.ucla.edu/gleazer/462_readings/Layne_1994.pdf. Acesso em: 30 jan. 2017.
- MOREIRA GONZÁLEZ, J. A. M.; ROBLDANO ARILLO, J. R. *O conteúdo da imagem*. Curitiba: UFPR, 2003.
- NOVAES, S. C. Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico. *MANA*, v. 14, n. 2, p. 455-475, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v14n2/a07v14n2.pdf>. Acesso em: 26 set. 2018.
- OLIVEIRA, E. M. *O pioneiro da fotografia no Brasil*. Covilhã Portugal, BOCC. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação Universidade da Beira Interior, 2003. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/oliveira-erivam-pioneiro-fotografia-brasil.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.
- PANOFSKY, E. Iconografia e iconologia: uma introdução ao estudo da arte da renascença. In: PANOFSKY, E. *Significado nas artes visuais*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. cap. 2. p. 47-65.
- PATO, P. R. G. Ícone, índice e símbolo, fundamentos para ler e organizar a informação em imagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: ENANCIB, 2014.
- PATO, P. R. G.; MANINI, M. P. Polissemia da imagem, indexação, e recuperação da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: ENANCIB, 2013. p. 1 - 20. Disponível em: <http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/view/43>. Acesso em: 31 jan. 2018.
- PEIRCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- PINTO, V. B.; MEUNIER, J-G.; SILVA NETO, C. A contribuição peirciana para a representação indexal de imagens visuais. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 13, n. 25, p. 15-35, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n25p15/878>. Acesso em: 07 jun. 2017.
- POIRIER, Agnès. One of history's most romantic photographs was staged. *BBC*, 14 Feb. 2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/culture/story/20170213-the-iconic-photo-that-symbolises-love>. Acesso em: 31 jan. 2018.
- SILVA, J. C. B.; NETTO, R. M. Fotografia: um olhar semiótico sobre uma linguagem não-verbal. *Letra Magna: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Linguística*

e Literatura, Brasil, v. 04, n. 9, 2008. Disponível em: <http://www.letramagna.com/fotografia.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2018.

SMIT, J. W. A representação da imagem. *Informare*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 29-36, jul. 1996.

VALLE GASTAMINZA, F. del (ed.). *Manual de documentación fotográfica*. Madrid: Síntesis, 1999.